



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**ROGER DE MIRANDA GUEDES**

**BELO HORIZONTE**

**2016**

**Roger De Miranda Guedes**

**O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Tese apresentada ao curso de doutorado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito necessário para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Produção, Organização e Utilização da Informação

**Linha de Pesquisa:** Organização e Uso da Informação

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Aparecida Moura

**Belo Horizonte**

**2016**

---

Guedes, Roger de Miranda

G924o O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem [manuscrito] / Roger de Miranda Guedes. — Belo Horizonte, 2016.

153 f., enc. : il.

Orientadora: Maria Aparecida Moura.

Tese (doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2016.

Referências: f. 135-151

1. Ciência da Informação — Teses. 2. Organização do conhecimento — Teses. 3. Garantia semântica — Teses. 4. Sistemas de organização do conhecimento — Teses. 5. Filosofia da linguagem — Teses. 6. Pragmática — Teses. I. Título. II. Moura, Maria Aparecida. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02:025.4

---





UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM"

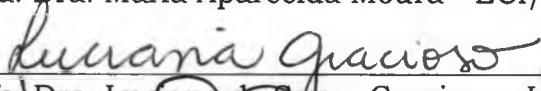
Roger de Miranda Guedes

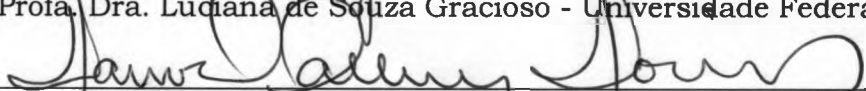
Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**doutor em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Tese aprovada em: 05 de julho de 2016.

Por:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso - Universidade Federal de São Carlos

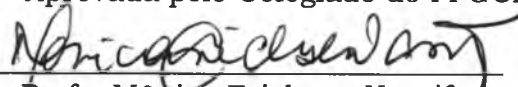
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira - PUC/MG

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias - Prof. Apôsentado - ECI/UFMG

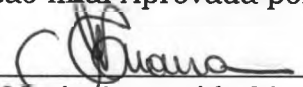
  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ludmila Salomão Venâncio - PUC/MG

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Terezinha de Fátima Carvão de Souza - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Mônica Erichsen Nassif  
Decano do Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Maria Aparecida Moura  
Orientadora



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Ciência da Informação**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

ATA DA DEFESA DE TESE DE **ROGER DE MIRANDA GUEDES**, matrícula: 2011710396

Às 14:00 horas do dia 05 de julho de 2016, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 23/06/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a argüição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

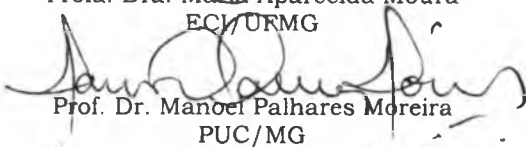
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - Orientadora	APROVADO
Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso	APROVADO
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira	APROVADO
Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias	APROVADO
Profa. Dra. Ludmila Salomão Venâncio	APROVADO
Profa. Dra. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza	APROVADO

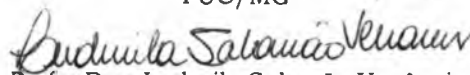
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

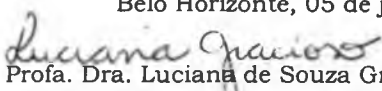
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. A banca recomenda a indicação da tese aos prêmios CAPES, ANCIB e UFMG. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

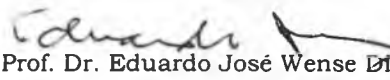
Belo Horizonte, 05 de julho de 2016.

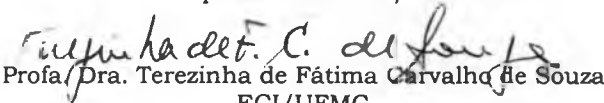
  
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura  
ECI/UFMG

  
Prof. Dr. Manoel Palhares Moreira  
PUC/MG

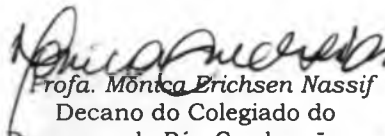
  
Profa. Dra. Ludmila Salomão Venâncio  
PUC/MG

  
Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso  
Universidade Federal de São Carlos

  
Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias  
Prof. Aposentado - ECI/UFMG

  
Profa. Dra. Terezinha de Fátima Carvalho de Souza  
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

  
Profa. Mônica Erichsen Nassif  
Decano do Colegiado do  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação/UFMG

*... aos que chegaram e aos que partiram,  
àquilo que permanece.*

### **Agradecimento especial**

À minha orientadora, **Profa. Maria Aparecida Moura**, estimada parceira de profissão e de pesquisa, pelo dom de inspirar com palavras e ações, e, por manter a chama desta pesquisa acesa até quando eu pensava que já estivesse apagada.

### **Agradecimentos**

À **Universidade Federal de Minas Gerais**, pela formação profissional e humanista a que me proporcionou desde os tempos de graduação.

Aos **membros da banca examinadora**, professores Luciana de Souza Gracioso, Manoel Palhares Moreira, Eduardo J. Wense Dias, Terezinha de Fátima C. de Souza e Ludmila Salomão Venâncio pela generosidade intelectual e pelas contribuições no diálogo aberto, construtivo e sincero.

Aos **colegas da vida acadêmica**, companheiros de histórias e interlocutores instigantes de muitas palavras e ideias.

Aos **amigos** das mais diversas esferas de convívio — dos bares aos templos. Uns estiveram mais presentes, outros, em silêncio, compreenderam a ausência; uns estenderam as mãos, outros elevaram preces; uns foram companheiros, outros, acompanharam de longe; uns abriram portas, outros abriram corações; uns ensinaram, outros aprenderam.

À amiga **Alessandra Rodrigues da Silva**, destinatária e destino, pela cumplicidade e amor fraterno.

À amiga **Fernanda de Paula Moreira Dias**, companheira de todas as horas, fonte pujante onde nasce a alegria pela alegria.

Aos **colegas de profissão** da Fundação João Pinheiro, especialmente à Joana D'Arc I. Ferreira, pelas oportunidades, incentivo, apoio e aprendizagem.

À **Maria Barcelos**, pelas conversas de sábado e por me ajudar a descobrir a cada dia a beleza dos meus próprios mistérios.

Por fim, mas nem de longe por último, à minha **família**, Joalice e Geraldo, mãe e pai queridos, Eunyce e Geranyce, irmãs afetuosas. Porque amor tem nome.

*Eu tenho à medida que designo — e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la — e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas — volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu.*

**Clarice Lispector**

*Uma parte de mim é só vertigem: outra parte, linguagem.*

**Ferreira Gullar**

## RESUMO

A informação e o conhecimento estão indissoluvelmente ligados às condições de manifestação da linguagem. Na organização do conhecimento (OC) esse preceito implica em uma série de possibilidades em que se pode alçar as reflexões acerca da informação e do conhecimento para fins de organização. Nesse contexto atenta-se para a validação semântica manifestada na dimensão da linguagem e que confere a representatividade desta linguagem em relação ao domínio a qual se insere e, logo, legitima os processos e produtos documentários. Esta ordem semântica subjacente a um sistema de organização do conhecimento (SOC) pode ser identificada no conceito da garantia sobre qual o sistema se baseia (BEGHTOL, 1986). Nesse sentido, a garantia semântica é considerada o princípio aplicado à construção, desenvolvimento e avaliação de SOCs para justificar e validar significados. Ela orienta o desenvolvedor a verificar as necessidades de inclusões, exclusões e qualquer tipo de modelamento de classes e conceitos da estrutura terminológica de um SOC em função do significado e uso destas classes e conceitos para um determinado propósito ou audiência. Sobre esta conjuntura estabeleceu-se uma arena de reflexões com o objetivo de investigar a noção de garantia, dos elementos fundantes de tal princípio e de seus desdobramentos e inflexões decorrentes das ações de informação no atual panorama sociotécnico. Para isso, recorreu-se ao legado teórico de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Mikhail Bakhtin (1895-1975). Dois filósofos da linguagem que, em períodos e contextos distintos, conceberam ideias transformadoras acerca da linguagem e do significado. Como estratégia para leitura e análise de textos filosóficos lançou-se mão da metodologia filosófica para iluminar o plano de fundo interpretativo da pesquisa. Deduziu-se que, se inicialmente seu propósito inaugural estava vinculado a um requisito de regramento e seu nível de eficiência relacionado a métricas de frequência de palavras em documentos, hoje o princípio da garantia semântica cobre uma série de aspectos e preceitos relacionados à afiguração do significado nos SOCs, capaz de orientá-los em sua projeção, desenvolvimento e avaliação. Nas próprias perspectivas de garantia, considerando a cronologia em que cada uma foi proposta na OC, percebe-se que desde a mais clássica — a garantia literária — até as mais contemporâneas há um deslocamento de uma preocupação puramente normativa a uma dimensão ética, comportamental e de tomada de consciência refletida nas perspectivas cultural, fenomenológica, autopoietica, etc. evocadas para garantir significados úteis no âmbito dos SOCs. Conclui-se que o princípio da garantia semântica é uma resposta ao impulso para criar, expor ou impor uma ou variadas visões de mundo a partir da evidenciação de significados estabelecidos pela linguagem em ação. A ideia de garantia na OC é assim compreendida na argumentação em favor da existência de fatos e fenômenos da realidade passíveis de significação. O estabelecimento de significado pela/na linguagem certifica o compromisso permanente de sentido que a garantia provoca nos SOCs.

**Palavras-chave:** Garantia semântica. Garantia cultural. Estudos da linguagem. Linguagem e significado. Sistema de Organização do Conhecimento (SOC).

## ABSTRACT

Information and knowledge are inextricably linked to the conditions of language manifestation. In Knowledge Organization (KO), this precept implies a series of possibilities in which reflections can be made concerning information and knowledge for the purposes of organization. In this context, attention is drawn to the semantic validation that is manifested in the dimension of language, conferring representativeness in relation to the domain in which it is embedded. This legitimizes documentary products and processes. This semantic order, underlying a Knowledge Organization System (KOS), can be identified in the concept of the warrant on which the system is based (BEGHTOL, 1986). In this sense, the semantic warrant is considered the principle applied to the construction, development and evaluation of KOS to justify and validate meanings. It guides the developer to verify the needs for inclusions, exclusions and any type of shaping of classes and concepts of the terminological structure of KOS depending on the meaning and use of these classes and concepts for a given purpose or audience. Concerning this situation, an arena of reflection was established in order to investigate the notion of warrant, the founding elements of this principle and its unfolding and the resulting inflections of the actions of information in the current socio-technical panorama. For this purpose, the theoretical legacy of Ludwig Wittgenstein (1889-1951) and Mikhail Bakhtin (1895-1975) was used. Two philosophers of language who, at different times and in different contexts, conceived of ideas that would transform the notions of language and meaning. As a strategy for the reading and analysis of philosophical texts, they eschewed the philosophical methodology to illuminate the interpretative background of research. It was deduced that, while their initial proposal was linked to a requirement for rules and the level efficiency related to measurements of the frequency of words in documents, today the semantic warrant principle covers a series of aspects and precepts related to the formation of meaning in KOS, capable of orienting them in their projection, development and evaluation. In the perspectives of warrant, considering the chronology in which each was proposed in the KO, it can be seen that from the most classical (literary warrant) to the most contemporary, there has been a shift from a purely normative concern to one of ethics, behavior and awareness. This is reflected in the cultural, phenomenological, autopoietic, etc. evoked to guarantee useful meanings in the context of KOS. It can be concluded that the semantic warrant principle is a response to the impulse to create, expose or impose one or several visions of the world from the revelation of meanings established by language in action. The idea of warrant in KO is thus understood in the argument in favor of the existence of facts and phenomena of reality that are capable of being assigned a meaning. The establishment of meaning through/in language certifies the permanent commitment that the warrant triggers in KOS.

**Keywords:** Semantic warrant. Cultural warrant. Studies of language. Language and meaning. Knowledge Organization Systems (KOS).

## RESUMEN

Información y conocimiento están íntimamente vinculados a las condiciones de manifestación del lenguaje. En la organización del conocimiento (OC) ese precepto implica una serie de posibilidades que pueden elevar las reflexiones sobre la información y el conocimiento para fines de organización. En este contexto se preocupa en la validación semántica que se manifiesta en la dimensión del lenguaje y la disponibilidad para la representación de este lenguaje en relación con el dominio al que pertenece y, por lo tanto, legitima los procedimientos y productos documentales. Este orden semántico subyacente a un sistema de organización del conocimiento (SOC) puede ser identificado en el concepto de garantía en que el sistema se basa (BEGHTOL, 1986). Se considera garantía semántica, por lo tanto, el principio aplicado a la construcción, al desarrollo y a la evaluación de los SOC para justificar y validar significados. Ella guía al diseñador de los sistemas a verificar las necesidades de inclusiones, exclusiones y cualquier tipo de modelaje de clases y conceptos de la estructura terminológica de un SOC de acuerdo con el significado y el uso de estas clases y conceptos para un propósito en particular o para una audiencia determinada. Sobre esta situación se instaló un escenario de reflexiones con el objetivo de investigar la noción de garantía, los elementos constitutivos de este principio y sus consecuencias y las inflexiones derivadas de las acciones de información en el actual panorama socio-técnico. Para ello, se utilizó el legado teórico de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) y Mikhail Bakhtin (1895-1975). Dos filósofos del lenguaje que, en diferentes contextos y períodos, concibieron ideas transformadoras sobre el lenguaje y el significado. Como estrategia para lectura y análisis de textos filosóficos se recurrió a la metodología filosófica para aclarar el plan interpretativo de la investigación. Se dedujo que, si inicialmente su propósito inaugural estaba vinculado a un requisito de reglamento y su nivel de eficiencia en relación a métricas de frecuencia de palabras en documentos, hoy el principio de garantía semántica abarca una serie de aspectos y preceptos relacionados con la presentación de significados en los SOC, capaz de guiarlos en su proyección, desarrollo y evaluación. En las propias perspectivas de garantía, teniendo en cuenta la cronología en la que cada una es propuesta en la OC, es evidente que, desde la más clásica — garantía literaria — a la más contemporánea hay un cambio de un interés puramente normativa a una dimensión ética, de comportamiento y conductiva de las perspectiva cultural, fenomenológica, autopoietica, etc. evocadas para asegurar significados útiles dentro de los SOC. Se concluye que el principio de la garantía semántica es una respuesta al impulso para crear, exponer o imponer una o diversas visiones del mundo desde el relieve del sentido establecido por el lenguaje en acción. La idea de garantía en la OC es comprendida a través del argumento de la existencia de hechos y fenómenos de la realidad capaces de significar. El establecimiento del significado por/en el lenguaje certifica el compromiso continuo del sentido que la garantía hace que los SOC.

**Palabras-clave:** Garantía semántica. Garantía cultural. Estudios del lenguaje. Lenguaje y significado. Sistema de Organización del Conocimiento (SOC).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Garantia cultural como conceito guarda-chuva.....	89
FIGURA 2 - Relatividade cultural nos significados das palavras .....	102
FIGURA 3 - Modelo conceitual do princípio de conveniência do usuário .....	104
FIGURA 4 - O termo <i>migration</i> nos tesouros EuroVoc e UNBIS .....	127
FIGURA 5 - O termo <i>terrorism</i> nos tesouros EuroVoc e UNBIS.....	128

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BCI	– Biblioteconomia e Ciência da Informação
LCSH	– Library of Congress Subject Headings
OC	– Organização do Conhecimento
ONU	– Organização das Nações Unidas
SOC	– Sistemas de Organização do Conhecimento
UNBIS	– United Nations Bibliographic Information System

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	28
1.2 ESTRUTURA CAPITULAR DA TESE .....	29
<b>2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>31</b>
<b>3 FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM DIÁLOGO .....</b>	<b>35</b>
3.1 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE LUDWIG WITTGENSTEIN .....	38
3.1.1 Primeiro Wittgenstein .....	42
3.1.2 Segundo Wittgenstein .....	45
3.2 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE MIKHAIL BAKHTIN .....	57
3.2.1 Linguagem como fenômeno social .....	61
3.3 WITTGENSTEIN E BAKHTIN: APROXIMAÇÕES.....	66
<b>4 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS DOMÍNIOS DA LINGUAGEM .....</b>	<b>71</b>
4.1 O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA .....	73
4.1.1 O conceito de garantia semântica na organização do conhecimento .....	75
4.1.2 Perspectivas da garantia semântica .....	79
4.1.3 Garantia cultural como conceito guarda-chuva.....	88
4.1.4 Hospitalidade cultural .....	99
<b>5 O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA REVISITADO À LUZ DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM .....</b>	<b>106</b>
5.1 WITTGENSTEIN E BAKHTIN NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO .....	107
5.2 GARANTINDO SIGNIFICADO: SOBRE CONCEITOS SENSIBILIZANTES....	110
5.2.1 Linguagem em ação e significado: dimensão de profundidade .....	112
5.2.2 Ideologia e angulações do sentido.....	115
5.2.3 Diversidade e universalidade: hibridade cultural .....	118

5.3 CONTEXTOS INFORMACIONAIS CONTEMPORÂNEOS E O SENTIDO DE GARANTIA.....	123
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>
<b>ÍNDICE DE ASSUNTO .....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A historicidade recente da grande área biblioteconomia e ciência da informação (BCI)<sup>1</sup> se viu povoada, no final do século passado, de propostas epistêmicas pautadas por correntes teóricas e filosóficas que tomam a linguagem e o significado como seus objetos centrais.

Nesse horizonte destacam-se as contribuições de Bernd Frohmann (FROHMANN, 2004), María Nélica González de Gómez (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1993), Miguel Angel Rendón Rojas (RENDÓN ROJAS, 1996, 2008), Birger Hjørland (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 1998), Rafael Capurro (CAPURRO, 2003) entre outros, que partem de uma consciência epistemológica multifocal das estruturas de compreensão do conceito de informação para se posicionarem perante o mesmo. Para estes autores a informação é entendida como um fenômeno social que se estabelece em uma realidade concreta.

Converge-se entendimentos de que a informação não é um ente estático à espera de ser usada ou manipulada, é necessária a ação de um sujeito social para a sua aparição (RENDÓN ROJAS, 1996). Tal perspectiva pragmática da informação possibilita a ampliação de novos “lugares epistemológicos”.

Filia-se, neste trabalho, a um conceito de informação baseado na noção de sentido enquanto um fenômeno que nasce da interconsciência, isto é, dos valores compartilhados entre os sujeitos imersos numa realidade concreta, estruturados mediante sistemas semióticos e, mais precisamente, no sistema linguístico.

Segundo Brufem, Arboit e Sorribas (2011), as concepções de informação e linguagem relacionam-se especialmente pela ideia de sentido. O entendimento de linguagem está indissociavelmente compreendido no que se reconhece como informação, já que a linguagem é o aparato de mediação da informação.

---

<sup>1</sup> Utiliza-se a expressão biblioteconomia e ciência da informação (BCI) em referência a *Library and Information Science (LIS)*, termo amplamente reconhecido na literatura especializada internacional. O termo “ciência da informação” será preferido apenas nas passagens em que o uso de “BCI” possa descaracterizar a ideia de um autor/texto utilizado em uma citação indireta.

A informação é compreendida a partir de um enfoque pragmático porque sua essência se deve ao sujeito, ela é um ente ideal que existe pela atividade e para satisfazer as necessidades do sujeito ao estruturar e interpretar os signos (RENDÓN ROJAS, 2008). Nessa concepção, a informação é dependente das relações de sentido (intersubjetividade) firmadas entre os sujeitos em situações concretas, ela só pode ser considerada como tal nas condições e contexto cultural nos quais se funda (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

A visão socioepistemológica da informação e suas abordagens em sintonia a um estado de significação instaurado discursivamente pelos sujeitos em sociedade colocam em evidência a instância da mediação simbólica, este *médium* é a linguagem. Esta perspectiva de conhecimento na BCI amplia a arena de discursos e ocasiona uma “reorientação” ou “deslocamento” (SALDANHA, 2010) na epistemologia do campo.

Os novos delineamentos no veio epistemológico da ciência da informação são percebidos como uma influência da virada linguística e virada pragmática nas ciências. A virada linguística, ou giro linguístico (*linguistic turn*), refere-se à mudança paradigmática que a filosofia sofreu no final do século XIX e que considera que o mundo só pode ser acessível através linguagem. Nesta concepção filosófica a linguagem equivale “à estrutura inteligível da realidade” (MORA, 1982, p. 241).

No rastro deste pensamento, reconhece-se virada pragmática como a dimensão prática do conhecimento, da realidade e da percepção de mundo a partir da linguagem em ação (RORTY; GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006; HABERMAS, 2012). Assim, como define Araújo (2003), a partir da virada linguística, a linguagem expõe o mundo e, a partir da virada pragmática, a linguagem seria uma forma de ação no mundo.

De acordo com Rendón Rojas (1996, p. 27), o mundo da informação é ocupado pelo conteúdo das consciências, pelos significados dos enunciados, pelas formas lógicas do pensamento e suas inter-relações e pelos postulados da significação. Este mundo é acessível ao homem através de objetos sensíveis específicos que seriam os signos linguísticos estruturados. O autor ressalta que na visão de uma “informação pragmática” para a área o importante está no “papel do sujeito criar e se conectar ao mundo da informação” destacando-se, nessa perspectiva, o contexto do sujeito e todo o seu conhecimento de

mundo, esta bagagem cognitiva “influencia na dialética do sujeito com o mundo da informação”.

Nessa linha de pensamento, Capurro (1991) admite a virada pragmática na ciência da informação calcada em uma vertente eminentemente hermenêutica. O autor sistematiza a perspectiva temporal da ciência da informação a partir de três paradigmas: o primeiro seria o paradigma físico — a informação é entendida como algo objetivo e coisificado —, o segundo seria o paradigma cognitivo — a informação carrega o caráter objetivo e fundado em modelo mentalista — e, finalmente, o paradigma social — a informação é vista pela dimensão interpretativa e pragmática (CAPURRO, 2003).

Já a abordagem da análise de domínio apresentada por Hjørland e Albrechtsen (1995) é concebida como unidade de análise na ciência da informação para apreender a informação. Os autores defendem que a melhor forma de compreender a informação é estudar os domínios do conhecimento a partir das “humanidades discursivas”, pois só assim é possível entender como diferentes grupos sociais avaliam e valoram a informação e, logo, a maneira como ela deve ser organizada.

Os estudos em análise de domínio se desenvolvem em oposição à abordagem cognitivista, na verdade buscam uma integração teórica entre linhas de pesquisa contemporâneas na ciência da informação — dentre elas o modelo cognitivista — que sozinhas não dão conta de explicar o fenômeno informativo, em parte, por não contemplarem componentes sociais inerentes à informação.

Esta integração é conseguida em parte pela alteração dos pressupostos teóricos sobre a cognição. Desta forma, a análise de domínio — com base em uma teoria da cognição mais sociocultural, pragmática e realista — representa uma teoria alternativa para o fenômeno cognitivo (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 411).

Como observado por Saldanha (2010), a reorientação epistemológica da ciência da informação recebe distintas nomeações entre os teóricos, Capurro (1991, 2003) qualificará de paradigma hermenêutico-retórico e paradigma social, Rendón Rojas (1996) de enfoque pragmático; Araújo (2003), abordagens microsociológicas; González de Gómez (1996) de abordagem comunicacional, e, o próprio Saldanha (2010), de tradição pragmática. Cada autor procura revisitar as questões fundamentais do campo sustentando-se em zonas

variadas de conhecimentos, mas que é em comum a todas elas a perspectiva social e construtivista da linguagem e, por consequência, da informação.

Pondera-se, também, a percepção da ideia de informação na filosofia da linguagem, uma vez que esse será o território de reflexão deste trabalho e pavimento para as inflexões de desfecho. De acordo com Furner (2004, p. 428), na filosofia da linguagem os fenômenos fundamentais para a comunicação humana são rotineiramente modelados de maneira que não exigem compromisso de um conceito de “informação” separado do de “dados”, “significado”, “comunicação”, “conhecimento” e “relevância”, em outras palavras, não há uma necessidade, pelo menos a primeira vista, de traçar distinções exclusivas a cada conceito, pois trata-se de unidades abstratas, que se posicionam em uma mesma dimensão de “estados mentais”, isto é, de pensamento.

Ainda, segundo o autor supracitado, a sistemática de concepções de informação pode ser desenvolvida com base em distinções filosóficas comumente reconhecidas — entre entidades linguísticas, mentais e físicas, entre objetos e eventos, e entre particulares e universais — de taxonomia do conceito de informação, porém nenhuma categoria exige o rótulo de “informação” para ser diferenciada das outras. Nesse sentido, Furner (2004) entende que a ideia de informação, sob a ótica da filosofia da linguagem, é tratada como um conceito fundamental existente no mesmo nível que, por exemplo, “significado”, “conhecimento” e “verdade”.

Assim, este preâmbulo contextualiza a natureza de saberes da BCI com a qual se pretende dialogar e pela qual se viabiliza o estabelecimento de uma série de atos reflexivos no cerne de um domínio considerado um eixo da BCI — a organização do conhecimento (OC).

O campo da OC estrutura-se a partir de uma comunidade científica na qual ocorre uma intencionada investigação a respeito do que é conhecimento e de seus diversos ordenamentos ou sequências, tanto aqueles que são naturais ou heurísticos quanto aqueles que são impostos e orientados a propósitos específicos. Os produtos do domínio e as regras utilizadas como critérios de ordenamento são segmentos do que é o conhecimento organizado. O termo “organização do conhecimento” é reconhecido no contexto científico por designar um campo de estudo BCI na qual se desenvolvem atividades de representação

do conhecimento para os mais variados propósitos e circunstâncias, bem como nos mais diversos contextos de informação, inclusive no contexto digital.

O horizonte informativo-documental que se desenhou a partir das tecnologias de informação e comunicação, em especial no âmbito da *World Wide Web*, apontam para novas questões e desafios que problematizam o campo da OC. Neste cenário, destaca-se a reorientação de procedimentos documentários, descrita como a ascensão de novas articulações de produção, uso, organização e fluxo de informação, pautada pela descentralização de processos informativos e caracterizada pela filosofia colaborativa e de rede (MAI, 2011).

No que se refere à natureza da linguagem em ambientes virtuais toma-se como premissa que os processos documentários, nos atuais cenários sociotécnicos, ficaram sujeitos a condições cada vez mais próximas do uso da linguagem cotidiana (GRACIOSO, 2010). Ademais, orienta-se pelos postulados de que a organização e representação do conhecimento não podem ser pensadas isoladamente da cultura, meio social e contexto em que se estabelecem (BEGHTOL, 2002, 2005; HJØRLAND, 2002).

Neste sentido, alude-se para as consequências, impactos e mudanças nos processos e no manejo dos elementos investigativos do campo — ressignificados — bem como os novos olhares e reflexões necessários para compreendê-los. Dentre as demandas de pesquisa, observam-se manifestações quanto aos temas relacionados aos usos, apropriações e significados da linguagem enquanto meio de expressão para a representação do conhecimento em contextos de informação que permitem a coexistência de uma multiplicidade de visões e interações a um mesmo objeto de informação ou a um determinado domínio do conhecimento.

A exemplo, tem-se as estratégias de organização da informação — e também os produtos derivados destas ações — manifestantes nos contextos de informação digital que representam uma série de possibilidades tanto no âmbito teórico como na dimensão prática da BCI. Acredita-se que as condições e manifestações de organização da informação, propagadas em contextos informacionais contemporâneos, possam subsidiar e justificar diversas proposições de um quadro teórico-prático emergente no campo da OC.

As esferas de socialização, troca e fluxos de informação ascendentes a partir das tecnologias e plataformas interativas da *Web* se mostram como uma oportunidade de encarar as ações de informação<sup>2</sup> (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999) que englobam os objetos de estudo da área e tem orientado vertentes investigativas, sobretudo no que diz respeito à manifestação do significado na linguagem ressaltado pela perspectiva social das tecnologias de informação e as práticas de organização da informação.

Repercute-se hoje um cenário sociotécnico virtualizado que se firma como um *locus* informacional pujante para a época. Uma dimensão social virtualmente instaurada por meio de tecnologias que permitem a interação social bem como a armazenagem, troca, gerenciamento e construção de conhecimentos, a partir de um movimento descentralizado de organização. Essa nova configuração de comunicação documentária permite ao sujeito informacional assumir outros papéis além de meros receptores, os indivíduos participantes das ambiências de informação em contextos digitais gozam de maior possibilidade de influenciar e se verem refletidos na organização e representação de informações.

Essa possibilidade de construção dinâmica de conteúdos na *Web* desmembrou alguns pontos de partida de investigação da ciência da informação e de algumas áreas afins. Conceitos como autoridade, instituição e comunidade usuária ficaram abstratos no contexto *Web* de produção e uso da informação (GRACIOSO, 2007, não paginado).

Nesse horizonte, muita atenção recai sobre o sujeito informacional, sobre seu comportamento e sobre os produtos de suas ações no intuito de compreensão e aproveitamento dos fenômenos e práticas informacionais que se desenvolvem nas arenas de socialização estabelecida pelas tecnologias de rede com o propósito de atualização, amadurecimento e fortalecimento dos princípios, processos e instrumentos que servem à OC.

Acredita-se, portanto, que estas ações de informação do panorama social e tecnológico contemporâneo, incidentes no campo da OC, suscitam novos tipos de questões — no plano prático e teórico — que exigem reflexões e procedimentos para a compreensão dos fenômenos e avaliação de seus benefícios. Na perspectiva teórica tem-se buscado identificar fundamentos do substrato da linguagem que podem aperfeiçoar preceitos

---

<sup>2</sup> González de Gómez (1999) utiliza a expressão *ações de informação* para referir-se aos objetos de estudo da ciência da informação, resultado da articulação de vários estratos imersos na vida social, dentre eles a linguagem, os próprios sistemas sociais, os sujeitos e as organizações.

clássicos da OC, bem como auxiliar na compreensão dos fenômenos de informação evidenciados pela onda pragmatista emergida do atual cenário sociotécnico.

Dentre as questões de pesquisa sobressalentes nesse cenário está a possibilidade de notas reflexivas motivadas pelo gesto representacional conduzido pelos usuários em suas estratégias de organização de informação. Nesse contexto atenta-se para a validação do significado manifestado na dimensão da linguagem e que confere a representatividade desta linguagem em relação ao domínio a qual se insere e, logo, legitima os processos e produtos documentários.

A instrumentalidade dos sistemas de organização do conhecimento (SOC)<sup>3</sup> pressupõe que as relações de significados são, sobremaneira, o expoente da indução semântica que orienta tais sistemas. Para a determinação das relações semânticas de um dado domínio representado em um SOC, Hjørland (2007) ressalta a necessidade de “garantias” para validar o estabelecimento de relações. Nesta perspectiva, os fundamentos semânticos — e pragmáticos — na OC são acionados como categorias de condução no que subjaz a informação enquanto portadora de significado útil aos propósitos de sistemas representacionais.

O panorama histórico da teoria na OC indica pressupostos subjacentes às práticas do campo que de certa forma as orienta. Um desses pressupostos diz respeito à “como infundir a significação necessária em sistemas de classificação” a fim de justificar a sua utilidade. O progresso teórico dessa vertente no plano de princípios gerais da OC refere-se aos elementos semânticos que caracterizam um SOC como um instrumento de representação do conhecimento e possibilita-o ser utilizado para organizar o universo documental de forma eficaz e expressiva. “Tal lógica semântica subjacente a um sistema de classificação pode

---

<sup>3</sup> O termo sistemas de organização do conhecimento (SOC) pretende englobar todos os tipos de esquemas, ferramentas e dispositivos que apresentam a interpretação organizada das estruturas do conhecimento. Nos SOCs estão inclusos os esquemas de classificação que organizam materiais a um nível geral (como as classificações bibliográficas), cabeçalhos de assunto e tesouros, que fornecem acesso mais detalhado, e esquemas de controle de autoridade que regulam variações terminológicas (como nomes geográficos e nomes pessoais). Eles também incluem esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias (HODGE, 2000; ZENG; CHAN, 2004).

ser identificada no conceito da *garantia* sobre o qual o sistema se baseia”<sup>4</sup> (BEGHTOL, 1986, p. 110, tradução nossa).

O conceito de garantia foi introduzido no campo por Edward Wyndham Hulme (1859-1954) para designar o princípio da garantia literária — sentença teórica que seria a base da classificação bibliográfica e da definição de classes de assunto, que argumenta que as classes e subclasses derivam da literatura existente sobre determinado tema ou domínio, em vez de uma ordem filosófica preconcebida das ciências.

Este princípio semântico da OC foi apresentado e discutido por Hulme em uma série de publicações na *Library Association Record* entre os anos de 1900 e 1912. Apesar de ter sido um dos princípios mais fundamentais da análise de assunto na catalogação anglo-americana (RODRIGUEZ, 1984), o trabalho de Hulme passou boa parte do século XX sendo negligenciado pela comunidade científica. Isso devido, em parte, pela sua oposição à tendência classificacionista da época — baseada em ordem preestabelecida (ordem das ciências) — e também pela predominância da abordagem sintática no desenvolvimento de estudos e de instrumentos de representação em boa parte daquele século.

Assim, até os anos 1970 poucos foram os interesses e as discussões substanciais acerca da garantia literária de Hulme (LEE, J., 1976) e da noção de validação semântica que o subjaz. A partir de então, na emersão de novas abordagens e fronteiras para a BCI, começam a circular algumas publicações que revisitaram e buscaram aprofundar as reflexões de ordem semântica partindo dos conceitos propostos pelo bibliotecário britânico.

Destacam-se nesse contexto os trabalhos da canadense Clare Beghtol responsável por sugerir o termo garantia semântica para definir o fundamento teórico-metodológico que justifica, autoriza ou garante que uma classe, conceito, termo ou qualquer elemento de notação pertencente a um SOC será útil e significativo para classificadores e usuários atendendo, portanto, às necessidades destes sujeitos e refletindo suas concepções de mundo.

---

<sup>4</sup> “[...] how to infuse the necessary meaningfulness into classification systems [...] One such underlying semantic rationale for a classification system may be identified in the concept of the *warrant* upon which the system is based.”

Em seu celebrado artigo de 1986, *Validade semântica: conceitos de garantia em sistemas de classificação bibliográfica*,<sup>5</sup> Beghtol realiza mais que uma atualização da teoria de Hulme, ela fornece subsídios para a progressão das discussões teóricas na OC através de indagações acerca dos SOCs que, de alguma forma, apontam para as lacunas e fragilidades da dimensão teórica do campo, mais precisamente o veio da significação infundida nas linguagens e demais estruturas simbólicas que integram um SOC.

A autora se questiona que evidências e elementos teóricos podem ser invocados para supor que o princípio da garantia semântica sustente significado consistentemente útil e valioso para os sujeitos que fazem uso de um SOC (BEGHTOL, 1986). A inquirição de Beghtol é uma referência importante para o presente trabalho, correspondendo ao marco inicial desta proposta, uma vez que se pretendeu conduzir à cena algumas categorias e elementos dos estudos da linguagem que subvencionaram o desenvolvimento de uma reflexão acerca do princípio da garantia semântica.

O preceito de garantia como um princípio de validação semântica de uma linguagem documentária tem sido aplicado ao longo dos tempos na conjuntura de práticas da BCI. Entretanto, as singularidades das novas ambiências e condutas sociais no que se refere às ações de informação exigem a incorporação de verticalizações e complexidades epistêmicas, mas de complexidades que agreguem valor à reflexão.

Segundo Moura (2009) interessa à ciência da informação a manifestação orgânica da linguagem que emana das identidades informacionais nos espaços semânticos da *Web*, uma preocupação que se funda

[...] na necessidade de compreender e dimensionar os desdobramentos da participação dos usuários na constituição de linguagens de referência adotadas na organização e recuperação da informação em ambientes digitais. É preciso compreender ainda a dinâmica de constituição dos acordos que legitimam a terminologia adotada em tais ambientes, anteriormente exercida pelas garantias literária, de uso e estrutural (MOURA, 2009, p. 34).

Observa-se que tais garantias vêm sendo revisitadas, incrementadas e estendidas (BARITÉ *et al.*, 2010; BEGHTOL, 2002; GRACIOSO, 2010), entretanto o posicionamento desta tríade continua nuclear no que diz respeito à validação semântica das linguagens

---

<sup>5</sup> Título original *Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems*.

documentárias. O que se percebe é um esforço teórico-metodológico na tentativa de identificar componentes de significação que, apesar de incorporados ao fundamento semântico implícito aos sistemas de organização do conhecimento, não são devidamente explorados.

Há uma movimentação em que se observam esforços teóricos em afiliação às disciplinas e áreas do conhecimento que favorecem a ampliação das fronteiras argumentativas da *episteme* da BCI. No que diz respeito aos estudos semânticos na OC, tem-se acompanhado propostas reflexivas acerca da garantia semântica ou pelo menos da noção de garantia enquanto princípio da validação de significado em sistemas e ambiências de informação, que não se atêm à sentença de novas perspectivas de garantia, mas se posicionam no cerne do conceito de garantia.

Seguindo a linha de pensamento de Beghtol (1986), questiona-se neste trabalho quais componentes teóricos, nos substratos da significação, podem ser acionados para o fortalecimento ou reorientação de tal princípio de forma que envolva as complexidades e satisfaça às demandas informacionais em tempos e espaços digitais.

Gracioso (2010, p. 287), por exemplo, recorre ao nível discursivo dos agenciamentos de informação para legitimar a validação de significado nos espaços virtuais. Conforme a autora, no contexto da *Web* “algumas atividades discursivas têm se utilizado como critério de validação e confirmação sobre a veracidade ou a confiabilidade dos conteúdos”, este seria um tipo de validação baseado em aspectos sociais, comunicacionais e discursivos.

Acredita-se que, mais que renovadas possibilidades de se pensar métodos e princípios de organização do conhecimento, propostas de pesquisa, como a supracitada, podem evidenciar insuficiências do campo expondo fragilidades de sua dimensão teórica decorrente de um retrospecto evolutivo fortemente baseado na experiência e na prática.

Ressalta-se que a assistência de abordagens e estudos da linguagem na BCI não é nenhuma novidade, ao contrário, a área está inerentemente associada a disciplinas dedicadas à linguagem, afinal esta constitui o meio em que se tem acesso à informação, em outras palavras, a linguagem é a mediação entre o ser humano e o assimilável. Nesse sentido,

estudar as relações de sentido provocadas pela linguagem é, ao mesmo tempo, explorar a natureza da informação.

Sobre esta conjuntura pretende-se estabelecer uma arena de reflexões acerca da noção de garantia — como entendida no campo da OC — dos elementos fundantes de tal princípio e de seus desdobramentos e inflexões decorrentes das ações de informação no atual panorama sociotécnico. Para isso, recorre-se ao legado teórico de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (Viena, 26 de abril de 1889 — Cambridge, 29 de abril de 1951) e Mikhail Mikhailovich Bakhtin (17 de novembro de 1895, Oriol — 7 de março de 1975, Moscou). Dois filósofos da linguagem que, em períodos e contextos distintos, conceberam ideias transformadoras acerca da linguagem e do significado.

Neste trabalho entende-se a filosofia da linguagem como uma nova percepção da filosofia, do ponto de vista investigativo, decorrente da emergência linguística nas ciências no século XX. Os problemas da filosofia, antes colocados ao plano da consciência e suas representações, passam a ser posicionados ao nível da linguagem. A linguagem converte-se em dimensão pela qual torna-se possível chegar à elucidação de muitos questionamentos filosóficos.

A partir desta visão considera-se que a linguagem não representa apenas uma ferramenta de expressão que ajuda a descrever a realidade, mas sim a forma ontológica através do qual a realidade é dada aos indivíduos. “Estruturas de linguagem são constituídas *pela* e são constitutivas *para* a estrutura da realidade; qualquer análise ontológica já está transcendentalmente fundamentada na linguagem”<sup>6</sup> (TOMIC, 2010, online, grifo nosso). Com efeito, gerou-se uma pluralidade de percepções da estrutura e natureza da linguagem vindas à tona por teorias e projetos filosóficos em que cada um deles explica algum aspecto da realidade a partir da linguagem.

Nesta seara, reconhece-se os trabalhos de Wittgenstein e Bakhtin orientados pela abordagem pragmática para desenvolvimento de seus pensamentos, ambos atendem às noções de linguagem e sentido como possibilidade de apreensão da realidade sob o ponto de vista do pragmatismo. Os dois pensadores conduzem a atenção para a natureza da

---

<sup>6</sup> “Language structures are constituted by and are constitutive for the structure of reality; any ontological analysis is already transcendently grounded in language”.

linguagem enquanto uma atividade, abordada em reconhecimento ao seu fluxo incessante de manifestação de significados a partir do exercício de seu uso. Os autores introduzem um tipo particular de entendimento da linguagem que está em sua função de sustentar a inteligibilidade das atividades cognitivas dos indivíduos a partir do estabelecimento das interações sociais e seus contextos.

Assim também se reconhece a influência do pragmatismo na BCI, em especial na organização dos saberes (SALDANHA, 2012), ou seja, no domínio da OC, como abordagem de estudos dos fenômenos da informação e do conhecimento, notando uma forte inclinação de compreensão do conhecimento em organização a partir da perspectiva do uso que se faz dele, isto é, da sua utilidade adequada a uma comunidade. Buscou-se, desse modo, uma aproximação profícua entre o princípio da garantia semântica, como fundamento para a validação de significados úteis a uma audiência e os estudos da linguagem de Ludwig Wittgenstein e Mikhail Bakhtin a partir de conceitos fundamentais de suas obras que admitiram um diálogo proveitoso aos preceitos basilares da garantia semântica.

Faz-se necessário, ainda na introdução do trabalho, realizar uma pequena, porém fundamental, digressão acerca do conceito de semântica e justificar de antemão a escolha pelo termo “garantia semântica” como parte do título da tese.

Entende-se que as questões de ordem semântica estão subjacentes às perguntas que orientam a BCI e, em especial, reveste todos os processos da OC a que se refere à formalização de domínios por meio de relacionamentos entre conceitos a partir de suas características e propriedades. Esse é, classicamente, o plano instrutivo mais à superfície da percepção entre o conhecimento propriamente dito e sua representação em um SOC. Isso se deve ao posicionamento da semântica enquanto um campo preocupado com a linguagem humana, sua centralidade reside em sistemas linguísticos estruturados que são recursos de que se lança mão para representar conhecimentos.

É evidente que a Semântica é imprescindível para aqueles cujo objeto de reflexão é a linguagem humana, já que a própria definição de linguagem supõe a existência de significado. Independentemente do quadro teórico do pesquisador, uma definição de língua (ou de linguagem) carrega sempre uma remissão à Semântica (OLIVEIRA, 2001, p. 11-12).

A palavra “semântica” encontra justificação terminológica no verbo grego *semaíno* (transliteração de σημαίνω), introduzido por Aristóteles para denotar a função específica do signo linguístico, remetendo à noção de “significar algo” a partir de uma linguagem estruturada (ABBAGNANO, 2007). Pode-se falar em diversos estudos de ordem semântica bem como sua exploração em outros domínios da ciência, como na Lógica<sup>7</sup>, mas o mais reconhecido é o da semântica na linguística (DUCROT; TODOROV, 2007), dentro desta vertente encontram-se teorias semânticas distintas (Teoria da Valência, Gramática de Casos, Gráficos Conceituais, Teoria da Gramática Funcional entre outras) que, em maior ou menor grau, fundamentam os processos de formalização de linguagens em SOCs (CAFÉ; BRÄSCHER, 2011).

Embora a semântica seja um domínio de investigação de limites latentes e perspectivas conflitantes (HJØRLAND, 2007), é reconhecível que seu território de destaque é a linguística, focando-se na investigação do significado das sentenças (CANÇADO, 2008). Se por um lado o trato com a estrutura da linguagem formal *per se* brinda a OC com uma envergadura confortável aos estágios práticos, sobremaneira aos momentos de sintetização de conhecimentos a uma estrutura inteligível capaz de refletir significados, por outro lado, a exclusiva ancoragem aos domínios semânticos limita as demais possibilidades de estudo de apreensão de significados e suas potencialidades na OC.

Nesse sentido, observa-se que muitas correntes de investigação e estudiosos da OC não se atêm ao arcabouço teórico da semântica para buscar explicações acerca dos fenômenos da informação e do conhecimento, justificando-se que alguns aspectos do significado são explicados em termos de teorias da ação, ou seja, na dimensão pragmática. Eles recorrem a outras ciências, estudos e filosofias da linguagem que abrem mão das manifestações da linguagem ao nível das proposições para se aprofundarem em categorias mais sensíveis no que tange a manifestação do significado na linguagem recorrendo ao enunciado, ao discurso, ao signo etc. como unidade de análise.

No entanto, reconhece-se que tais esferas de expressão do significado se dão em planos ainda muito abstratos às práticas de sintetização de significados em sistemas gerenciáveis,

---

<sup>7</sup> Embora se tenha optado por usar letra minúscula para se referir a domínios do saber, disciplinas e cursos, decidiu-se grafar em letra maiúscula as menções à Lógica, enquanto disciplina do conhecimento, para se diferenciar do vocábulo “lógica” – forma coerente de raciocínio – muitas vezes utilizado neste trabalho.

na verdade em muitos casos se mostra irrealizável evidenciar a significação de conhecimentos a partir da concretude e formalidade requerida pelos sistemas de natureza representacional como os SOCs. Essa contextura favorece a aplicação de fundamentos semânticos a instrumentalizações na OC, garantindo melhor eficiência e correspondência entre o conhecimento propriamente e suas representações.

Um dos resultados deste vínculo entre OC e a semântica é a tendência, nos últimos anos, à qualificação de linhas de pesquisa, processos, métodos e principalmente produtos e serviços que carregam o vocábulo “semântica” no nome. O exemplo mais notável talvez seja a propositura da *Web Semântica*, mas também é possível identificar gestores de conteúdo, plataformas, softwares, ferramentas e serviços de informação que se autoqualificam como semânticos.

A crítica a essas aplicações dedicadas a administrar informação e conhecimento é a subvalorização, desfoque ou, em alguns casos, a superação das fronteiras de estudo da semântica. Não se advoga aqui uma diligência conceitual acerca das aplicações e tecnologias vigentes que exploram o termo em suas nomenclaturas, porém é importante que se tenha a noção de dilatação do conceito e seus usos na BCI.

Nesses termos, entende-se que a escolha pelo termo “garantia semântica” pode gerar um equívoco com relação ao posicionamento teórico elegido para conduzir as reflexões, uma vez que se trata de estudos da linguagem que transmontam o domínio semântico e não o evocam, necessariamente.

Porém, conjectura-se que Beghtol (1986), ao empregar o termo “garantia semântica” para designar um princípio tão precípuo à OC, o fez reconhecendo ao menos dois aspectos da semântica e sua influência na BCI. O primeiro aspecto, recém-mencionado, seria a amplitude de significado do termo, ou seja, não só como o ramo da linguística que engloba distintas teorias semânticas, mas, sobretudo, a noção de semântica como sinônimo de “significar”, relativo à significação em sua mais apartidária acepção. O segundo aspecto, acredita-se, é a visão pragmatista de Beghtol, em que o termo se justificaria pelo fato de que independente da excursão translinguística que se proponha realizar nos estudos em OC, havendo uma dimensão aplicada (ao menos para formalizar relacionamentos e

representações conceituais), a passagem pela semântica se mostra como uma estância inevitável.

Sendo assim, o intuito da utilização de “garantia semântica” não se refere a uma demarcação ao campo da semântica linguística, se deve primeiramente a uma referência tributária à proposta de Clare Beghtol, comungando com sua abordagem, isto é, seu modo de enxergar tal princípio, mas sobretudo pelo seu visionarismo frente à noção de uma espécie de mimetismo semântico que subjaz as perspectivas e modulações de garantir significados e suas consequências para os preceitos de organizar e representar conhecimentos.

### 1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Ao sinalizar para a expansão das unidades de análise dos fenômenos da informação e do conhecimento o presente trabalho teve como objetivo investigar os componentes estruturadores do princípio da garantia semântica, no âmbito do campo da OC, para a sistematização de proposituras teórico-conceituais orientadas pela perspectiva da significação nos estudos da linguagem de Ludwig Wittgenstein e Mikhail Bakhtin, desmembrado nas seguintes ações:

- explorar a noção de “garantia” tal como compreendida no campo da organização do conhecimento;
- revisitar as principais propostas de garantia baseada nos agenciamentos de uso da informação;
- sistematizar os elementos da esfera da significação que conformam a validade semântica e representatividade das linguagens de representação do conhecimento;
- explorar o subprincípio da hospitalidade cultural no âmbito da perspectiva da garantia cultural;
- tencionar um arcabouço conceitual que fortaleça e atualize a reflexão teórica do princípio de garantia semântica nos contemporâneos contextos de informação.

## 1.2 ESTRUTURA CAPITULAR DA TESE

Neste capítulo introdutório procurou-se descrever o tema central de pesquisa e sua relevância para a BCI, os questionamentos, os objetivos, as dimensões de análise teórica e os domínios do conhecimento pelos quais se deseja transitar. A tese se compõe, ademais, de outros cinco capítulos organizados de modo a facilitar a leitura e compreensão das ideias apresentadas e defendidas.

O segundo capítulo tem como objetivo informar previamente ao leitor as propriedades metodológicas da pesquisa, ressaltando o seu caráter teórico e sua abordagem analítica, apresentando também o uso de uma estratégia reflexiva para leitura de textos filosóficos, a saber, a metodologia filosófica, contextualizando seu uso em uma área do conhecimento — a BCI — ativamente influenciada pelas dimensões filosóficas da linguagem e do significado.

No terceiro capítulo apresentam-se as relações entre linguagem, informação e sentido, rememorando o panorama em que a OC dialoga com os estudos da linguagem, em especial, com a filosofia da linguagem de Wittgenstein e Bakhtin. Adiante, discorre sobre o legado intelectual dos dois filósofos e procura-se ressaltar as principais noções e conceitos desenvolvidos pelos pensadores bem como as aproximações entre eles quanto à concepção do significado a partir da linguagem.

No quarto capítulo aborda-se a dimensão teórica do campo da OC indicando sua indissociabilidade com os domínios da linguagem e da significação para, em seguida, apresentar o princípio da garantia semântica, seu enquadramento conceitual e as diversas propostas de perspectivas de garantia. Destaca-se a força e potencialidades do entendimento da garantia cultural — como uma das perspectivas do princípio da garantia semântica — e do subprincípio da hospitalidade cultural enquanto conceitos que, embora complexifiquem as análises das condições de significabilidade no processo de organização e representação do conhecimento, enriquecem as reflexões teóricas na OC.

O quinto capítulo inicia-se com as aproximações de Wittgenstein e Bakhtin ao campo da OC, ressaltando as contribuições do pensamento de ambos os filósofos às reflexões teóricas travadas na OC. Logo depois, desvela-se o exercício reflexivo no âmbito do princípio da

garantia semântica apoiado pelas valências filosóficas de Wittgenstein e Bakhtin, com inflexão especial aos conceitos de linguagem em ação, significado e uso, ideologia, formas de vida, diálogo e interação, cultura e jogos de linguagem. Ao fim do capítulo, busca-se analisar nos contextos informacionais contemporâneos, a partir de exemplos em dois tesouros, as condições de significabilidade da linguagem documentária em reconhecimento aos aspectos culturais absorvidos e refletidos por ela.

O último capítulo é dedicado à apresentação das considerações conclusivas da pesquisa e projeções para futuros estudos. Esboça-se uma síntese das ações e resultados de análises, pontuando alguns objetivos alcançados. Todavia enredam-se algumas considerações conclusivas baseadas nas reflexões resultantes do desfecho da pesquisa, alertando para a necessidade de continuação das investigações acerca das temáticas estudadas.

## 2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia de uma investigação científica refere-se aos procedimentos regularmente utilizados na busca de conhecimentos. Para chegar a uma metodologia adequada o pesquisador, já em mente com seu problema de estudo, o equaciona e lança mão de certos conhecimentos e procedimentos — anteriormente empregados em outras pesquisas ou especialmente concebidos para aquele fim — procura resolvê-lo (BUNGE, 1976).

Uma estratégia metodológica procura focalizar conceitos gerais e específicos que sustentam o discurso científico clássico, como os conceitos de hipótese, lei, teoria, axioma entre outros da mesma família. Porém a metodologia examina estes conceitos por um prisma genérico. Cada pesquisa exigirá cuidados particulares quanto à seleção de quais conceitos, bases e elementos de investigação serão explorados em sua realização.

A presente tese trata-se de uma pesquisa de caráter teórico, pesquisas dessa natureza, segundo Demo (1995), caracterizam-se pelos estudos de teorias e princípios, pela formulação de quadros de referência e pelo aprimoramento de conceitos. Embora prescindida de uma intervenção incisiva e imediata na dimensão prática da realidade, o plano teórico não é estanque e sua relação com o plano da experiência será fundamental para realização das reflexões pretendidas.

Nesses termos, guia-se pela análise sistemática de um plano teórico-conceitual, delimitado de antemão, no âmbito da BCI, a partir do procedimento técnico denominado pesquisa bibliográfica que, conforme Gil (2010), é desenvolvida com base em outros registros de informação, isto é, de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Por se tratar de um estudo em que o conceito de linguagem — e o domínio da filosofia da linguagem — desempenha um papel de aglutinação do texto, orientando-se, como plano de fundo interpretativo, pelos preceitos da metodologia filosófica, esta abordagem ditou as etapas de reflexão frente às fontes de informação consultadas.

Segundo Daly (2010), a natureza da filosofia é mais bem compreendida através da prática filosófica metodologicamente reflexiva, isto é, o método do pensamento nos domínios da filosofia se mostra inerente à sua constituição.

A metodologia filosófica admite, de acordo com Dever (2016), uma leitura “de ordem inferior”, na qual as respostas admissíveis são o uso de experimentos mentais para testar análises conceituais, ou compreender nós e nossos ambientes de uma forma favorável ao florescimento humano. Mas a mesma metodologia admite uma leitura “de ordem superior”, no qual respostas admissíveis são os métodos epistemológicos que distinguem a filosofia das ciências naturais e humanas, ou a busca de uma descrição da realidade no nível mais fundamental.

Em sentido amplo, a metodologia filosófica é o estudo de fazer filosofia, ou seja, é a transformação de reflexões espontâneas em pensamento filosófico através da dialética e resultando na formulação de argumentos. Embora falar em método no âmbito da filosofia pode parecer um pouco controverso Folscheid e Wunenburger (1997) vão dizer que o pensamento filosófico é regido por um ou mais métodos, filosofar envolve as ações de análise, raciocínio, argumentação e crítica.

O método [filosófico] obedece a uma necessidade interna e não a um capricho vindo de alguma outra parte. Seria inútil, portanto, esperar dominar técnicas se não se compreende a razão de ser que está inscrita no modo de pensar filosófico. Por isso a metodologia filosófica não tem existência em si, autonomia em relação à disciplina; ao contrário, ela se confunde com o conjunto das exigências teóricas e especulativas do ato de filosofar, cujo objetivo é dar às idéias e à reflexão o mais obstinado rigor e a maior perfeição possível (FOLSCHEID; WUNENBURGER, 1997, p. VIII).

Os autores entendem que está imbricado um comportamento metodológico no próprio ato de filosofar, pensar filosoficamente é saber pensar e, desse modo, é possível falar em aprender a filosofar. Considera-se que haja particulares entre as diversas interpretações do método filosófico, porém, de modo geral, todas as abordagens descrevem um método aplicável à multiplicidade de discursos filosóficos, compreendendo quais as suas especificidades e os mecanismos gerais pelos quais as filosofias se produzem textualmente (COSSUTTA, 2001).

Para contemplar as estratégias de interpretação deste trabalho, recorre-se às formulações sistemáticas de procedimento intelectual para o desenvolvimento reflexivo filosófico propostas por Folscheid e Wunenburger (1997), a saber, leitura, explicação, comentário e dissertação. Tais etapas constituem as ferramentas do método filosófico podendo, em alguns casos e sob a ótica de certos metodologistas, se desdobrarem em mais etapas.

Centrando-se nas etapas sugeridas pelos autores supracitados tem-se que a leitura é o estágio em que se relacionam evidências e se acede às informações, também é quando se formam as indagações definidoras de caminhos e possibilidades. De acordo com os autores, o texto é o estrado para qualquer tipo de iniciação filosófica, isso significa, entre outros pontos, ter uma relação original com o texto, isto é, aprofundar-se no conhecimento dos autores e de seus conceitos.

A explicação é a melhor forma de se chegar ao pensamento filosófico, pois se relaciona à reflexão e interpretação de ideias do texto em análise. Ela é, ao mesmo tempo, comprovação e insumo ao ato de filosofar. Explicar implica na exposição e desdobramento de um texto filosófico, considerando-se a circunscrição do contexto do texto.

Na etapa de comentário procede-se uma indagação armada acerca das ideias reveladas na explicação, busca-se estabelecer um diálogo com o próprio texto, concordando ou discordando de seus argumentos. Nesse sentido, não se trata mais apenas de evidenciar o que um autor disse concretamente num determinado texto, mas de instaurar um diálogo com suas ideias, com o propósito de situar o texto no interior da obra da qual ele se apresenta e identificar o papel no pensamento filosófico do autor.

A quarta etapa, a dissertação filosófica é considerada o exercício filosófico por excelência sendo viável e concebível em razão de suas regras — regras que se pode aprender e às quais se deve submeter. O exercício da dissertação passa pelos momentos da redação, avaliação e correção, estes constituem as condições elementares da compreensão e regras da dissertação.

Ainda, segundo os autores, deve-se evitar uma atitude passiva frente à aplicação da metodologia filosófica, que apenas repita as orientações propostas. Na verdade, cada

indivíduo deve exercitar sua própria compreensão e aplicar os conhecimentos do método às realidades particulares.

Em suma, Folscheid e Wunenburger (1997, p. X) esclarecem que aprender a filosofar, por meio de um método, não significa prestar-se de um instrumento para controlar entendimentos, mas alcançar “progressivamente a arte de desenvolver as aptidões de nosso próprio espírito a julgar e raciocinar em geral”.

Acena-se, a partir desta predileção metodológica, a conjuntura de expansão da matriz epistemológica da BCI em direção à metodologias que ensejem novos olhares e novos descobrimentos à esta área do conhecimento, desvelando novas facetas dos objetos de estudo da BCI, bem como complementando a instrumentalização e suporte do ato de pesquisar no âmbito desta ciência.

### 3 FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM DIÁLOGO

O conceito de estudos da linguagem — muitas vezes tratado como um sinônimo para referir-se às ciências da linguagem (DUCROT; TODOROV, 2007) — tem um forte apelo de uso no intuito de definir um campo acadêmico que, apesar de amplo e heterogêneo, tem a linguagem como objeto de estudo. A linguagem, enquanto objeto científico, caracteriza-se por fronteiras de difíceis demarcações e de determinações conceituais fluidas. Tais aspectos a tornam um objeto de estudo compartilhado por diversas disciplinas e ciências — razão pela qual utiliza-se o plural (ciências ou estudos) para se referir a este grande campo.

A predileção por referir-se ao campo dedicado à linguagem pela alcunha de “estudos da linguagem” reside na intencionalidade de não se limitar de antemão a uma exclusiva corrente teórica ou escola de pensamento, o que poderia comprometer o exercício reflexivo aqui proposto. Entretanto, reconhece-se a necessidade de especificar um vetor explanatório que funcione como ponto de orientação das discussões, para tal, recorre-se a um conceito-chave entre a linguagem e a informação: o significado.

Objetos de informação são criados intencionalmente por indivíduos que desejam se comunicar uns com os outros. Eles são o resultado de uma escolha de combinações de signos quase ilimitados no que diz respeito ao que eles podem significar. O conteúdo do objeto de informação é de mesma natureza da linguagem, pois é compreendido como um fenômeno social, condicionado pela história e cultura, e se manifesta através de conceitos e significados compartilhados.

Segundo Raber e Budd (2003, p. 515), os paralelos entre linguagem e informação se apresentam de forma cadenciada. Para os autores, a afinidade entre o objeto informativo e o signo, e entre a informação e a linguagem como objetos teóricos, “baseia-se no fato de que todos os objetos informativos são necessariamente signos, em última análise, de uma expressiva relação entre um significante e um significado”<sup>8</sup>.

Os autores ressaltam que o significado de um signo, na forma de uma linguagem, é resultante de convenção e aceitação social. Entendendo que a linguagem, enquanto sistema,

---

<sup>8</sup> “[...] is based on the fact that all informative objects are necessarily signs, ultimately expressive of a relationship between a signifier and a signified.”

estrutura-se a partir das relações entre elementos e conceitos que estão condicionados à consciência social para fazer sentido. Chega-se, assim, ao principal ponto de inflexão entre informação e linguagem, pois o significado em ambos são situacionais, em outras palavras, a apreensão de sentido da linguagem e da informação não pode ser compreendido fora de um contexto determinado pelas relações de signos entre si (RABER; BUDD, 2003).

Nesse sentido, a linguagem é para a BCI um elemento precípuo indispensável ao processo de percepção e comunicação da informação, representando para acadêmicos e expertos um prisma cognitivo pelo qual se pode explorar a natureza de fenômenos nucleares da informação.

No que diz respeito à OC, embora as abordagens partindo das escolas tradicionais do pensamento — racionalismo, positivismo, epistemologia e empirismo — sejam predileções regulares em explanações teóricas (HJØRLAND, 2002, 2005; TALJA, TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005), muitos estudiosos do campo têm examinado o desenvolvimento da teoria da organização do conhecimento ancorando-se aos estudos da linguagem.

A partir de uma revisão de literatura, Friedman e Thellefsen (2011) enquadram os estudos que investigam o papel da linguagem na OC em duas grandes famílias:

- (1) uma abordagem descritiva-objetivista, na qual se inclui a ciência cognitiva, a linguística computacional, a teoria do conceito e o paradigma do processamento da informação.
- (2) uma abordagem interpretativa, que inclui as abordagens socio-cognitiva, semiótica, pragmática e historicista, e análise de domínio.

Com certa transigência, é possível fazer uma analogia entre estes dois grupos de abordagens da linguagem na OC com duas grandes tradições filosóficas do século passado, a filosofia do positivismo lógico e a filosofia da linguagem ordinária (SVENONIUS, 2000).

No que se refere à linguagem, o positivismo lógico é a forma linguística do empirismo radical. No centro desse movimento havia a tese, conhecida como o princípio de verificabilidade, que só as proposições que fazem reivindicações empiricamente confirmáveis são significativas em absoluto (FREGE, 2009; RUSSELL, 1958; e

WITTGENSTEIN, 1968). São reconhecidos na abordagem descritiva-objetivista de estudo em OC muitos pontos de aproximação com esse comenos filosófico.

Em meados do século XX houve uma reação avessa à teoria positivista da linguagem concentrando-se no movimento da linguagem comum (ou linguagem ordinária) e a crítica à ideia de significado dissociado da estrutura linguística. Para a filosofia da linguagem ordinária, o significado é explicado em termos de como a linguagem é usada em conexão com as ações e interações dos sujeitos com o mundo (AUSTIN, J. 1979; QUINE, c1980; WITTGENSTEIN, 1999). Teorias e pensadores deste movimento filosófico são bastante explorados nos estudos em OC relacionados à abordagem interpretativa.

De acordo com Svenonius (2000, p. 5), é evidente o impacto dos movimentos filosóficos na disciplina da organização da informação na medida em que esta organização é considerada como empreendida por um sistema que tem propósitos estabelecidos e cuja arquitetura é orientada por uma modelagem de conceitos tendo a linguagem com a estrutura da realidade retratada. Para a autora, “o ato de organizar a informação pode ser visto como um tipo particular de uso da linguagem”<sup>9</sup>, em uma referência à filosofia **wittgensteiniana** de compreensão da realidade a partir dos usos e dos preceitos pragmáticos da linguagem.

Recorre-se, para o propósito deste trabalho, ao posicionamento de dois pensadores do plano da linguagem que dedicaram grande parte de suas vidas e de seus trabalhos a formalizar seus pontos de vista do entendimento da linguagem, são eles Ludwig Wittgenstein e Mikhail Bakhtin, cujas obras tiveram grande impacto em suas respectivas esferas de atuação e deixaram um importante legado intelectual a todos os campos de estudos que fazem uso das ciências e filosofia da linguagem.

Há uma série de teorias, escolas de pensamento e estudiosos da linguagem que são recorridos com frequência pela BCI, com destaque para as investidas teóricas e práticas na OC. Percebe-se que os estudos da linguagem têm dado importantes contribuições à OC, desde níveis mais abstratos, como o entendimento do conceito enquanto unidade do pensamento o qual se acede à informação, até níveis mais concretos como classificações sociais estabelecidas formalmente entre sujeitos.

---

<sup>9</sup> “The act of organizing information can be looked on as a particular kind of language use”.

No que diz respeito à filosofia da linguagem desenvolvida pela influência dos dois autores em estudo ressalta-se no cenário internacional os trabalhos de Blair (1992, 2003), Budd (2004), Furner (2004), Hjørland (1998a, b), Hjørland e Albrechtsen (1995), Mai (2011) entre outros. Já no contexto brasileiro, sobressaem os trabalhos de Arboit e Guimarães (2013), González de Gomez (1993, 1999), Gracioso (2012), Bufrem; Arboit; Sorribas, (2011), Novellino (1998), Saldanha (2014) e outros.

Não são os únicos que lançam mão dos estudos da linguagem para estudar as sistematizações do conhecimento na OC, no entanto, todos eles partem — ou atravessam em algum momento de seus percursos investigativos — de preceitos linguístico-filosóficos presentes em Wittgenstein ou Bakhtin para mergulhar em águas mais profundas no que diz respeito a dimensão teórica da OC.

Assim, embora as escolhas teórico-conceituais nos domínios da linguagem recorridas neste trabalho caracterizem-se mais por uma transcursão do que por uma incursão, ressalta-se que não há uma disposição para comparações ou foco explícito em debates entre as propostas teóricas dos dois autores apresentados a seguir, mas sim sobrelevar alguns dos conceitos presentes nos projetos intelectuais de ambos com o propósito de enriquecer as reflexões teóricas incididas ao princípio da garantia semântica.

### 3.1 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE LUDWIG WITTGENSTEIN

De acordo com Auroux (2009, p. 11) “a razão e a linguagem são, indissociavelmente, os atributos próprios da humanidade”. De fato, a questão da linguagem no campo filosófico sensibiliza aspectos inerentes à especificidade humana e à essência da racionalidade a partir do pensamento. A filosofia da linguagem parte dessa questão fundamental para refletir acerca da natureza e características da linguagem humana.

Embora seja um dos ramos da filosofia de maior proeminência, a filosofia da linguagem parece não corresponder a um conceito ou a um campo disciplinar bem delimitado. Quanto ao conceito, observa-se que há duas compreensões principais, uma mais circunscrita e outra mais ampla. O sentido estrito refere-se ao “resultado de uma investigação filosófica acerca da natureza e do funcionamento da linguagem, sendo por vezes chamado de ‘análise da

linguagem””. Já a acepção ampla relaciona-se a qualquer “abordagem crítica de problemas filosóficos metodologicamente orientada por uma investigação da linguagem, também reconhecida como ‘crítica da linguagem’” (COSTA, 2002, p. 5).

Outra importante característica da filosofia da linguagem é sua concepção histórica em duplo conduto, os quais são reconhecidos por filosofia da linguagem ideal ou logicamente perfeita e filosofia da linguagem comum ou ordinária (RÉCANATI, 2004). A primeira é influenciada pela lógica simbólica, revelando por trás das sentenças da linguagem sua real estrutura lógica e com isso, o que foi verdadeiramente tencionado. A segunda volta-se à linguagem do cotidiano, buscando investigar sua função e estrutura de uso.

Ressalta-se que tanto a filosofia da linguagem ideal como a filosofia da linguagem comum são interpretadas pela relação entre a análise e a crítica da linguagem. De fato, ambas se complementam no exercício filosófico, uma vez que a análise da linguagem aspira à produção de bases teóricas para uma crítica da linguagem.

A filosofia da linguagem alcançou seu maior momento de notoriedade na primeira metade do século XX, quando grandes estudiosos se aprofundaram em questões filosóficas fundamentais à ordem da linguagem. Nesse período, pensadores como Frege (2009), Russell (2007) e o primeiro Wittgenstein (1968) dedicaram-se a estudar as questões em torno das linguagens formais destinadas a representar os sistemas lógicos. São tributadas a eles as principais influências que corresponde a via da filosofia da linguagem ideal. Enquanto John Austin (1979), George Moore (c1993) e o segundo Wittgenstein (1999) concentram-se na crítica radical pelo viés de uma revalorização da linguagem cotidiana a partir do uso que se faz das palavras, acenando para a dimensão pragmática da linguagem. A postura reflexiva de tais estudiosos representa o viés da filosofia da linguagem comum.

Em comum a todos os pensadores mencionados é o argumento de que filosofia é análise da linguagem e, portanto, do pensamento (MIGUENS, 2007). Para eles a linguagem não se limita a uma finalidade instrumental para o pensamento representar as coisas, sua estrutura articulada independe da interioridade do sujeito. A função da linguagem vai além da nomeação de designação de objetos no mundo, na verdade, é o signo que conduz o pensamento. Sem linguagem — sua estrutura, princípios de formação e o regimento do seu uso — não há referência e sentido, não há designação, não há pensamento.

Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (1889-1951) foi um pensador austríaco que dedicou toda sua obra intelectual à reflexão sobre a natureza da linguagem, sendo considerado um dos filósofos modernos mais influentes do século XX.

O pensador nasceu em Viena, em 1889, e faleceu em Cambridge (Reino Unido) em 1951. Membro de uma tradicional família afortunada e talentosa, Wittgenstein se interessou pela filosofia no início da idade adulta sendo influenciado pelos escritos de Gottlob Frege e Bertrand Russell. Na Universidade de Cambridge o austríaco chegou a trabalhar com Russell sobre os problemas da lógica e da linguagem.

A primeira grande obra de Wittgenstein, titulada *Tractatus Logico-Philosophicus*, foi iniciada em Cambridge e concluída enquanto ele lutava na Primeira Guerra Mundial. O trabalho causou grande impacto no meio acadêmico da Europa promovendo o reconhecimento e criando uma reputação para Wittgenstein. No entanto, ele ficou afastado da filosofia pelos dez anos que se seguiram, retornando em 1929, ano em que se estabeleceu em Cambridge exercendo as funções de conferencista e, posteriormente, de professor (CHILD, 2013).

A partir da década de 1940 afastou-se de muitas das doutrinas do *Tractatus*, procurou estudar a linguagem e o significado por novas perspectivas conduzindo, assim, a uma nova concepção da maneira em que o entendimento filosófico deveria ser assumido.

Wittgenstein escreveu vastamente sobre a natureza do significado, a filosofia da mente e filosofia da matemática. Com exceção de alguns ensaios críticos, além de *O Livro Azul* e *O Livro Marrom*,<sup>10</sup> os mais importantes escritos desta época não vieram a público antes da morte do filósofo em 1951. A sua segunda principal obra, *Investigações Filosóficas*,<sup>11</sup> foi

---

<sup>10</sup> O *Livro Azul* e o *Livro Marrom* são transcrições e notas de aulas feitas por alunos de Wittgenstein durante os cursos “Filosofia” e “Filosofia para matemáticos” oferecidos pelo filósofo austríaco entre 1933 e 1935. Os livros foram assim nomeados por causa da cor das capas utilizadas para encaderná-los. Estão neles as primeiras menções de Wittgenstein da noção de *jogos de linguagem*, causando bastante interesse entre seus alunos.

<sup>11</sup> Em suas três primeiras edições-padrão ela foi dividida em duas partes, reconhecidas como *Investigações Filosóficas* Parte I e Parte II. A partir da quarta edição — publicada em 2009 — passam a ser intituladas, respectivamente, *Investigações Filosóficas* e *Filosofia da Psicologia – um fragmento*.

publicada postumamente e, assim como o *Tractatus*, foi rapidamente reconhecida como uma referência intelectual na filosofia moderna (CHILD, 2013).

O percurso filosófico de Wittgenstein costuma ser qualificado em dois períodos distintos, a primeira fase, ou o “primeiro Wittgenstein”, se encontra na obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, de 1921, na qual ele procura compreender a linguagem a partir de uma estrutura lógica que pudesse explicar o seu funcionamento. A segunda fase, ou o “segundo Wittgenstein”, é conhecido a partir da obra *Investigações Filosóficas*, publicada postumamente em 1953, em que o filósofo se afasta da compreensão da linguagem baseada na função proposicional da realidade. Neste novo momento o autor defende uma concepção pragmática da linguagem em que as funções desempenhadas pela língua é que permitirão aceder à realidade (SAES, 2013).

Antes de dar prosseguimento à apresentação dos preceitos **wittgensteinianos** acerca da linguagem, parte-se para uma breve contextualização sobre a filosofia de linguagem, para então se discutir as ideias do segundo momento de Wittgenstein, alvo de interesse deste trabalho.

Pode-se comparar as duas fases de Wittgenstein com estas duas vertentes da filosofia da linguagem, nas duas obras principais do filósofo encontra-se de um lado, o *Tractatus Logico-Philosophicus* que propõe uma teoria pictórica, conhecida também por teoria figurativa do significado, pautada na relação representativa entre a linguagem e o mundo. Por outro lado, tem-se o livro *Investigações Filosóficas* em que o autor propõe uma teoria pragmatista da linguagem, cuja ideia nuclear reconhece que o significado reside nas ações de uso da linguagem.

Estes dois momentos na trajetória filosófica de Wittgenstein influenciaram e continuam a influenciar o pensamento contemporâneo nas ciências e na filosofia. No entanto, é de maior interesse para este estudo a segunda fase de Wittgenstein que concebe a abstração do significado a partir da prática que se faz da linguagem enfatizando seu caráter de atividade assim como a diversidade em que se apresenta conforme seu contexto de uso. Dessa forma, em *Investigações* a linguagem é encarada em função de sua concepção, de um conjunto de linguagem ou de “jogos de linguagem” — conceito este que será útil às reflexões deste trabalho.

Para uma melhor compreensão das ideias defendidas na segunda fase de Wittgenstein faz-se necessário conhecer o primeiro projeto filosófico do pensador austríaco com o propósito de estabelecer relações de distinção entre as duas abordagens de compreensão da linguagem e do significado.

### 3.1.1 Primeiro Wittgenstein

A primeira fase do pensamento filosófico de Wittgenstein foi marcada por questões já conhecidas e exploradas por outros pensadores, ele lidou com a natureza da realidade, com a maneira pela qual o mundo é representado pela linguagem, com as noções de lógica e outros temas reunidos no *Tractatus Logico-Philosophicus*.<sup>12</sup> Tal obra é alvo de muita atenção no campo da filosofia não só pelo seu estilo e modo como as ideias são apresentadas, mas também por refletir seu posicionamento reflexivo de precedência da linguagem em relação ao pensamento e ao mundo.

O *Tractatus* é um livro bastante ambicioso, seu argumento quer dar conta definitiva da natureza da filosofia e da solução final dos seus problemas. Em particular, oferece um relato da essência da linguagem (lógica), do mundo (ontologia) e suas relações (intencionalidade). Ele também tenta esclarecer o estatuto das teorias matemáticas e científicas, reconcilia o solipsismo com realismo, denuncia o ceticismo, e determina a natureza da estética, da ética e do misticismo (KANTERIAN, 2007).

O tema central do *Tractatus* é a linguagem, com a ontologia dando-lhe a base metafísica. A ontologia de Wittgenstein é atomista, como Russell. O mundo é composto de elementos básicos e simples, que não podem ser ainda mais divididos. Eles não são os átomos dos físicos, mas algo mais abstrato. No caso de Wittgenstein são chamados fatos atômicos ou elementares (HANNA, 2010).

---

<sup>12</sup> O *Tractatus* está organizado de uma forma bastante singular, são sete proposições principais que se subdividem em pontos mais específicos se aprofundando no tema da proposição. São eles: 1. O mundo é tudo aquilo que é o caso; 2. O que é o caso — um fato — é a existência de estado das coisas; 3. Uma imagem lógica de fatos é um pensamento; 4. Um pensamento é uma proposição com sentido; 5. Uma proposição é uma função-de-verdade de proposições elementares; 6. A forma geral de uma função-de-verdade é  $[p, \xi, N(\xi)]$ ; 7. Sobre aquilo de que não podemos falar devemos ficar em silêncio (WITTGENSTEIN, 1968).

Embora a referida obra, em seu estilo aforístico e fragmentário, se ocupe de um extenso escopo reflexivo da filosofia, é possível destacar as investidas do filósofo à qualificação do estatuto da Lógica e os limites da linguagem. Na verdade, o autor parte de uma reflexão sobre a natureza da Lógica para sustentar suas análises acerca do alcance representativo da linguagem e seus limites para a expressão dos pensamentos.

Acerca das proposições da Lógica, Wittgenstein parte de uma distinção tradicional da filosofia, distinguindo as proposições lógicas das empíricas. Uma das formas clássicas de explicar essa diferença é a tese de que verdades lógicas são necessárias, em disparidade ao caráter puramente contingencial das verdades empíricas.

Proposições que enunciam verdades lógicas são, supõe-se, mais que verdadeiras: elas são verdadeiras e não poderiam deixar de sê-lo. Enquanto as proposições que enunciam verdades factuais adquirem sua verdade em virtude de alguma situação particular existente no mundo, e seriam falsas caso essa situação não existisse, as verdades da lógica são independentes do que é o não é o caso no mundo, e continuariam verdadeiras mesmo que a constituição do mundo se alterasse completamente (MARQUES, 1998, p. 25).

A verdade (ou falsidade) das proposições factuais é determinada através de uma contraposição com a realidade, elas são verdadeiras ou falsas segundo a forma que se relacionam com o mundo, isto é, dependendo de uma comparação com um domínio que é exterior a elas próprias. Já as proposições lógicas são analíticas, ou seja, suficientes em terem seu valor de verdade definido pelo simples exame ou análise das proposições por elas mesmas.

Wittgenstein considera que as proposições lógicas são tautologias, isto é, são proposições complexas construídas a partir de proposições elementares, de maneira que elas são verdadeiras para qualquer conjunção de verdade e falsidade das proposições elementares que a compõem (CHILD, 2013).

As proposições lógicas descrevem os andaimes do mundo, ou melhor, os representam. Não “tratam” de nada. Pressupõem que os nomes possuam denotação e as proposições elementares, sentido. E tal é sua vinculação com o mundo. É claro que isso deve indicar alguma coisa a respeito do mundo, que certas vinculações de símbolos — que essencialmente possuem um caráter determinado — são tautologias. E aqui está o que é decisivo. Dissemos que, nos símbolos que usamos, muito era arbitrário, muito não o era. E na lógica apenas isso se exprime; o que quer dizer que na lógica *nós* não exprimimos o que

queremos com a ajuda de signos, mas que a natureza dos signos naturalmente necessários, na lógica, asserta-se a si própria. Ao conhecermos a sintaxe lógica de uma linguagem simbólica qualquer, já estão dadas tidas as proposições da lógica (WITTGENSTEIN, 1968, p. 118)

Para o filósofo, as proposições da Lógica, embora constituam o “andaime” do pensamento e do sentido nada dizem, isto é, são puramente analíticas, vazias de sentido. Desse modo, o caráter tautológico das proposições lógicas, ou seja, seu conteúdo significativo, deve ser percebido nelas mesmas — reconhecível de imediato por simples examinação do signo linguístico que as transmite.

A tentativa de Wittgenstein para revelar o que ele vê como o cerne do esforço filosófico não se finda no simples ataque às noções centrais da Lógica, na verdade, ele busca uma nova perspectiva lógica para o mundo, uma perspectiva na qual a possibilidade de determinação do sentido nos fatos possa ser revelada (OSTROW, 2002).

A instância de que a lógica pode ser mentalmente assimilada a partir da capacidade básica de compreensão da linguagem, dispensando qualquer percepção acerca de algum domínio particular, constitui uma das facetas máximas das ideias tratadas pelo primeiro Wittgenstein. Dessa forma, a realidade das proposições lógicas é explicada no *Tractatus* como uma elementar consequência da maneira que torna possível à linguagem a representação de toda a diversidade de ocorrências condicionadas à realidade.

As abordagens da linguagem e da lógica no *Tractatus* apontam para questões acerca da natureza da realidade e dos limites do que pode ser expresso na linguagem. Na verdade, afirma Wittgenstein no prefácio do livro, que o sentido geral do livro está relacionado às fronteiras do pensamento a partir daquilo que pode ser dito, isto é, significativamente determinado, e daquilo que não pode ser dito, que para tanto só resta o silêncio.

Poder-se-ia apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: em geral o que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar. Pretende, portanto, estabelecer um limite ao pensar, ou melhor, não ao pensar mas à expressão do pensamento, porquanto para traçar um limite ao pensar deveríamos poder pensar ambos os lados dêsse limite (de sorte que deveríamos pensar o que não pode ser pensado). O limite será, pois, traçado unicamente no interior da língua; tudo o que fica além dêle será simplesmente absurdo (WITTGENSTEIN, 1968, p. 53).

Reconhece-se, nas reflexões de Wittgenstein, o entendimento de uma linguagem representacional e referencial através da qual se constrói modelos dos fatos. O filósofo acredita que a estrutura de acesso à realidade seria a representação (imagem) dos fatos a partir da linguagem. Evidenciando essa estrutura evidencia-se, conseqüentemente, a natureza, os limites e aquilo que pode ser expresso pela linguagem.

### 3.1.2 Segundo Wittgenstein

A obra *Investigações Filosóficas*<sup>13</sup> sinaliza um novo momento no pensamento de Wittgenstein, o livro ressalta a possibilidade de um pluralismo de linguagens, descartando a ideia de uma linguagem ideal. A atenção é deslocada para a preocupação em investigar as práticas vigentes no uso da linguagem comum — também denominada linguagem vulgar e linguagem ordinária.

A base comum entre os dois momentos **wittgensteinianos** reside na questão que o filósofo se propôs a explorar de como é concebível a significação na linguagem. No *Tractatus* ele parte do pressuposto de que o significado está condicionado a uma referência ao mundo, ocorrendo-se entre a forma lógica das proposições e a estruturação do mundo em fatos. No entanto, o reconhecimento dessa forma lógica implicava no desmembramento entre o que poderia ser dito e o que poderia ser apenas mostrado (KANTERIAN, 2007).

Toda a filosofia é uma crítica da linguagem (RUSSELL, 2007), esta criticidade é necessária porque os filósofos e outros que usam ordinariamente a linguagem a veem como meio fundamental de representar a si mesmo e ao mundo, sem uma visão única e adequada em seus pressupostos e estruturas.

Mas há também um profundo sentido em que o livro *Investigações Filosóficas* pretende ser a antítese do *Tractatus* considerando que esta obra propõe, a priori, uma visão essencialista

---

<sup>13</sup> Wittgenstein trata, basicamente, de dois temas em *Investigações Filosóficas*: filosofia da linguagem e psicologia filosófica. Tal como o *Tractatus*, esta é um obra bastante singular do ponto de vista de sua estrutura e formato. Em vez de capítulos com títulos indicando os temas a serem discutidos, tem-se uma primeira parte formada por 693 aforismos numerados e de tamanhos variados — desde uma única frase até vários parágrafos. Já a segunda parte é composta por 14 seções de tamanhos diversos contendo as observações acerca da vivência da significação e a vivência da representação (MCGINN, 2002).

da linguagem e, até mesmo, do próprio mundo à mente solipsista — conjugando os limites da linguagem com as fronteiras do mundo. Na verdade, a referência ao solipsismo chega a ser adequada, o problema é que tal doutrina desconsidera tudo aquilo que esteja fora da experiência do indivíduo no mundo (HANNA, 2010).

Assim, paralelamente, é apresentada no *Tractatus* a ideia de “limites do mundo”, uma forma de explicar que a aprecepção do mundo se dá a partir dos fatos, uma vez que o mundo é constituído da totalidade de fatos e, se é possível chegar ao limite dos fatos, a estrutura sensível do mundo mostra-se limitada.

Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo. A lógica preenche o mundo, os limites do mundo são também seus limites. Não podemos pois dizer na lógica: isto e isto existem no mundo, aquilo não. Porquanto se pressuporia aparentemente que excluimos certas possibilidades, o que não pode ocorrer pois, do contrário, a lógica deveria colocar-se além dos limites do mundo, como se pudesse considerar esses limites também do outro lado. Não podemos pensar o que não podemos pensar, por isso também não podemos dizer o que não podemos pensar (WITTGENSTEIN, 1968, p. 111).

Nestes termos, o argumento do primeiro Wittgenstein é que o mundo experienciado pelo ponto de vista lógico está regulado pelos eventos da realidade, isto é, aquilo que se pode mostrar, sendo este o seu limite enquanto dimensão significável. Dessa maneira, os preceitos lógicos representam fronteiras para compreensão do pensamento calcado na linguagem, uma vez que a linguagem “apenas” corresponde como as coisas são no mundo.

Segundo Child (2013), o *Tractatus* proporciona uma visão referencialista da linguagem. A noção basilar na abordagem do significado residia na ideia de que uma palavra *está por*, ou *refere-se a*, um objeto. A função da proposição seria a de representar um estado de coisas e fatos no mundo, o aprendizado da linguagem consistira, assim, no fato de que se dá nome a objetos. “O denominar [seria] algo análogo a pregar uma etiqueta numa coisa” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 36).

Posteriormente Wittgenstein iria considerar essa visão do *Tractatus* de ignorar os usos da linguagem um descuido crucial. Pois “colocar etiquetas nas coisas não é tudo o que a linguagem é, não é tudo o que a linguagem faz, e sobretudo não é uma boa forma de ‘resumir a essência da linguagem’” (MIGUENS, 2007, p. 148).

Em sua segunda grande investida filosófica com o propósito de explicar a natureza do significado Wittgenstein afasta-se das noções formalistas que envolvem a Lógica, acreditando que os preceitos do empirismo lógico e do neopositivismo não são, todavia, suficientes para dar conta daquilo que se entende por significado. É possível que o filósofo tenha vindo, posteriormente, a enfatizar uma concepção menos excludente, no lugar das concepções logicistas, em que o significado de uma proposição é o seu uso através da linguagem.

Acerca do distanciamento do ideal de exatidão que se extingue com o abandono do estatuto da Lógica, Wittgenstein (1999, p. 67) explica a natureza do método investigativo na filosofia mencionando que “a filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo”, ou seja, a filosofia não tem a função de explicar ou criar hipóteses, mas de apenas descrever. Assim, o problema à frente da filosofia é o problema do uso da linguagem, apresentar e descrever esses usos é a maneira de realizar esclarecimento “que permita neutralizar os efeitos enfeitiçadores da linguagem sobre o pensamento” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 13).

Se na primeira fase o cume reflexivo de Wittgenstein (1968, p. 129) se encerra no aforismo “o que não se pode falar, deve-se calar”, na segunda fase o filósofo já deixa claro seu propósito de buscar novas explicações para questionamentos que ele se fez no início de seu percurso filosófico, porém, dessa vez investigando uma saída em direção à perspectiva pragmática da linguagem.

Aquilo que se sabe quando ninguém nos interroga, mas que não se sabe mais quando devemos explicar, é algo sobre o que se deve *refletir* (WITTGENSTEIN, 1999, p. 61, grifo do autor).

O domínio, que antes anunciava fronteiras e uma dimensão indizível, agora se abre à performance da linguagem não referencial, isto é, a um entendimento que não se esgota na relação lógica entre linguagem e objeto ou entre o dizer e o mostrar, no entanto, é importante destacar que essa abertura não dissolve as dificuldades em abarcar o fenômeno do sentido.

Wittgenstein procura esclarecer que o problema não está no próprio preceito de que palavras têm a exclusiva função de nomear objetos, mas o que ele irá criticar é a ambição de generalização que a filosofia tradicional carrega ao apontar a referenciação como a única possibilidade de determinar a significação na linguagem.

Inclusive, Wittgenstein inicia as *Investigações Filosóficas* fazendo referências a Santo Agostinho a respeito da linguagem. Seu propósito é proporcionar “uma determinada imagem da essência de linguagem humana” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 27). A aptidão, segundo a visão agostiniana, é considerar que cada palavra corresponde a um objeto.

Na obra *Investigações Filosóficas*, as condições de significabilidade superam o engessamento demarcado pela perspectiva lógica na reflexão acerca da linguagem e do pensamento. Wittgenstein rejeita a concepção do *Tractatus* de que o significado necessita ser explicado em termos de condição de verdade, isto é, de sua factualidade para ser aceito como verdadeiro. O filósofo indica que tanto as razões pelas quais se afirma uma proposição como os propósitos pelos quais ela é utilizada têm um papel na determinação do significado da proposição (CHILD, 2013).

Wittgenstein reconhece a linguagem intimamente relacionada à prática do pensar, considerando-a uma atividade humana situada cultural e historicamente. Ainda no início das *Investigações* ele se utiliza de exemplos de ações do cotidiano, indicando a abertura da língua imersa na realidade prática — alguém comprando maçãs, construtores trabalhando em um edifício, etc. — enfatizando que a linguagem é uma ferramenta utilizada para atingir vários propósitos de significação e uso (FRASER, G., 2013). Wittgenstein afirma, dessa maneira, existir uma multiplicidade de usos da linguagem, tal multiplicidade conduz à noção de jogos de linguagem.

### 3.1.2.1 Jogos de linguagem como conceito-chave

A linguagem — para o Wittgenstein da segunda fase — se realiza sob a forma de jogos de linguagem. Segundo Wittgenstein a linguagem só faz sentido quando entendida dentro do contexto de um determinado tipo de atividade — um jogo de linguagem. O conceito pode

ser ilustrado com um dos exemplos apresentados pelo pensador austríaco, um modelo reduzido mediante o qual é mostrado um modo simplificado de funcionamento da linguagem:

Pensemos numa linguagem para a qual a descrição dada por Santo Agostinho seja correta: a linguagem deve servir para o entendimento de um construtor A com um ajudante B. A executa a construção de um edifício com pedras apropriadas; estão a mão cubos, colunas, lajotas e vigas. B passa-lhe as pedras, e na sequência em que A precisa delas. Para esta finalidade, servem-se de uma linguagem constituída das palavras "cubos", "colunas", "lajotas", "vigas". A grita essas palavras; — B traz as pedras que aprendeu a trazer ao ouvir esse chamado. — Conceba isso como linguagem totalmente primitiva (WITTGENSTEIN, 1999, p. 28).

A linguagem entre o construtor e o ajudante faz sentido no contexto da atividade da construção do edifício. Entende-se que, em contextos gerais, uma palavra como “lajota”, “tijolo” ou “bloco” pode alcançar seu significado por estar em uma relação de referência a algum objeto concreto e independe do uso que a palavra é colocada. Mas essa maneira de definir a palavra está distante de explicar como a palavra realmente funciona no contexto de um canteiro de obras.

Adiante em sua reflexão, Wittgenstein (1999, p. 31) compara o uso de palavras com o uso de ferramentas (martelo, chave de fenda, serra, parafuso, etc.), para ele “assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras”. Se as palavras são ferramentas, logo, como ferramentas, elas podem ser usadas para fins muito diferentes e trabalhos com propósitos diferentes. Assim, pode-se pensar na existência de diferentes jogos de linguagem para fins diferentes.

O ponto de partida ao abordar os jogos de linguagem é lançar mão da ideia de Wittgenstein (1999, p. 48) em que a linguagem é uma atividade guiada por regras. Assim como em um jogo de tabuleiro ou em um jogo de cartas, a linguagem possui regras de constituição, a saber, as regras da gramática. “A regra pode ser um auxílio no ensino do jogo. E comunicada àquele que aprende e sua aplicação é exercitada”. Tais regras não orientam que lance terá êxito, mas sim o que faz sentido ou é adequado para uma situação, definindo assim o jogo de linguagem.

Conforme Penha (2013), pode-se retratar os jogos de linguagem como as diversas maneiras de se usar a linguagem adotando-se regras. Por meio dos jogos de linguagem Wittgenstein

destaca a primazia da linguagem sobre as palavras, pois o foco recai não para a unidade da palavra e sua referência no mundo, mas sim para a posição que ela ocupa na trama de um jogo de linguagem baseado em regras compartilhadas.

Aos falantes imersos na linguagem é impossível ignorar o que subjaz a manifestação do significado em uma palavra ou proposição. Para que uma sentença linguística tenha igual significado para um sujeito em diferentes momentos, este tem que estar em condições de se orientar por uma regra juntamente com outros sujeitos — regra essa que deve ser válida para ambos (MARTINS, 2010). Pois, enuncia Wittgenstein, a regra é comunicada àqueles que a apreendem e a colocam em prática na dinâmica do jogo de linguagem.

O significado portado por uma palavra não se condiciona ao objeto ou fato que ela venha a referenciar, mas é determinado pelas regras que guiam seu funcionamento. Em outras palavras, aprende-se o significado de uma palavra ao reconhecer suas possibilidades de uso — regras — em um determinado contexto. Nesse sentido, o significado da palavra ou proposição está condicionado ao contexto e ao jogo de linguagem que o governa, o elemento linguístico fora de determinado jogo não teria significado ou poderia sofrer prejuízos de sentido.

Nos jogos de linguagem, tal como ocorre em um jogo, os lances possíveis dependem das regras estabelecidas, certos movimentos serão inelegíveis e outros serão rejeitados (GLOCK, 1998). Tratando-se do uso da linguagem, o proferimento de uma palavra ou sentença irá depender do contexto, e é possível que algumas verbalizações sejam compreendidas e outras não. Pode-se pensar, por exemplo, no jogo de futebol, não faria sentido pedir a um dos jogadores — com exceção do goleiro — para “agarrar a bola” ou “segurar a bola com as mãos”, uma vez uma das principais regras do jogo é a utilização dos pés para movimentar a bola, ou seja, segurar a bola com as mãos não seria um lance lícito, ao passo que dominar a bola com os pés ou chutá-la são lances válidos no jogo.

A intenção de Wittgenstein é distanciar-se da ideia de significado compreendido como algo determinado e fixado, estabelecendo uma relação unívoca com a palavra, pois para ele o significado é algo situacional, que emana da linguagem de acordo com contextos específicos e com objetivos específicos. Isso quer dizer que o significado de uma palavra, expressão, sentença ou signo pode variar dependendo do contexto e propósito de uso.

Os próprios jogos de linguagem, inclusive, não são fixos. Não há um jogo de linguagem dominante ou invariável, novos jogos de linguagem nascem e outros podem ser esquecidos.

Estruturas linguísticas, os jogos de linguagem fornecem uma visão de conjunto do funcionamento da linguagem, pois umas nascem e substituem as que envelheceram e, por isso mesmo, caíram no esquecimento. Daí a linguagem pertencer á história natural do homem; ela nasce, desenvolve-se e modifica-se, e é tão natural quanto andar, correr, beber e brincar. Assim se explica a preocupação de Wittgenstein em deslocar para o centro de sua reflexão filosófica a análise de uma linguagem natural [...] (PENHA, 2013, não paginado).

Reitera-se, desse modo, a concepção pragmática da linguagem que Wittgenstein desenvolveu em sua segunda fase. Em referência ao pragmatismo deve-se ter em mente que se o conceito de jogo de linguagem se faz fundamental para se refletir acerca da natureza da linguagem é porque, para o filósofo, linguagem e ação são inseparáveis (MIGUENS, 2007).

Ao nível do agir situam-se as formas de vida, o que se conhece por linguagem é, portanto, inseparável da forma de vida. O filósofo austríaco menciona que “representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 32). “Neste sentido pode-se dizer que as formas de vida fazem parte do fenômeno da linguagem. E se entendêssemos por linguagem primariamente o uso das palavras e frases, podemos observar uma certa inversão neste modo de ver”, a linguagem em ação é que faz parte da forma de vida (SPANIOL, 1990, p. 21).

Segundo Wittgenstein (1999, p. 35), o “termo ‘jogo de linguagem’ deve salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”, considerando que as palavras e frases passam para o segundo plano, em face das atividades envolvidas no fenômeno da linguagem. Torrezan (2000, p. 161) entende que a expressão “formas de vida” é utilizada por Wittgenstein como um marco transitório no estudo do significado da linguagem, pois a partir dele delimita-se a atuação da linguagem transcendental — *Tractatus* — para o significado da linguagem em uso — *Investigações Filosóficas* — quando então “a linguagem passa a ser considerada como parte integrante das formas de vida das pessoas”.

As “formas de vida” (em alemão, *Lebensform*) utilizadas por Wittgenstein em sua obra apresentam-se diretamente relacionadas à cultura, às crenças e valores das pessoas, às suas visões de mundo e à linguagem assumida por elas sobre o que é aceitável (ou inaceitável) em suas concepções da realidade. Wittgenstein (1999, p. 98) vai dizer que “correto e falso é o que os homens dizem, e na linguagem os homens estão de acordo. Não é um acordo sobre as opiniões, mas sobre o modo de vida”. Glock (1998, p. 174) complementa que “uma forma de vida é uma formação cultural ou social. A totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem”. Assim, as formas de vida tratadas pelo filósofo referem-se aos contextos de sentidos compartilhados a partir do conjunto de atividades que as pessoas exercem e que estão diretamente ligadas aos seus modos de viver.

De acordo com C. Martins (2010), o complexo de atividades e ações de fala constitui-se pelo consenso preliminar em uma forma de vida compartilhada entre sujeitos sociais ou mediante a pré-compreensão de práticas comuns reguladas pela cultura.

A forma de vida regula preliminarmente o emprego dos vocábulos e das proposições numa rede de possíveis colocações de fins e de possíveis ações. Num jogo de linguagem desenvolvido de modo competente, as ações de fala e as atividades por elas coordenadas carregam a prática interativa [...] (C. MARTINS, 2010, p. 93).

Wittgenstein parece não fazer questão de apresentar uma definição clara para a expressão “formas de vida”, Peruzzo Júnior (2011) explica que a intenção do filósofo austríaco é indicar o condicionamento das formas de vida ao jogo de linguagem, uma vez que as formas de vida adquirem significado na conjunção com os jogos de linguagem e com as regras utilizadas nas mais variadas circunstâncias.

Porém, ressalta-se que Wittgenstein demonstra um cuidado em não formular definições absolutas para suas principais unidades de análise nas *Investigações*. Ao enjeitar um tracejado conceitual para “jogos de linguagem”, por exemplo, Wittgenstein estaria sendo coerente com o seu posicionamento antiessencialista, uma vez que ele elimina o domínio metafísico dado à palavra, isto é, uma noção ideal, e privilegia as similaridades (ou parentesco) entre jogos para elucidar o conceito de jogos de linguagem.

Esta rede complexa de semelhança se justapõe e se entrecruza podendo ser categorizada pelas semelhanças em comum entre os jogos. O filósofo austríaco ilustra tal posicionamento reflexivo a partir da seguinte analogia:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de "jogos". Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: "Algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam 'jogos'", — mas veja se algo é comum a eles todos. — Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja! (WITTGENSTEIN, 1999, p. 52)

Pela perspectiva de Wittgenstein, não é possível falar em essência de um jogo, nenhuma propriedade ou característica é comum a todos. O significado de “jogo”, na acepção do filósofo, não pode ser explicado relacionando um conjunto de condições para se considerar algo como tal. Para isso, Wittgenstein vai usar o conceito de “semelhança de família” para reuni-los, a explicação de fato do conceito se dará ao exemplificar os diferentes tipos de jogos, descrevendo-os e assentindo “isto e outras coisas semelhantes chamamos de ‘jogos’” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 53).

Nesse entendimento, Child (2013, p. 98) considera que o êxito da explicação de Wittgenstein “depende do fato contingente de que, dados a explicação e os exemplos, as pessoas concordam em seguir aplicando a palavra ‘jogo’ em novos casos mais ou menos das mesmas maneiras”. Embora Wittgenstein acredite que, de fato, as pessoas concordem em seguir exemplos para novos casos. Na verdade, ele pensa que é de fundamental importância a compreensão da habilidade de se fazer uso da linguagem seguindo as regras que a orienta.

Uma consequência crucial do posicionamento assumido nas *Investigações*, é que o significado da linguagem é, em último grau, um elemento característico da ação humana, isto é, uma manifestação social característica. Na perspectiva do filósofo, linguagem e ação — referindo-se ao uso — se entretecem e ocasionam o estabelecimento de regras que proporcionarão “novas formas de jogos, que serão recriados na medida em que são solicitados para atender às novas realidades que a todo momento brotam no solo fértil das necessidades humanas” (TORREZAN, 2000, p. 163).

Para Wittgenstein o significado da linguagem baseado na interioridade dos seres é um mito, o filósofo acredita ser impossível a projeção de uma linguagem privada. A questão do autor refere-se ao modo de que a linguagem é usada como meio de expressão, compartilhamento e comunicação de conhecimentos e coisas mentais. A impossibilidade de uma linguagem privada é um dos preceitos básicos das *Investigações Filosóficas*, pois o pensamento enquanto prática e o uso das palavras impõem que todos as compreendam.

Vale ressaltar que Wittgenstein não quis referir-se à possibilidade de uma linguagem fenomenológica falada apenas por um sujeito. Não é a esta acepção da palavra “privada” a que ele se refere quando defende a impossibilidade de uma linguagem privada. Wittgenstein reporta-se à linguagem na qual apenas o seu próprio originador poderia compreender.

O filósofo queria demonstrar que imaginar uma língua que se cria simplesmente para uso privado, a fim de comunicar-se com si mesmo, e que não tem necessidade de qualquer enraizamento na prática comum de uma comunidade de usuários da língua, não se justifica para fins de significação. A sugestão de Wittgenstein é de que linguagem significativa é necessariamente enraizada na vida social, na prática comum.

As nossas próprias sensações ou estados psicológicos só podem ser entendidos quando expressos “socialmente”, pois se fossem descritos como acontecimentos privados não seriam passíveis de interpretação ou, até mesmo, não possuiriam significação alguma. Será, portanto, o seguimento das regras que determinará o ordenamento e o uso da linguagem na expressão dos conceitos usados contextualmente (PERUZZO JÚNIOR, 2011, p. 80).

Se uma linguagem privada realmente existisse, segundo o filósofo, não se poderia descrever suas sensações numa linguagem compartilhada, uma vez que, nesse caso, as palavras adquirem seu sentido publicamente. Conforme Penha (2013, não paginado), Wittgenstein inflige a crença na existência de uma linguagem privada a dois equívocos básicos. “O primeiro deles é julgar que a experiência é privada por natureza; o outro é a errada concepção que se tem sobre a natureza da linguagem, supondo que basta uma definição da palavra para que adquira significado”. Evidencia-se seu reconhecimento que não há uso solipsístico na linguagem, já que o significado das palavras é o seu uso e está associado à interação social. Estas interações são orientadas por regras de comunicação que

não podem ser privadas, pois são intersubjetivamente válidas para uma forma de vida compartilhada por pelo menos dois indivíduos.

A conexão entre o signo e a sensação, explana Wittgenstein, requer que haja critério que justifique o seu sentido adequado para uma determinada circunstância. Assim, Wittgenstein aponta para a sociabilização da linguagem como critério para o uso em conformidade que uma palavra pode sustentar (FRASER, G., 2013).

Como aludido anteriormente, compreender o significado de uma palavra está relacionado com a possibilidade de explicar esse significado, o que requer apresentar a regra de aplicação da palavra. Nesse sentido o conceito filosófico de definição ostensiva poderia ser acionado como modelo de explicação de aplicação da palavra, mostrando a posição que ela ocupa na linguagem (DONAT, 2008). A definição ostensiva diz respeito à explicação do significado assinalando em que ele se encontra, isto é, por meio de enunciados ou apontando a coisa em si.

[A] definição ostensiva elucida o uso — a significação — da palavra, quando já é claro qual papel a palavra deve desempenhar na linguagem (WITTGENSTEIN, 1999, p. 38).

Nesse entendimento, para Wittgenstein, a definição ostensiva só pode ser aceita como critério de endosso do significado na medida em que se admite que ela seja pública.

Quando Wittgenstein declara que o significado da linguagem é o seu uso, ele não está advogando uma nova teoria geral do significado. “Ele não crê que haja uma característica uniforme, única, do uso de uma proposição, em termos da qual possamos dar uma explicação sistemática do significado de toda proposição” (CHILD, 2013, p. 114).

A versão de Wittgenstein de que o significado é determinado pelo uso está distante de uma abordagem reducionista para tal noção. Segundo o filósofo, o uso de uma proposição abarca tudo aquilo que se pode traduzir “uma forma de expressão de uma espécie, aliás desconhecida por nós, para uma forma que nos é usual” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 166). Entende-se, claramente, que o filósofo não esteja se referindo apenas à tradução estrita, mas a todas as situações e circunstâncias que uma determinada expressão de linguagem é colocada em prática.

Tomamos uma frase qualquer e explicamos a alguém a significação de cada uma de suas palavras; com isso, ele aprende não só a empregar as palavras como também aquela frase. Se em lugar da frase tivéssemos escolhido uma seqüência de palavras sem sentido, ele não aprenderia a empregá-las.

[...]

Aquele a quem ocorreu a significação da palavra e que não a *esqueceu* novamente pode empregar a palavra dessa maneira. Aquele a quem ocorreu a significação *conhece-a* então, e a ocorrência foi o início do saber (WITTGENSTEIN, 1999, p. 166-167).

Assim, tem-se que se uma dada palavra é acertadamente traduzida entre contextos de linguagem essa seria uma questão de seu uso. E o uso da palavra está relacionado ao papel que ela desempenha na prática inteira da linguagem.

Nessa linha de pensamento, é possível que haja questionamentos acerca de qual seria exatamente o papel que uma palavra deveria desempenhar na prática da linguagem. No posicionamento de Wittgenstein não há uma preocupação para definir com exatidão como uma palavra deve ser usada para melhor correspondência a um significado. A concepção do filósofo da relação entre uso e significado não passa por nenhuma visão positivista de precisão de certo e errado.

Na verdade, Wittgenstein ancora-se em fundamentos prévios à concepção do significado para explicar sua natureza do ponto de vista do uso, conforme Child (2013) sintetiza:

[...] a sua abordagem é antiessencialista: não há, assim ele [Wittgenstein] pensa, nenhuma característica ou nenhum conjunto que seja essencial para que algo seja uma proposição significativa — nenhuma característica em termos da qual o seu significado deve ser entendido. A sua abordagem é antirreducionista: ele não tem em vista explicar o significado por apelo a uma noção de uso que não o pressuponha. E a sua abordagem é antissistemática: não há, ele pensa, nada geral e sistemático para dizer sobre exatamente como uma expressão deve ser usada, no intuito de ser corretamente traduzida de uma terminada maneira (CHILD, 2013, p. 116).

Percebe-se que tais características — antiessencialismo, antirreducionismo e antissistematicidade — atravessam todo o plano de análise filosófica do segundo Wittgenstein. De acordo com Miguens (2007) esta é uma abordagem pragmatista e antiessencialista pela qual o pensamento é tratado como uma atividade, isto é, uma atividade de dar vida a signos, uma atitude de usar signos de forma estruturada.

Em síntese, a abordagem wittgenstaniana nas *Investigações Filosóficas* nega que o significado das palavras seja algo evidente e referencial, que carregue consigo uma dimensão essencialista, na verdade o significado deve ser procurado no uso das palavras em situações concretas. Por essa razão, “não podemos adivinhar como uma palavra funciona. Temos de *ver* seu emprego e aprender com isso” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 134, grifo do autor).

Baseando-se na perspectiva pragmatista, Wittgenstein comenta que não são as supostas similaridades e diferenças entre as palavras que devem ser o ponto de partida para o esclarecimento de seus significados por meio de objetos que estas representam. Na verdade, observa o filósofo, deve-se buscar tal significado no jogo de linguagem que a palavra pertence. Assim, a natureza da significação é revelada à medida que se reconhece a relação entre linguagem e a ação decorrente de seu uso.

### 3.2 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE MIKHAIL BAKHTIN

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975) é considerado um dos pensadores do século XX que mais influenciou os domínios de estudos da linguagem. Por lidar com uma variedade de temas nas fronteiras da significação o estudioso recebeu, além da qualificação de filólogo, o título de filósofo e semiótico (SCHNAIDERMAN, 2005).

Bakhtin nasceu em Orel (Rússia), em 1895, e cresceu em Vilnius (Lituânia) e Odessa (Ucrânia), duas cidades cosmopolitas, situadas nas fronteiras de seus países, conhecidas pela grande diversidade cultural e que oferece uma mistura heterogênea incomum de línguas e culturas diferentes. Sua experiência nestas cidades o expôs a uma complexa e rica mistura de grupos linguísticos diferentes, culturas e classes, que acabaram inspirando Bakhtin na formulação de muitos de seus conceitos (CLARK; HOLQUIST, 1998).

Em 1918 mudou-se com sua família para a cidade bielorrussa de Nevel, no ano seguinte Bakhtin começou a se reunir com um grupo de intelectuais para discutir temas como os efeitos da Revolução Russa sobre a vida social e o papel da realidade social no sentido de

obras artísticas e linguagem, esse grupo que se tornaria conhecido como o Círculo de Bakhtin.<sup>14</sup>

Ao longo dos anos que se seguiram, liderado por Bakhtin, o Círculo deu início a concepção de ideias que resultariam em seus mais proeminentes escritos. Algumas das obras em questão incluem o livro *O Método Formal Em Estudos Literários*, publicado em 1928 por Pável Medvedev e *Marxismo E Filosofia Da Linguagem*, publicado em 1929 por Valentin Voloshinov. Nas décadas seguintes Bakhtin continuou a publicar, mas problemas de saúde limitou suas atividades (BRANDIST, 2005). O pensador russo faleceu em Moscou no dia 07 de março de 1975 deixando um legado intelectual de valor inestimável para as humanidades.

Busca-se, ao longo desta seção, apresentar a proposta do pensador russo Mikhail Bakhtin de uma abordagem sociológica para as ciências humanas cristalizada em sua teoria do enunciado concreto. Acredita-se que o legado teórico do Círculo de Bakhtin, sobretudo no que tange às ciências da linguagem, pode ser útil na busca pela expansão e amadurecimento reflexivo das abordagens em ciência da informação e, mais precisamente à OC, que concebem a informação como um fenômeno social.

O que qualifica um estudioso como filósofo é o seu esforço por princípios elementares que correspondam às necessidades da ciência, nesse sentido, o caráter metodológico e a conceitualidade filosófica, como pontos basilares na elaboração intelectual de Bakhtin, caracteriza-o como o pensador responsável pela criação de condições para novas perspectivas metodológicas no âmbito das humanidades (BOUKHARAEVA, 1997; SILVA; LEITE, 2012).

Os estudos da linguagem desenvolvidos por Bakhtin e seu Círculo vêm sendo incorporados por diversas disciplinas do conhecimento que, em alguma medida, nutrem-se dos postulados acerca da linguagem, do discurso, da mensagem e do signo, “sobretudo sob a

---

<sup>14</sup> **Círculo de Bakhtin** foi a denominação recebida pelo grupo de intelectuais que se reunia regularmente no período de 1919 a 1974, do qual fizeram parte Mikhail Bakhtin, Valentin Nikolaevich Voloshinov (1895-1936) e Pavel Nikolaevich Medvedev (1891-1938), entre outros. O *Círculo* é considerado uma “escola de pensamento russo do século XX” (BRANDIST, 2005, *online*) na qual se abordava filosoficamente as questões sociais e culturais colocadas pela Revolução Russa e sua degeneração na ditadura de Stalin. O seu trabalho centrou-se em questões de importância da vida social em geral e na criação artística em particular, analisando o modo como a linguagem registra as manifestações entre grupos sociais.

forma de um conjunto de conceitos operatórios, às quais se articulam categorias descritivas” (GRILLO, 2007, p. 121).

No entanto, entender o que é denominado pensamento bakhtiniano requer uma expedição em um universo de conhecimento que não se contém apenas no indivíduo Mikhail Bakhtin, mas em um conjunto de sujeitos e eventos que, entre as décadas de 1920 e 1970, manifestaram-se em diferentes esferas políticas, sociais e culturais.

A assimilação do projeto teórico de Bakhtin tem passado ao longo dos anos por diversas variações de interpretação, o que exige certos cuidados nas reflexões e apropriações teórico-metodológicas. Qualquer tentativa de incursão aos tratados de Bakhtin preceitua ao menos um conhecimento mínimo acerca da complexa e polêmica história da circulação e autoria<sup>15</sup> dos trabalhos do Círculo, bem como atenção especial para as inconsistências nas traduções das obras em russo para outros idiomas.

As reflexões desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin, formalizadas em publicações e textos avulsos, foram sendo difundidas de forma totalmente fragmentada e descontínua, o que já levou a inúmeras reconsiderações quanto à sua proposta de estudo da linguagem.

Soma-se a isso o próprio pensamento difusor do Círculo, que estudava diversos temas, desde a filosofia e a religião até a literatura e a sociologia. Por esse motivo, o arcabouço teórico em torno de Bakhtin vem sendo recebido, multiplicado e interpretado, revelando que pode funcionar como admirável subsídio teórico-metodológico para diferentes contextos de recepção (BRAIT; CAMPOS, 2009).

De acordo com Souza (2002), a preceituação do enunciado concreto<sup>16</sup> — objeto de estudo do pensamento bakhtiniano — como um acontecimento sociológico indica, no decorrer da leitura dos trabalhos do Círculo, a presença de um “método sociológico” aplicado à literatura, à psicologia e à ciência da linguagem. O método em questão foi desenvolvido,

---

<sup>15</sup> Um dos principais desafios ao estudar o universo teórico de Bakhtin é a questão da autoria das obras do Círculo. Os principais textos considerados controversos, publicados entre 1926 e 1929 originalmente sob os nomes de Voloshinov (*Marxismo e filosofia da linguagem e Freudismo*) e Medvedev (*O método formal nos estudos literários*), atraem considerável atenção e ainda dividem opiniões (EMERSON, 2003).

<sup>16</sup> O enunciado não é, para Bakhtin, frase ou oração no sentido gramatical, mas sim uma realidade de sentido no nível do discurso, unidade que pode ser formada tanto por uma única palavra como uma série de frases, o que determina o sentido e o contexto.

dentre outros autores, pelo teórico marxista russo Gueorgui Plekhanov (1857-1918) que pretendia fundar uma nova ciência da literatura baseada em estudos da sociologia contemporânea.

As referências ao método sociológico começam a aparecer nos textos de Bakhtin em 1924, embora admitisse a importância desse método ele acreditava que sua noção de cientificidade ia além de uma análise estética. Na concepção do autor, tal ordem metodológica se orientaria pelos seguintes passos: “a) transcrever o acontecimento ético no seu aspecto social, já vivido e avaliado empaticamente na contemplação estética; b) sair dos limites do objeto e introduzir o acontecimento em ligações sociais e históricas mais amplas; e c) ultrapassar os limites da análise propriamente estética” (SOUZA, 2002, p. 31).

Inicia-se neste momento o estabelecimento de uma sociologia do discurso no percurso teórico do Círculo de Bakhtin incrementada, principalmente, pelo viés marxista que funcionaria como aproximação ao estudo científico das produções ideológicas. Este interesse do Círculo por uma metodologia emanada do universo sociológico sucede da compreensão de que toda ação de comunicação/interação abrange aspectos de sua realização concreta e efetiva, entendendo que todo ato de interação se dá em uma realidade única, irrepetível e em sentido completo (BAKHTIN, 1986).

Apesar das proposições do Círculo abrangerem grande parte dos domínios das ciências humanas, evidencia-se na ordem teórica do coletivo russo a necessidade de uma abordagem sociológica da filosofia da linguagem. Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*<sup>17</sup> essa conjectura é colocada em foco a partir da relação entre linguagem e sociedade, sob o prisma do signo ideológico. Partindo do caráter essencialmente social do signo e do enunciado, Bakhtin questiona “em que medida a linguagem determina a consciência” e, nesse sentido, “em que medida a ideologia determina a linguagem” (YAGUELLO, 2006, p. 20).

Fundamentando-se na doutrina marxista, o Círculo de Bakhtin procurou elaborar um método sociológico singular que pudesse ser adequado às características de diferentes áreas ideológicas, no sentido de possibilitar acesso a todas as minúcias e sutilezas das estruturas ideológicas (MEDVIÉDEV, 2012).

---

<sup>17</sup> Publicada originalmente sob o nome de Valentin Nikolaevich Voloshinov em 1929.

O Círculo argumenta que o único modo de fazer com que o método sociológico marxista “dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas imanentes consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*” (BAKHTIN, 2006, p. 37, grifo do autor). Deste entendimento resultam as seguintes regras metodológicas.

1. Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizado e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infraestrutura).

### 3.2.1 Linguagem como fenômeno social

O conceito de linguagem, para Bakhtin, não está comprometido com nenhuma tendência ou corrente de estudo da linguagem, mas sim com uma visão de mundo, o que justifica o tratamento da língua em uma abordagem sociodiscursiva. Na concepção de Bakhtin, a língua é vista como um fenômeno social, histórico e ideológico. Para o autor,

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1986, p. 127).

O pensador entende a língua em seu uso prático, vinculada a um conteúdo ideológico, assim, seus signos são variáveis e flexíveis, apresentando um caráter mutável, histórico e polissêmico. Vale ressaltar que a preocupação de Bakhtin com a língua se dá na condição de elemento de comunicação e de interação e não como sistema, afastando-se de propostas estruturalistas e indicando sua inclinação à abordagem pragmatista da linguagem.

Para desenvolver sua teoria Bakhtin parte da crítica às duas concepções de língua e linguagem vigorantes na época, as quais ele nomeou “subjetivismo idealista” e “objetivismo abstrato”. A primeira concepção refere-se à apreensão da língua como uma atividade mental em que o psiquismo individual constitui a origem da língua, essa corrente de pensamento tinha como seu principal representante Wilhelm Humboldt. A segunda concepção considera a língua um sistema de regras passíveis de descrição, este conceito de língua está relacionado ao estruturalismo que se desenvolveu a partir dos postulados de Ferdinand de Saussure (WEEDHOOD, 2002).

Bakhtin considera insuficiente, apesar de indispensáveis, os tradicionais estudos da linguística, porque tais correntes de pensamento entendem a língua como um objeto abstrato, idealizado e sistemático, afastando-se dos fenômenos e manifestações decorrentes do seu uso (a fala). Para Bakhtin, a fala está inerentemente relacionada às condições sociais de interação que, por sua vez, estão sempre associadas às estruturas sociais.

Refletindo acerca do desenvolvimento conceitual da língua, Bakhtin (2006) a considera um fato social, cuja essência se estabelece nos atos de comunicação. É, todavia, caracterizada pela sua natureza dinâmica e em constante atualização, sendo entendida como um fenômeno histórico-fenomenológico e sociológico que se concretiza a partir dos enunciados resultantes da interação verbal.

Conforme Bakhtin (1986), o uso da língua se efetiva mediante enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, que partem dos indivíduos participantes de alguma esfera da atividade humana. O autor russo considera a língua uma atividade social, em que a essência não reside em algo objetivo ou acabado, em um produto finalizado, mas sim nas interações sociais, nas dinâmicas de comunicação, no processo de interação verbal — na enunciação.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações* (BAKHTIN, 2006, p. 125, grifo do autor).

Na base das ideias de Bakhtin está a recusa da dicotomia língua/fala de Ferdinand de Saussure, este concebia a língua como sistema social e objetivo, e a fala como ato psíquico-físico individual, como se língua e fala se opusessem. Na perspectiva saussuriana a língua é

um sistema estável e invariável de signos, distante de qualquer concepção ideológica e, portanto, de uma historicidade. A visão bakhtiniana é contrária a este entendimento, Bakhtin reconhece a existência da língua como uma abstração ideológica necessária e assinala a impossibilidade de abordar o sentido da totalidade — discursiva ou textual — do ponto de vista da língua como sistema.

Na verdade, Bakhtin vê toda a atividade humana como atividade social e, portanto, ideológica, que se funda na ação comunicativa traduzida em diferentes sistemas de signos. Segundo o pensamento bakhtiniano, toda estrutura ideológica não pode ser expressa senão através da atividade semiótica.

O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico* (BAKHTIN, 2006, p. 30, grifo do autor).

Em sua reflexão fundamentada na sociologia marxista, o Círculo de Bakhtin defende o signo como sendo essencialmente ideológico, o coletivo russo parte do princípio de que os diferentes grupos sociais possuem registros de língua diferentes. O Círculo considera a ideologia<sup>18</sup> um reflexo das estruturas sociais e, nessa visão, toda variação da ideologia encadearia uma modificação da língua.

Para Bakhtin (1986, p. 36), “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência [...] é o modo mais puro e sensível de relação social”. A palavra, vista como o produto da interação social, se caracteriza pela riqueza de significados, ela é fruto de múltiplas consciências, cada uma lhe atribuindo um sentido, sendo, portanto, lugar privilegiado para manifestação da ideologia.

É importante ressaltar que, segundo o pensador russo, o signo é um elemento semiológico primário imprescindível no processo de reconhecimento como etapa prévia à comunicação,

---

<sup>18</sup> Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (1986) identifica a ideologia com o universo da produção imaterial humana. O termo “ideologia” e seus variantes devem ser entendidos em seu sentido amplo, isto é, como fazendo referência, nos termos de Marx, aos “produtos do espírito humano” (ou ao universo das superestruturas) e não no sentido estrito do falseamento da realidade (FARACO, 2006). Bakhtin trabalha a ideologia na questão da constituição do signo, na constituição da subjetividade, preocupando-se com os múltiplos significados e sentidos dados à palavra pelo sujeito.

mas o núcleo verdadeiro da comunicação é o enunciado, que ocasiona um processo de compreensão, o qual implica um conhecimento necessário da situação dialógica concreta.

O reconhecimento é uma atividade individual, que na comunicação linguística exige o conhecimento do sistema da língua. A compreensão é um processo dialógico social, ou seja, inclui em seu circuito dialógico não somente os falantes, como também os vários elementos de caráter social que determinam os falantes como sujeitos sociais (BUBNOVA, 1980).

A linguagem é ideológica, ou seja, é constituída por signos ideológicos que refratam uma realidade baseada nos embates e acordos sociais, é desse modo, como defende Bakhtin, que se reconhece o seu caráter dialógico. O diálogo é a noção de base de todas as categorias do Círculo de Bakhtin. Ele é a condição do sentido que se produz por meio da compreensão responsiva gerada pelo enunciado. Segundo Bakhtin (1997), os enunciados confrontados entre si entram em um tipo especial de relações semânticas denominadas relações dialógicas.

### 3.2.1.1 *Relações dialógicas como conceito-chave*

Em Ferreira (1999, p. 676) tem-se, entre outras definições, que diálogo é a “fala entre duas ou mais pessoas; [...] troca ou discussão de ideias, de opiniões, de conceitos”. No pensamento de Bakhtin e de seu Círculo, o conceito de diálogo é trabalhado em uma dimensão ampla, significando mais que a visível interação verbal entre indivíduos. Na verdade, o diálogo entre indivíduos, isto é, a conversação em seu sentido estrito, é apenas uma forma composicional do discurso (BAKHTIN, 1986). Bakhtin caracteriza “as relações dialógicas como *relações de sentido* que se estabelecem entre enunciados” — tendo como referência o todo da interação verbal e não apenas o evento da interação face-a-face (FARACO, 2006, p. 63).

Aquele que pratica um ato de compreensão passa a ser participante do diálogo (BAKHTIN, 1997), isso porque, toda compreensão de um enunciado — tenha a dimensão que tiver — implica uma responsividade (FIORIN, 2006). Tudo que é passível de assimilação, isto é,

todos os elementos da realidade construída, do contexto social, podem despertar uma atitude responsiva nos sujeitos. A responsividade é o ponto de partida para a formação dos enunciados.

Segundo E. Martins (1990), o dialogismo seria a comunicação, entendida como a relação de alteridade, em que o *eu* se constitui pelo reconhecimento do *tu*. Na perspectiva de Bakhtin (1986), a consciência é formada pelas relações que os sujeitos estabelecem entre si através da linguagem. A construção da consciência de si é produto do modo como compartilhamos nossa visão de mundo com outro, propiciando a criação de uma linguagem que permita decifrar mutuamente a consciência de si e do outro no contexto das relações socioculturais. Para o autor, a palavra seria dialógica por natureza, uma vez que a interação entre os sujeitos, pelas suas ações discursivas, pressupõe uma atitude responsiva do outro a quem eles se dirigem.

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros [...] É o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1986, p. 113, grifo do autor).

A fala do sujeito desempenha um papel que não depende só de sua intenção, mas depende do outro, a responsividade do “outro” é fundamental na constituição do sujeito, é um sujeito construído na linguagem. A alteridade, em Bakhtin, portanto, não é uma relação pacífica entre sujeitos, cuja única função se resume em compreender o locutor, mas uma relação interativa, que clama pelo retorno do “outro”, construindo, dessa forma, uma identidade para locutor.

Conforme Grillo (2007), no pensamento bakhtiniano o sentido aparece sempre como produzido no diálogo, o que significa que a relação dialógica é uma relação semântica. Assim, na concepção do Círculo, não há sentido fora da intersubjetividade e das relações dialógicas.

As relações dialógicas se caracterizam por uma série de conceitos dos quais Grillo (2007), destaca:

1. as relações dialógicas são de natureza semântica;
2. as relações dialógicas ocorrem entre enunciados concretos;
3. por trás dos enunciados estão sujeitos concretos, integrais, responsivos, inconclusos e inacabados, os quais só podem ser compreendidos por meio do diálogo;
4. as relações dialógicas no enunciado pressupõem ainda um supradestinatário entendido como instância superior de compreensão responsiva que possa deslocar-se em diferentes sentidos;
5. a produção/recepção do enunciado tem uma dimensão valorativa: o enunciado pleno [...] não tem significado, mas sentido.

Para Bakhtin toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é, por natureza, dialógico. As relações dialógicas referem-se, portanto, ao incessável diálogo, nem sempre simétrico e modular, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade (BRAIT, 2005).

Procura-se, dessa maneira, entender a informação por uma perspectiva “sociológica”, “ideológica” e “dialógica”, a partir das categorias conceituais concebidas por Bakhtin no trato com a linguagem.

### 3.3 WITTGENSTEIN E BAKHTIN: APROXIMAÇÕES

Há muitos pontos de contato entre o pensamento de Wittgenstein e Bakhtin, uma vez que compartilham uma visão da interação verbal como o estrado ao status do significado, na visão de ambos a atividade coletiva dos atores sociais individuais resulta em um produto final qualitativamente diferente da soma das suas partes. Os estudiosos compartilham a sensibilidade e interesse analítico na atividade de falar. Em tal perspectiva, a fala é uma forma de trabalho que requer a coordenação de vários atores em torno de uma tarefa. Nesse

sentido, eles consideram que a fala é pública e intersubjetiva por natureza. Tal posição é consistente com a visão instrumental dos signos linguísticos como meio de aceder à realidade.

Embora, não se tenha nenhum registro nem indícios nos discursos de Wittgenstein e Bakhtin que mencione as ideias de um nos trabalhos produzidos pelo o outro, houve uma conexão factual entre os filósofos. Acredita-se que o Wittgenstein maduro, isto é, em sua segunda fase, tenha sofrido influência direta de Nicolai Bakhtin, irmão de Mikhail Bakhtin. Frank (1992) considera fascinante saber que Nikolai Bakhtin foi amigo do filósofo Ludwig Wittgenstein, quando estiveram juntos em Cambridge na década de 1930. Da mesma forma, Clark e Holquist (2008, p. 46), relatam que as conversas de Nicolai Bakhtin com Wittgenstein foram um dos fatores que influenciaram o filósofo em sua passagem do “positivismo lógico do *Tractatus* às *Investigações Filosóficas* de caráter especulativo mais amplo”.

Em primeiro lugar, há em comum entre os dois filósofos a coerência de ambos ao atrair o foco dos estudos da linguagem para a perspectiva social, enfatizando a necessidade de reconhecer as manifestações do significado na linguagem por uma dimensão prática, isto é, a linguagem em uso (ou em diálogo), privilegiando a linguagem ordinária como objeto de seus estudos. Este apelo a uma reorientação de pensamento foi considerado uma ruptura nos padrões de entendimento da linguagem e influenciando diversos domínios das humanidades no século XX (ALBUQUERQUE, 2008).

Para apresentarem suas concepções de linguagem os dois filósofos partem da crítica a modelos de pensamento existentes. A matriz de pensamento de Wittgenstein em sua segunda fase, ou seja, apresentada nas *Investigações Filosóficas*, rompe com a concepção formalista de significado e com as principais noções do *Tractatus Logico-Philosophicus* no qual ele propõe uma visão referencialista baseada em preceitos lógicos. Em sua perspectiva pragmatista, Wittgenstein vê a impossibilidade de denotar a essência da linguagem. Para ele existem várias formas de manifestação e de apropriação da linguagem, dentro de situações concretas o indivíduo não está exposto apenas a uma atividade linguística, mas a diversas.

De igual maneira Bakhtin se desprende da concepção estruturalista sistemática da língua, logo se recusando ao logicismo. Ele se dedicou a enxergar uma forma de compreender as

manifestações do sentido na linguagem sem que esta estivesse organizada a partir de um sistema ou um modelo lógico. O filósofo russo parte da crítica de duas abordagens do pensamento linguístico, a saber o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, para enunciar a insuficiência destes modelos na tentativa de elucidar a natureza da linguagem na vida social, contrapondo-se às teorias da linguagem desenvolvida por Frege, Saussure e o primeiro Wittgenstein. Ao contrário das visões destes estudiosos, ele afirma o caráter primordial do social, no qual a linguagem e o pensamento são necessariamente intersubjetivos.

Outro ponto em comum à Wittgenstein e Bakhtin reside no componente ideológico da linguagem. Essa perspectiva pode ser rastreada a tais estudiosos de forma assimétrica, uma vez que se encontra mais implícito na obra do filósofo austríaco. Wittgenstein deixa transparecer uma matização ideológica ao reconhecer as formas de vida as quais nutrem a linguagem como dimensões valorativas infundidas ao estado de significação. O filósofo austríaco vai dizer que sem a linguagem não podemos sofrer influência e muito menos influenciar os outros. Além disso, segundo Wittgenstein, a multiplicidade dos jogos de linguagem que se manifestam no cotidiano também tem o papel de auxiliar o indivíduo a se posicionar dentro da vida social, expondo, dessa maneira, sua condição ideológica (SANTOS; NASCIMENTO, 2010). Esse aspecto apresentado por Wittgenstein reflete uma concepção de linguagem indissociável à dimensão social. De modo análogo, para Bakhtin, as condições de manifestação da linguagem se constituem a partir do território social. Nesse sentido, a linguagem, mediante a plenitude do signo, se mostra ideologicamente modificada e modificadora da realidade social.

Da mesma forma, as abordagens de Wittgenstein e Bakhtin frente ao objeto de estudo apresentam muitas aproximações, na verdade os dois filósofos se referenciam em uma mesma zona de pensamento. Os dois reconhecem a emergência do significado a partir de uma linguagem em ação, colocada em prática, compartilhada e viva. Para Wittgenstein, a linguagem é retratada como atividade, através de jogos de linguagem que constituem o conjunto da linguagem e dos elementos de funcionamento com os quais está interligada. Por conseguinte, o filósofo austríaco entende o conceito de significado ligado à possibilidade de se estabelecer condições para o uso da palavra em contextos sociais.

Semelhantemente, Bakhtin conceitua que a interação social é condição para a existência da linguagem e a produção de significado. O filósofo russo coloca em evidência a situação enunciativa da linguagem para abordar sua condição de prática social. Para ele a enunciação é de natureza social, sendo instaurada pela situação comunicacional entre indivíduos. Bakhtin volta-se para o enunciado, que é unidade da comunicação discursiva, o qual opera no nível do sentido. A enunciação, pelo aspecto linguístico, remete à noção de interação verbal e amplia a via de reflexão de Bakhtin para tratar o conceito de diálogo e das relações dialógicas na linguagem. Sobre essa questão Bakhtin argumenta que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação.

Precisamente acerca dos conceitos de “jogos de linguagem” — de Wittgenstein — e “relações dialógicas” — de Bakhtin —, Silva (2012, p. 12) acredita que relacionar tais ideias expõe-se uma orientação teórica inquieta em entender os usos da linguagem a partir de uma perspectiva atenta à dinamicidade e aos contextos construídos no mundo da experiência. Para a autora, se Wittgenstein se mostra preocupado “em entender o funcionamento do jogo de linguagem, suas regras, possibilidades de uso e as formas de vida que o sustentam”, no mesmo sentido (e em continuidade), “Bakhtin projeta esse jogo em um fluxo evolutivo sugerindo que, para o sentido, a resposta e o ouvinte têm papel tão central quanto as regras”.

As ideias de Wittgenstein e Bakhtin podem ser usadas para uma análise singular da linguagem ordinária — em contraponto à linguagem científica, formal ou ideal. Os autores rejeitam a noção de linguagem ideal para centrarem-se na linguagem funcional, aquela usada no cotidiano da vida social. O que está em foco é a linguagem enquanto manifestação do real, desempenhando múltiplas funções em diferentes níveis no pensar e no agir comunicativo. O Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* não se prende à estrutura lógica da linguagem para evidenciar a natureza do significado carregado pelas sentenças e proposições. Sua preocupação não é mais em entender a exatidão dos atos de fala, mas com os seus usos e funções dentro do contexto social.

Já Bakhtin discorda das noções formalistas e da linguística estrutural, pois para ele tais posicionamentos reduzem a linguagem a um código e ignoravam a principal noção das manifestações da língua no discurso, que é favorecer o diálogo entre indivíduos imersos em

contextos concretos, isto é, integrantes da realidade social. Bakhtin traz uma perspectiva de análise da linguagem baseada em seu caráter sógnico — sempre variável e flexível — adequada a condições e necessidades enunciativas dos indivíduos em contextos determinados. A prática viva da língua, sugere o filósofo, não mais seria o enunciado e, sim, a enunciação, ou seja, a interação verbal demarcada pelas relações sociais.

Wittgenstein e Bakhtin desenvolveram suas reflexões acerca da significação a partir de considerações sobre o fenômeno da linguagem e, ao identificar um determinado ponto de raciocínio a que ambos se dedicaram, pode-se dizer que eles consideravam a linguagem uma *figura de ação*, um aspecto da vida humana que manifesta seu sentido na prática, no diálogo e no uso sobrejacente aos contextos das formas de vida humana.

#### 4 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS DOMÍNIOS DA LINGUAGEM

Os estudos da linguagem voltados à BCI e, mais precisamente, ao domínio da OC correspondem à égide do estatuto epistemológico que subjaz tal disciplina. A linguagem, enquanto veículo do pensamento (WITTGENSTEIN, 1999), é também a interface entre o homem e o conhecimento. A concepção de linguagem como o meio em que o conhecimento se manifesta estabelece essa relação indissociável entre esses dois conceitos. A linguagem é, nessa perspectiva, a forma de administrar o conhecimento — pois é através da representação do conhecimento, mediado por um sistema de signos, que torna-se possível organizá-lo.

De fato, a OC está condicionada ao progresso das investigações no domínio da linguagem e as predileções teóricas elegidas a partir deste horizonte se refletem nos princípios basilares e fundamentos da disciplina, o que também está relacionado a implicações no desenvolvimento de métodos, técnicas, instrumentos, práticas, conceitos, terminologia e demais elementos que configuram a OC.

Ao considerar as questões da OC como sendo de ordem linguístico-filosófica descerra-se uma arena de ação e reflexão profícua diante das ramificações tópicas do domínio que, muitas vezes, carecem de estudos verticalizados, de experimentações, de atualizações ou simplesmente de análises a partir de novos pontos de vista.

Um destes tópicos da OC diz respeito aos preceitos, critérios e métodos utilizados para avaliar a utilidade de uma linguagem de acordo com o seu propósito de representar conhecimentos. A determinação desses critérios de validação da linguagem é resultado de uma escolha intersubjetiva e não da simples observação (HUVILA, 2006). Eis que a linguagem de representação do conhecimento para fins organizacionais denomina-se linguagem documentária e pode ser entendida como a estrutura cognoscível dos SOCs.

Os SOCs abrangem todos os tipos de esquemas dedicados à representação do conhecimento para fins de organização de informações, eles são baseados em uma estrutura de termos que apresentam relações semânticas entre eles. Diferentes categorias de SOCs — incluindo tesouros, esquemas de classificação, sistema de cabeçalho de assuntos, taxonomias e

ontologias — são amplamente reconhecidos e aplicados em sistemas de informação modernos e tradicionais (VICKERY, 2008; ZENG, 2008).

Para este trabalho recorre-se à visão dos SOC como prismas semânticos para a experiência humana. Quando um SOC é compreendido como a “influência mediadora na interação humana com o conhecimento ou com artefatos de conhecimento, a experiência de determinar critérios de seleção e de inclusão ou exclusão, bem como para determinar os limites das classes, é essencialmente curatorial”<sup>19</sup> (GRAF; SMIRAGLIA, 2012, não paginado, tradução nossa). Em outras palavras, sobre e a partir do ato de criação de esquemas de representação do conhecimento, os envolvidos na modelagem do SOC também estão lançando mão de um extrato de conhecimento na forma de linguagem, revelando um ato de curadoria. Desta forma, a representação do conhecimento é vista sempre a partir de um ponto de vista, tomando lugar num contexto sociocultural que é influenciado por condicionantes históricos.

De acordo com Hulme (1911), toda classificação é um meio para um fim — a postura pragmática do autor designa a concepção de esquemas classificatórios baseando-se nos objetivos e na utilização a que eles se destinam — em termos atuais, todo SOC é um meio para um fim. Nesse entendimento, o cerne dos SOC reside na natureza de sua linguagem e no princípio sobre o qual o escopo ou domínio coberto pela linguagem deve ser determinado.

Atingir critérios satisfatórios de organização do conhecimento é um processo complexo que requer mais que a compreensão analítica da linguagem e dos domínios do conhecimento. Segundo Huvila (2006, p. 59-60, tradução nossa), mesmo que um SOC “seja firmemente baseado em uma compreensão aprofundada de um domínio é baixa a casualidade direta entre o conhecimento e uma estrutura de organização artificial”.<sup>20</sup> Tal posicionamento aponta para a importância da subjacência de critérios de ordem semântica que possam plasmar o sentido do domínio do conhecimento representado — ou ao menos diminuir a distância entre o conhecimento, *per se*, e sua representação, mediante um SOC.

<sup>19</sup> “[...] mediating influence in human interaction with knowledge or knowledge artifacts, the experience of determining selection and inclusion or exclusion criteria, as well as determining the boundaries of classes, is essentially curatorial.”

<sup>20</sup> “[...] would be firmly grounded on an in-depth understanding of a domain, there is very little direct causality between the knowledge and an artificial organisation structure”.

Dessa maneira, para discutir a natureza de tais fundamentos semânticos da linguagem, o vínculo entre o conhecimento e os sistemas que condicionam sua organização pode ser discutido a partir do princípio da garantia semântica, como apresentado a seguir.

#### 4.1 O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA

A concepção idealizada de representação do conhecimento requereria a formulação da caracterização abstrata da linguagem de um domínio com tanta exatidão que para qualquer sentença de busca seria possível chegar com fidelidade ao resultado esperado. Porém, os meandros da significação tornam essa possibilidade irrealizável ao considerar ilimitada a plenitude do significado, tal como posiciona Wittgenstein (1968) acerca das fronteiras do sentido — elas não podem ser reconhecidas (ou reconhecíveis). Na prática, geralmente na concepção de um SOC, a determinação da linguagem de um domínio, isto é, sua terminologia, tende a ser definida indiretamente, baseando em uma série de autoridades cognitivas que apoiem a validação semântica de tal linguagem.

O princípio de validar o significado da linguagem documentária, isto é, conferir a ela uma medida de valor, de qualidade e de utilidade perante o fim a que ela se destina, é conhecido como garantia semântica. Embora a noção de legitimar o significado de uma linguagem documentária seja inerente à sua criação, é tarefa difícil definir os critérios ou estipular condições avaliativas que referendem a representatividade da linguagem de um SOC.

De acordo com Campbell (2008), o conceito de garantia no âmbito da biblioteconomia tem sido uma pedra angular para a compreensão e desenvolvimento de sistemas projetados para representar o conhecimento, articulando-se na base intelectual para a validação e inclusão de entidades semânticas nestes sistemas. O autor entende que as articulações da garantia na OC se configuram em uma combinação de preceitos para a construção de consenso semântico, de uma maneira deliberada, mediante critérios formais e informais.

O desafio de explorar o princípio da garantia teve início com o bibliotecário britânico E. Wyndham Hulme (1859-1954) mediante o levantamento de questões acerca da necessidade de estabelecimento de métodos e regras para a definição dos conceitos de um domínio do

conhecimento. O autor questionou o que poderia ser admitido como a garantia necessária para determinar o conjunto de termos que reproduziria o domínio conceitual das áreas do conhecimento.

Talvez por adotar uma perspectiva pragmática, mas não menos fundamentada, frente às questões do campo, Hulme (1911, p. 445, tradução nossa) considera que a garantia deveria “se basear em (a) considerações sobre a natureza do assunto a ser decomposto ou (b) sobre o dado quantitativo da agregação de assunto em livros”.<sup>21</sup> O autor apoia-se na segunda opção para propor o conceito de garantia literária, reconhecido como a relação de ocorrências de conceitos na literatura de um domínio para justificar e validar a terminologia a ser considerada em um SOC.

Na concepção do autor, a admissão de um termo se justifica apenas quando sua existência for identificada na literatura e sua validação semântica é o grau de precisão e representatividade com que ele se enquadra em um domínio (HULME, 1911).

Embora tenha desenvolvido reflexões suficientes para o estabelecimento de uma metodologia para a garantia literária, Hulme não progrediu com as implicações de seu princípio para a teoria da classificação (RODRIGUEZ, 1984). Mesmo assim, Hulme influenciou a fundamentação teórica da classificação e realizou uma importante contribuição ao campo da OC. Seus preceitos condicionaram o desenvolvimento de notáveis sistemas de classificação, como a Lista de Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (*Library of Congress Subject Headings - LCSH*), e foram um dos pontos de partida para os estudos da pesquisadora canadense Clare Beghtol acerca da validação semântica subjacente a um sistema de classificação.

Clare Beghtol é uma das maiores especialistas no que refere aos fundamentos da classificação do conhecimento na BCI, sua pesquisa se destaca pela postura reflexiva dilatante, “ela vê a teoria da classificação como interdisciplinar e multidisciplinar e, embora seu trabalho tenha suas raízes no domínio mais restrito de biblioteconomia e ciência da

---

<sup>21</sup> “[...] be based either (a) upon considerations of the nature of the subject-matter to be divided, or (b) upon the physical fact of the aggregation of subject-matter in books”.

informação, ela vai além da prática e dos estreitos limites dessa disciplina [...]”<sup>22</sup> para dar voz ao compromisso de explorar novas abordagens na OC (WILLIAMSON, 2010, p. 101, tradução nossa).

A autora tem sido considerada pioneira em sua área de estudo em razão de sua produção intelectual de décadas passadas que até hoje apresenta um potencial de redescoberta, sendo fontes de ideias “que não foram reconhecidas como seminal em seu próprio tempo”<sup>23</sup> (HOWARTH, 2010, p. 97, tradução nossa). Seus estudos e análises são o estímulo para rompimentos de certas ortodoxias do cenário da OC e para o desenvolvimento dos modernos SOCs.

A noção de garantia é um conceito operante em grande parte dos trabalhos de Beghtol. Procurando se afastar da perspectiva sintática das classificações a autora enfoca a perspectiva semântica para argumentar e fornecer ao campo um quadro referencial de conceitos que desde então tem sido usado para projetar e, principalmente, para compreender e avaliar os SOCs em relação às suas utilidades.

Vale mencionar que, embora este trabalho explore a perspectiva semântica da garantia, este conceito não é exclusivo nem se encerra nas questões do significado, é possível (e necessário) a reflexão acerca do conceito de garantia sintática, ainda que não haja ocorrências significativas deste termo na literatura da área. Esse exercício de movimentação ambivalente do entendimento de garantia viria a enriquecer e sedimentar ainda mais o conceito.

#### 4.1.1 O conceito de garantia semântica na organização do conhecimento

Dentre as acepções portadas pelo vocábulo **garantia**, entende-se como o “ato ou palavra com que se assegura uma obrigação, uma intenção, um sentimento, etc.; prova, segurança”, é o ato ou efeito de responsabilizar por algo, de afirmar como certo, de asseverar, de

---

<sup>22</sup> “She sees classification theory as interdisciplinary and multidisciplinary and, while her work has its roots in the narrower domain of library and information science, she reaches beyond the practical and beyond the narrow confines of this discipline [...]”

<sup>23</sup> “[...] that were not recognized as seminal in their own time.”

certificar (FERREIRA, 1999, p. 969). Sua grafia vem do idioma francês, *garantie*, que é análogo à ação de certificar, aprovar, confirmar, atestar, entre outros.

Entretanto, a circunstância de significado da expressão no âmbito da BCI procede do conceito inglês *warrant* — variante do francês antigo *guarant*. Na língua inglesa o termo está associado a algo que dá autoridade para uma ação ou decisão, remetendo à noção de autorização, sanção e justificação.

Talvez a definição mais conhecida do conceito de garantia (semântica) na BCI seja de Clare Beghtol que a descreve como a

[...] autoridade que um classificassonista invoca primeiro para justificar e, posteriormente, para verificar as decisões sobre que classes/conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/conceitos devem aparecer nas listas, que unidades de classes/conceitos serão divididas, até qual subdivisão deve-se proceder, até que ponto e onde a síntese está acessível, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis [...] A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação será útil e significativo para classificadores e, finalmente, para os usuários de documentos<sup>24</sup> (BEGHTOL, 1986, p. 110-111, tradução nossa).

Nesse sentido, a garantia seria o compromisso ontológico que asseguraria que as unidades terminológicas incorporadas a um SOC carreguem o significado adequado para a finalidade e utilidade de tal dispositivo. Diante da perspectiva da OC, a vinculação entre significado e pragmática — implícito no conceito de garantia — pode ser acionada a partir de diversas correntes de estudo, dentre as quais a linguística, a sociologia, a semiótica e a filosofia. Em comum neste meandro tem-se a linguagem como a estrutura inteligível pela qual se tem acesso à realidade.

Encontra-se na literatura outras expressões que denotam o conceito de garantia, como é o caso de “endosso”. A situação em que a testificação semântica se baseia na manifestação da linguagem do sujeito informacional é reconhecida como endosso do usuário, também denominada garantia conceitual de uso, garantia do usuário ou ainda consenso (DODEBEI, 2002; BEGHTOL, 1995; LANCASTER, 1987), como será detalhado adiante.

<sup>24</sup> “[...] the authority a classificationist invokes first to justify and subsequently to verify decisions about what classes/concepts to include in the system, in what order classes/concepts should appear in the schedules, what units classes/concepts are divided into, how far subdivision should proceed, how much and where synthesis is available, whether citation orders are static or variable [...] The semantic warrant of a system thus provides the principal authorization for supposing that some class or concept or notational device will be helpful and meaningful to classifiers and ultimately to the users of documents.”

É provável a existência de demais expressões e traduções para o conceito de “garantia”, no entanto, seu significado no contexto da OC parece estar definido e estável. O mesmo ocorre com o conceito de “semântica” em seu uso como predicação à garantia. O termo reporta à noção de significado da linguagem, referindo-se às propriedades de aceção dos signos linguísticos e as relações entre eles. Logo, o vocábulo “semântica” na locução “garantia semântica” complementa o sentido e indica o que se busca garantir — ou justificar.

A necessidade de arquitetar instrumentos de representação do conhecimento úteis e confiáveis, que reflitam a realidade dos sujeitos e atendam às necessidades de exprimir e retratar conhecimentos, revela a importância de fundamentos semânticos no processo de criação destes dispositivos. Na perspectiva semântica os SOCs são compreendidos como esquemas representativos caracterizados pelas relações de significado existentes entre as estruturas de signos — classes, termos, palavras, notações, etc. — que compõem tais esquemas, logo o que irá determinar a confiabilidade de sentido e a utilidade do SOC é o princípio de garantia que o rege.

Segundo Beghtol (1986, p. 111) a garantia cobre suposições e decisões — conscientes ou inconscientes — sobre quais os tipos e quais as unidades de análise são mais adequadas para incorporar e representar o significado de classes ou cabeçalhos. “A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação vai ser útil e significativo [...]”<sup>25</sup> para os propósitos a que destina.

Para Mai (2011), a ideia básica por trás da garantia é que a justificação semântica para a inclusão de termos e classes baseia-se em parâmetros externos às crenças e conhecimentos dos profissionais que desenvolvem, mantêm e utilizam os SOCs. Os profissionais que representam e classificam recursos de informação atribuem modelam conceitualmente os SOCs com referência a esses parâmetros.

O ponto básico é que não é a crença pessoal do profissional ou suas visões de mundo que determinam se um termo é usado para representar um objeto ou como uma classe é construída. O profissional deve ser capaz de apontar para algo e

---

<sup>25</sup> “The semantic warrant of a system thus provides the principal authorization for supposing that some class or concept or notational device will be helpful and meaningful [...]”

justificar a inclusão do termo ou da classe, devido ao fato de que ela aparece nessas fontes externas<sup>26</sup> (MAI, 2011, p. 118, tradução nossa).

Entendida enquanto preceito analítico, a garantia age como um elemento refrator através do qual se pode considerar o alcance de significado e utilidade de um SOC tendo em mente a finalidade de sua criação. Nesse sentido, Huvila (2006) entende a garantia como um conceito prático que denota o critério intelectual a partir do qual se organiza o conhecimento de um domínio.

Campbell (2008) acredita que, ao ser adotada, a garantia semântica introduz uma nova dimensão na relação entre um regime de acesso ao assunto e as unidades de informação organizadas em um sistema. Segundo o autor, os critérios de monitorar e moldar a relação entre o sistema e as unidades de informação são complexos, uma vez que os aspectos para avaliação da garantia podem ser encontrados nos mais diversos instrumentos e instâncias concentrados em três eixos distintos:

- a análise do uso de instrumentos normativos para classificar as unidades de informação pertencentes a uma coleção, de acordo com as regras estabelecidas;
- a decisão de classificar documentos, de acordo com uma mudança de perspectivas culturais ou necessidades dos utilizadores;
- a decisão de mudar a própria estrutura de classificação, de acordo com as mudanças em perspectivas culturais ou as necessidades do usuário.

Através destes três eixos, bibliotecas e sistemas de representação do conhecimento de toda natureza utilizam o princípio da garantia semântica para avaliar “tanto o sucesso com que eles implementaram uma estrutura de assunto específico, quanto o grau em que tal estrutura subjacente — refletindo o consenso da literatura, filosófico ou educacional, valores

---

<sup>26</sup> “The basic point is that it is not the professional’s personal belief or views of the world that determines whether a term is used to represent an object or how a class is constructed. The professional should be able to point to something and justify the inclusion of the term or class, because of the fact that it appears in these external sources.”

culturais ou tendências dos usuários — permanece válida<sup>27</sup>” (CAMPBELL, 2008, p. 224, tradução nossa).

De acordo com Kwaśnik (2010), a garantia pode ser pensada como uma estrutura conceitual para avaliar qualquer sistema de representação do conhecimento. Para a autora, a garantia além de contribuir para o nível de relevância de significado, oferece parâmetros de comparação e definição com base na perspectiva de garantia adotada.

A garantia semântica é considerada, portanto, o princípio aplicado à construção, desenvolvimento e avaliação de SOCs para justificar e validar decisões de ordem semântica. Ela orienta o desenvolvedor a verificar as necessidades de inclusões, exclusões e qualquer tipo de modelamento de classes e conceitos da estrutura terminológica de um SOC em função do significado e uso destas classes e conceitos para um determinado propósito ou comunidade usuária.

#### 4.1.2 Perspectivas da garantia semântica

A aceitação e confiabilidade dos SOCs vêm do alinhamento semântico estabelecido entre o sistema e à audiência em foco. Um instrumento dedicado a representar conhecimentos através de uma estrutura de conceitos somente é eficaz caso seu contingente de termos consiga retratar a realidade contextual daqueles que o utiliza. Kwaśnik (2010), considera que a garantia é uma maneira de capturar esse contexto, pois representa a relação da classificação para o mundo.

Para atender as necessidades de expressar significado útil à uma audiência, os desenvolvedores e mantenedores de SOCs precisam fazer escolhas criteriosas de quais perspectivas desejam privilegiar nestes sistemas. Segundo Howarth e Jansen (2014), pode-se identificar várias garantias entre os processos de desenvolvimento de sistemas classificatórios e as relações com os usuários. Há uma relação de garantias clássicas que, a

---

<sup>27</sup> “[...] both the success with which they have implemented a specific subject structure, and the degree to which that underlying structure — be it a reflection of existing literature, philosophical or educational consensus, cultural values or user patterns — remains valid”.

começar pela garantia literária proposta por Hulme (1911) no início do século passado, vem sendo usadas para orientar a criação de classificações.

Com o progressivo movimento tecnológico influenciando a evolução técnica e social de produção, uso e reuso de recursos informacionais, revela-se conveniente a projeção e desenvolvimento de SOCs regulados por outras perspectivas destas mesmas garantias — além da proposição de outras — que poderiam satisfazer uma maior gama de contextos, usuários e necessidades específicas. Este cenário de necessidade está intimamente ligado à emergência de espaços semânticos na *Web* e seus potenciais de revelar visões e aspirações particulares (ou conjuntas) de comunidades usuárias e produtoras de informação frente ao universo de conteúdos e recursos informacionais em contexto digital.

Pode-se dizer que as perspectivas do primeiro momento das garantias, caracterizam-se pela tendência de maior decisão e controle semântico por parte dos profissionais e especialistas que lidam diretamente com o desenvolvimento e uso dos sistemas. Já as perspectivas contemporâneas de garantia, o segundo momento, reconhece-se a relação direta entre usuários, conteúdos e sistema, refletindo as percepções e necessidades de informação da comunidade usuária sem interferências ou mediações de profissionais.

Para Mai (2011) a ideia básica por trás da garantia é que a justificativa para a inclusão/utilização de termos em um sistema se baseie em algo externo às crenças e conhecimento do profissional indexador. A garantia estabeleceria e protegeria a autoridade do profissional. O tipo de autoridade que pressupõe a garantia para as questões informacionais é a autoridade cognitiva, contraposta à autoridade administrativa, em que um sujeito detém autoridade em virtude de estar em uma posição particular (WILSON, 1983).

Conforme Wilson (1983) citado por Mai (2011), na maioria dos casos de garantia os profissionais da informação recorrem à “autoridade cognitiva institucionalizada” para justificar a atribuição de termos e classes, baseando-se na literatura da área, nos usos e usuários, nos objetos de informação, etc. Estas fontes agem como autoridades cognitivas institucionalizadas na construção de instrumentos de representação da informação e auxiliam nas decisões profissionais.

Esclarece-se, nesse ponto, a escolha por tratar as particularidades das garantias pela perspectiva, evitando classificá-las em tipos. Tem-se como referência o argumento de Kwaśnik (2010), que optou por usar o termo perspectivas, em vez de tipos, para se referir às garantias, uma vez que elas não são uma lista mutuamente exclusiva e, de fato, os diferentes aspectos da garantia muitas vezes podem ser interpretados como o mapeamento de um para o outro.

A partir dessa visão, é possível compreender que as garantias não se anulam nem se sobrepõem, necessariamente, e que as fontes de autoridade cognitiva institucionalizada podem ser entendidas como de mesma natureza nos dois momentos — garantias tradicionais e garantias contemporâneas — pautadas por contextos sociotécnicos e históricos distintos, o que os difere é a perspectiva, isto é, o enfoque, o modo de encará-las levando em consideração as possibilidades e complexidades que cada contexto proporciona.

Estão presentes no rol de garantias propostas à OC desde garantias mais difundidas e aplicadas ao desenvolvimento de SOCs, como a garantia literária, a garantia de uso/usuário e a garantia organizacional — indicadas pela norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005 (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2005) para a construção e manutenção de vocabulários controlados.<sup>28</sup> Como também outras garantias que exploram “as possibilidades de complementação entre uma e outra, para assegurar um suporte metodológico que brinde como resultado uma estrutura conceitual representativa [...]”<sup>29</sup> (BARITÉ, 2011, p. 4), como a garantia filosófica e garantia educacional (BEGHTOL, 1986), a garantia estrutural (SVENONIUS, 2009), a garantia cultural (LEE, J., 1976), a garantia fenomenológica (WARD, 2000). Garantias pontuais e/ou contemporâneas também podem ser vistas como necessidades na busca por explicações de fenômenos decorrentes da cultura digital, mais precisamente do povoamento de plataformas

---

<sup>28</sup> A norma americana ANSI/NISO Z39.19-2005 apresenta diretrizes e convenções para construção e manutenção de vocabulários controlados. O principal objetivo de um vocabulário controlado é atingir a consistência na descrição dos objetos de informação a fim de facilitar a manipulação e recuperação. O vocabulário controlado é norteado para três finalidades principais: a definição de escopo do conjunto de termos, as relações de sinônimos e a distinção de homógrafos. De acordo com a NISO Z39.19-2005 o processo de seleção de termos para inclusão em vocabulários controlados envolve várias consultas em fontes de palavras e frases, bem como critérios baseados na (i) linguagem natural documentadas em fontes de informação; (ii) o idioma dos usuários; e (iii) as necessidades e prioridades da organização (garantia organizacional/ estrutural/lógica).

<sup>29</sup> “[...] las posibilidades de complementación entre algunas de ellas, para asegurar un soporte metodológico que brinde como resultado una estructura conceptual representativa [...]”

e espaços de informação no contexto da *World Wide Web*, como a garantia autopoietica (MAI, 2011).

- Garantia literária

O britânico E. Wyndham Hulme pode ser considerado o responsável por “trasladar a fonte de autoridade (entendida como fonte de legitimação) dos compiladores, tal como ocorria nos primeiros sistemas de classificação [...] para o conjunto documental em uma dada área temática” (BARITÉ *et al.*, 2010, p. 125). Esta reorientação de perspectiva na questão da legitimação da linguagem para fins documentários foi o ponto preponderante para o estabelecimento do princípio da garantia literária. Assim, reconhece-se a garantia literária como o conjunto de tópicos em torno dos quais um assunto, domínio ou literatura foi estabelecido (BEGHTOL, 2002).

Como indicado pelo seu nome, a garantia literária baseia-se na literatura, ou seja, no corpo de obras e coleções existentes, para decidir a terminologia mais apropriada para determinado SOC, em vez de tentar adaptar as necessidades de expressão do conhecimento em uma taxonomia universal e pre-definida. É também reconhecida por Svenonius (2000) como uma abordagem empírica para indexação e, por Vickery e Vickery (2004), como o engajamento empírico necessário para garantir as relações semânticas entre termos e categorias de sistema classificatório.

Na verdade, o uso da garantia literária é a consulta de fato aos especialistas de um assunto, afinal se os termos usados nas obras e documentos são escolhidos pelos autores destas publicações, assume-se que eles são especialistas sobre o que eles escrevem (HOERMAN; FURNISS, 2000), logo a opinião dos especialistas é refletida na garantia literária.

Cabe ressaltar que essa perspectiva de garantia é a referência central no desenvolvimento e atualização de dois importantes sistemas de classificação norte-americanos, a Lista de Cabeçalho de Assunto da Biblioteca do Congresso e a Classificação Decimal de Dewey.

- Garantia de uso/usuário

No intuito de melhorar a representatividade de termos nos esquemas e classificações documentárias, aliou-se à estratégia de garantia literária a perspectiva do usuário de informação, por meio de seu repertório terminológico, em suas práticas de informação. A

garantia de uso/usuário seria a justificativa para inclusão de conceitos em uma linguagem documentária ou a seleção de um termo preferido devido à frequência de uso ou pedidos por parte dos usuários, que geralmente utilizam tais termos no processo de busca e recuperação de informação.

Na verdade, assevera Lancaster (2004), muitos teóricos do campo consideram o ponto de vista do usuário tão valioso quanto a própria garantia literária no desenvolvimento de vocabulários eficientes para recuperação da informação. Soergel (1985), por exemplo, argumenta que o público-alvo de um SOC é o mediador supremo para elevar o nível de exatidão da terminologia da área do conhecimento representada.

A garantia de uso/usuário baseia-se na certificação direta dos usuários de um SOC, assim o enfoque para a escolha de termos e classes recai para os utilizadores de informações de um determinado domínio (LANCASTER, 1987).

- Garantia organizacional

Conforme a ANSI/NISO Z39.19-2005 (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2005) essa perspectiva de garantia é definida como justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem documentária ou critério para a seleção de um termo preferido de acordo com as características e contexto da organização.

Zeng (2005) explica que a determinação da garantia organizacional requer a identificação da forma ou formas de termos que são preferidos pela organização ou organizações que irão fazer uso de um sistema de vocabulário controlado. Nesse sentido, a garantia organizacional cobre conceitos de um domínio ou justifica a seleção de um termo preferido baseado nas características ou contexto da organização a qual está se desenvolvendo o SOC.

- Garantia científica/filosófica

A garantia científica/filosófica é consistente com o consenso científico e filosófico e baseia-se na autoridade da academia e de pesquisa. Bliss (1939, p. 201) declara que a atenção excessiva para a organização em meio físico dos suportes de informação projetaram a autoridade cognitiva dos sistemas classificatórios apenas para princípios pragmáticos de

organização do conhecimento, “sobrepunhando os sistemas lógicos e filosóficos” e desconsiderando “os sistemas das ciências”.<sup>30</sup>

O autor enfatiza a importância do relacionamento de princípios baseados em estruturas clássicas do pensamento para o desenvolvimento de um sistema classificatório e sugere aliar princípios práticos, lógicos e filosóficos na orientação no desenvolvimento dos esquemas classificatórios.

Segundo Beghtol (1986), embora haja críticas aos sistemas do conhecimento filosóficos/científicos aplicados à organização de conhecimentos, Bliss acreditava que com o tempo a inclinação filosófica e científica poderia produzir conclusões válidas sobre como o conhecimento surge e como ele se torna estável e consensual.

- Garantia educacional

Apesar da proximidade entre o consenso científico/filosófico e o consenso educacional, Bliss (1939) acredita ser importante pontuá-los distintamente para indicar o efeito de especificação que a autoridade baseada na ordem pedagógica do conhecimento pode provocar em um SOC.

Um SOC orientado pela garantia de educação responde às necessidades pedagógicas ou às necessidades específicas de uma instituição. De acordo com Coates (1979), a garantia educacional produz classes que são em sua maioria a base da linguagem do domínio em interesse, gerando também outros fenômenos, como a hospitalidade de outras instituições voltadas ou guiadas por missões semelhantes.

- Garantia estrutural

O enfoque recai sobre a estrutura e abrangência do SOC. Svenonius (2000) explica que a garantia estrutural cobre termos que tem a função de estabelecer relacionamentos ou referências úteis entre os demais termos de um sistema, isto é, estabelece os relacionamentos que faltam em um arranjo hierárquico, normalmente em posição de renque para a correlação de termos muitos específicos. Logo, a um vocabulário mais hierárquico, o

---

<sup>30</sup> “[...] rather than on logical or philosophical systems [...] the system of the sciences.”

mais provável é se admitir termos que são garantidos apenas por suas propriedades estruturais.

De acordo com Kless *et al.* (2015), a garantia estrutural está preocupada principalmente com a navegabilidade de um SOC e aplica-se quando é sentida a ausência de um termo genérico em linguagem natural para agrupar conceitos específicos correlacionados. Nesses casos, conceitos genéricos são criados artificialmente e introduzidos nos sistemas, servindo de termo tópico, para abarcarem conceitos mais específicos que compartilham semelhanças, garantindo o preenchimento de lacunas semânticas na composição do esquema terminológico.

- Garantia fenomenológica

Para a seleção de conceitos, esta proposta de garantia busca privilegiar os atos de consciência da comunidade usuária frente às necessidades de informação relacionadas a um determinado domínio. Essa foi a proposta de Ward (2000) ao trabalhar com a consistência terminológica de bases de dados de grandes proporções — e que com probabilidade de ter mais usos de termos em vários contextos — e bases de dados de pequenas proporções — que, embora menor, apresentou os mesmos problemas.

Segundo Ward (2000) a variável que age por ambos os bancos de dados foi a percepção dos usuários das bases de dados frente aos conceitos relacionados. O autor percebeu que mesmo naqueles domínios estritos, com um nicho terminológico aparentemente bem definido, houve imprecisão quanto ao reconhecimento dos conceitos representados pelos termos (CANNASCATO, 2013). Isso fez com que M. Ward associasse a complexidade da percepção dos usuários a um substrato fenomenológico — que se refere à base filosófica do estudo das estruturas de consciência vivida a partir do ponto de vista do sujeito em primeira pessoa.

- Garantia autopoietica

É uma das primeiras propostas de garantia que foca-se no contexto *Web* e que busca qualificar a autoridade cognitiva bem como o argumento semântico que subjaz determinados fenômenos informacionais naquele contexto. O termo autopoiese refere-se a um sistema que tem a capacidade de auto-organizar-se. Mai (2011) faz analogia a essa ideia

de sistema organizado autossuficiente para tentar explicar como se dão os acordos semânticos em sistemas baseados em folksonomia.

A garantia autopoietica baseia-se, portanto, no estabelecimento de termos e classes a um sistema partindo dos próprios usuários desse sistema no qual o consenso e a justificação de termos emergem do uso desses termos pela comunidade de usuários.

- Garantia cultural

Recomenda que os SOCs devem ser baseados nas premissas e preocupações de determinada cultura, ou seja, um sistema será mais representativo e útil para as pessoas de uma determinada cultura se se basear nos pressupostos, valores e predisposições daquela cultura na qual estão inseridas (LEE, J. 1976; BEGHTOL, 1986). Esta perspectiva de garantia será mais bem explorada na próxima seção.

As várias garantias suscitam uma questão imediata acerca de suas respectivas inter-relações e como pode ser possível encontrar mais de uma garantia em um único SOC. Huvila (2008) admite que combinar as diferentes garantias não é tarefa simples, ele salienta, no entanto, que garantias divergentes podem ser utilizadas para complementar uma a outra.

Embora a presente relação de perspectiva de garantia não seja exaustiva, ela rememora a multiplicidade de olhares que a questão do significado em linguagens documentárias pode despertar, refletindo tanto as concepções advindas de evidências mais objetivas e de práticas, a exemplo da garantia literária, como de avaliações mais abstratas e de difícil formalização, a exemplo da garantia fenomenológica.

Ainda acerca das perspectivas, observa-se o posicionamento dos autores da OC — e dos propositores das garantias — com relação à manifestação desta multiformidade de olhares. Destaca-se a colocação de Beghtol (1986), que reconhece a garantia cultural como um conceito guarda-chuva no qual todas as outras garantias podem ser entendidas como estudo de caso detalhado deste conceito, e de Barité (2011, p. 4), que vê as demais garantias como “derivações ou complementos da garantia literária”,<sup>31</sup> embora ele também reconheça a polivalência do conceito de garantia cultural — que será apresentado na próxima seção.

---

<sup>31</sup> “[...] derivaciones o complementos de la garantía literaria [...]”.

Acredita-se que seja mais ou menos consensual que, mesmo sendo uma estratégia eficaz e legítima para a seleção de termos, estas garantias acarretam restrições. W. Fraser (1978) pondera-as como integradoras à teoria da restrição (*constraint theory*) que considera que a seleção de termos é um processo limitado por restrições de interação — e as garantias do usuário, literária e lógica seriam três destas restrições.

Inevitavelmente qualquer estratégia de modelagem e seleção terminológica representaria algum tipo de restrição, seja uma contenção terminológica seja uma limitação de significados ou, até mesmo, prejuízos por questões socioculturais e éticas.

Nessa frente de estudo encontra-se pesquisadores que buscam alternativas ou complementações a estas garantias para tentar suprir possíveis perdas de significados decorrentes das restrições de seleção. Autores como Beghtol (2002), Olson (2002), López-Huertas (2008a), Ward (2000), Mai (2011), Barité *et al.* (2010), Moura (2009), Gracioso (2010), entre outros, vêm apresentando questões que delineiam uma linha de investigação preocupada com aspectos e fatores socioculturais e éticos, bem como com a validação semântica de manifestações da linguagem e que servem aos processos e produtos de informação, mas que ainda carecem de fundamentos e métodos maduros para aplicação.

Muitos destes profissionais apresentam, como fatores motivacionais de suas pesquisas, os fenômenos e as práticas de informação sobressalentes nos espaços de socialização da *Web*. Tais ações de informação evidenciaram a necessidade da atualização de princípios e fundamentos ou ainda de novos pontos de partida reflexivos na OC.

Compreende-se então, que a variedade de pontos de vista e propostas de aplicação de um critério racional para organizar o conhecimento alude à complexidade de se garantir significado a um SOC a fim de adequá-lo às necessidades de expressão e comunicação de informações.

Nesse sentido, na tentativa de contribuir com a atualização do princípio de garantia semântica, procura-se posicionar o foco reflexivo menos nos pactos operacionais — que são as perspectivas de garantia propostas ao longo dos tempos que simplesmente refletem as necessidades de determinada época ou situação — e mais nos conceitos abrangentes da

temática que sustentem incursões reflexivas mais robustas. Desse modo, optou-se pelo conceito de garantia cultural e suas derivações para servir como ponto de partida (e talvez de chegada) na tentativa de identificar os elementos de significação que subjaz o princípio da garantia semântica.

#### 4.1.3 Garantia cultural como conceito guarda-chuva

Os tipos de informações que as pessoas necessitam, buscam, valoram e usam ajudam a definir uma cultura, as diferenças culturais formam os caminhos pelos quais as pessoas se relacionam com a informação e definem seus papéis na sociedade. Em sua discussão sobre os imperativos éticos para a organização e representação do conhecimento Beghtol (1986, 2002) refere-se ao conceito de “garantia cultural”, que sugere que qualquer estratégia de organização do conhecimento ou sistema de representação do conhecimento deve refletir os pressupostos, valores e predisposições da(s) cultura(s) em que eles estão estabelecidos.

O conceito de garantia cultural foi proposto por Joel Lee (1976) e teve como inspiração o termo “garantia literária” de Hulme (1911). Garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura.

J. Lee (1976) se baseou no trabalho de Derek Austin (1976) que vinha desenvolvendo um raciocínio do que poderia ser a categoria basilar dos sistemas de classificação. Inspirado pelas noções antropológicas de cultura e conhecimento D. Austin (1976, p. 45, tradução nossa) defendeu que “a base semântica ou categórica de uma dada classificação é um produto da cultura que a produziu”.<sup>32</sup>

A partir desta acepção, tem-se que os SOCs — vistos como produto da criação humana — não são mais do que um reflexo das sociedades e de seus valores compartilhados.

---

<sup>32</sup> “[...] the semantic or categorial basis of a given classification is a product of the culture which produced it.”

Vendo a classificação filosófica como um fenômeno cultural, Austin chega a uma conclusão não muito diferente do que Hulme sugeriu. A crença de que a cultura em que vivemos é a fonte de nossos valores implica que a literatura produzida por nossa sociedade, juntamente com a classificação de conceitos, refletem os valores, necessidades e conhecimento acumulado da nossa cultura. Esta análise sugere que uma espécie de “garantia cultural” para a nossa definição de cabeçalhos de classe pode ser identificada<sup>33</sup> (LEE, J., 1976, p. 111, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a noção de garantia cultural poderia ser compreendida como um conceito guarda-chuva, pois os demais pactos operacionais (garantia literária, garantia filosófica, garantia do usuário, garantia estrutural, etc.) empregados no desenvolvimento dos SOCs seriam manifestações práticas — e mais ou menos formalizadas — dos valores culturais compartilhados por grupos e comunidades sociais (FIGURA 1).

FIGURA 1 - Garantia cultural como conceito guarda-chuva



Fonte: Elaboração nossa, 2016.

A garantia cultural baseia-se na premissa de que todo sistema de organização do conhecimento representa e impõe uma visão de mundo (BEGHTOL, 2002) e por esta razão

<sup>33</sup> “Viewing philosophical classification as a cultural phenomenon, Austin arrives at a conclusion not very different from what Hulme suggested. The belief that the culture in which we live is the source of our values implies that the literature produced by our society will, along with classification of concepts, reflect the values, needs and accumulated knowledge of our culture. This analysis suggests that a kind of “cultural warrant” for our definition of class headings can be discerned”.

é considerado um artefato político e cultural (GROLIER, 1982). Esses instrumentos, ainda que não se apresentem necessariamente como um objeto físico e, dessa maneira, não totalmente perceptíveis à comunidade que os utiliza, exercem uma importante influência nos indivíduos da comunidade.

O princípio de garantia cultural está estreitamente relacionado com os estudos da teoria da atividade e da análise de domínio de Birger Hjørland, que defende que a organização e representação do conhecimento não pode ser isolada da cultura, meio ambiente e contexto em que esses processos ocorrem (HJØRLAND, 1997, 2002). O autor afirma que as unidades básicas da OC são as relações semânticas entre os conceitos e estas relações não podem ser regidas por normas generalistas, mas entendidas com bases em domínios e contextos específicos. Dessa forma, os sistemas organizacionais devem se orientar pela garantia cultural ao invés de uma base universal.

Reforça a asserção de garantia cultural como conceito guarda-chuva a se analisar as preocupações de ordem antropológica, moral e ética, salientadas ultimamente nas investigações da OC, que sugerem, inclusive, novas perspectivas de garantia que claramente já são abarcadas pela noção de garantia cultural. É o caso da pesquisa de Sandy e Bossaller (2016) que estudaram os obstáculos à representação do conhecimento da visão de mundo indígena, adotando a perspectiva de que a representações de assuntos confiáveis acerca do conhecimento indígena é um imperativo moral para bibliotecas e outras instituições do conhecimento. As autoras então propõem o conceito de garantia indígena (*indigenous warrant*) como forma de considerar as preferências terminológicas baseadas nas visões e crenças dos povos indígenas.

Embora em alguns casos seja importante demarcar e realçar os aspectos de significabilidade que se deseja garantir, acredita-se que a polivalência do conceito de garantia cultural, por si só, satisfaz a intenção e investidas que visam ressaltar os aspectos culturais e antropológicos de grupos sociais para fins de representação do conhecimento.

A garantia cultural, como abordagem de representação do conhecimento, parte do contexto situacional em que se fará uso de conhecimentos especificados, além de conjecturar usos potenciais daquele domínio. Smiraglia (2009, p. 674) postula que uma análise de domínio

de um recurso deve ser pensada para além dos detalhes do recurso em si e ter em conta os contextos de seus usos — tanto os pretendidos quanto os usos reais.

A polissemia do termo “cultura” torna muitas vezes a sua utilização imprecisa e ambígua, por isso, faz-se necessário indicar quais acepções atendem aos interesses da linguagem, posicionando a cultura como um elemento condicionante à manifestação do significado.

A noção de cultura é transdisciplinar, em sentido amplo significa a herança social da humanidade, isto é, a totalidade das tradições e conhecimento humano. Em sua perspectiva sociológica a cultura é aceita como “todo um modo de vida”. Raymond Williams (2011) enfatiza a dificuldade de designar o termo cultura, e para chegar a sua definição o autor destaca alguns aspectos de uso do termo ao longo da história, o qual passou por significativas transformações. Para ele, é possível identificar pelo menos três categorias distintas de uso: a cultura como processo de desenvolvimento mental, como um modo de vida específico e como os trabalhos e práticas de atividade intelectual artística.

A partir deste enquadramento Williams (2011, p. 13), influenciado pela abordagem materialista, conceitua cultura “como o sistema de significações mediante o qual necessariamente [...] uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada”, abarcando as mais diversas atividades da consciência que apreende a realidade.

No sentido antropológico, a cultura é para cada agrupamento humano um conjunto de modos de proceder e pensar, segundo estruturas normativas variáveis e particulares que sustentam diferentes padrões de pensamento e ação. A cultura é reconhecida como vários fenômenos que compõem as crenças coletivas e atividades de alguns grupos de pessoas (ABBAGNANO, 2007). É o conjunto de traços distintos intelectuais e materiais que caracterizam uma sociedade abarcando as artes, os costumes, os modos de viver, os valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2009).

Para Steinwachs (1999), a cultura pode ser explicada como sendo a instância mediadora entre a natureza humana, que é herdada e comum a todos os seres humanos, e a individualidade, que é tanto herdada como adquirida durante a vida. Ela é um fenômeno coletivo, partilhada por um grupo de pessoas que costumam ter características semelhantes. O primeiro grupo cultural do indivíduo, provavelmente, é a família, todavia, outros grupos

vão sendo identificados ao nível institucional (escola, local de trabalho, universidade, associações, grêmios, etc.), regional (bairro, cidade, estado, etc.), gênero, geração, crenças, língua, nação.

W. Lee (2015) estuda o conceito de cultura sob a ótica da antropologia e da OC, ela considera que a cultura é um quadro cognitivo construído por uma comunidade e esta estrutura influencia como as pessoas da comunidade percebem o mundo. A autora sintetiza que a cultura é: a) aprendida — uma vez que ao longo de sua existência os indivíduos vão aprendendo a integrar em contextos culturais conforme as normas sociais estabelecidas; b) dinâmica — pois tanto as manifestações como os elementos de uma cultura vão evoluindo com o passar do tempo; c) coexistente — já que várias culturas e suas ramificações podem coexistir dentro de uma mesma comunidade ou, até mesmo, em um único indivíduo.

As discussões sobre cultura geralmente se referem a valores comuns, história, a língua, a memória coletiva, atitudes sociais, preferências e práticas, entre outros. É conhecido que indivíduos que pertencem a diferentes esferas culturais contam com diferentes necessidades de informação e múltiplas formas de assimilação do conhecimento estabelecido. Da mesma forma, entende-se que dentro de uma cultura particular existem diferentes subculturas, cada uma delas carregando traços de identidades distintas, mas nenhuma fechada em si, ao contrário, todas interligadas.

É possível que um indivíduo pode potencialmente pertencer a diversos conglomerados culturais cada um em um nível diferente. Também é possível que membros de um grupo social possam racionalmente discordar sobre questões relacionadas a sua própria cultura, da mesma forma, diferentes culturas podem coexistir pacificamente entre e dentro de um mesmo indivíduo. Assim, os limites entre culturas podem eles próprios ser distorcidos pela própria natureza mitigante das manifestações culturais nos sujeitos sociais (BEGHTOL, 2002).

Conforme Steinwachs (1999), o conteúdo é o âmago de um sistema de informação, convertendo-se em conhecimento a partir de sua assimilação e sendo insumo para a criação de novos conhecimentos. Este processo de produção de conhecimentos recebe influência direta do contexto cultural e varia de acordo com aspectos coletivistas e individualistas de cada cultura.

As manifestações de conhecimento estão fortemente pautadas pelas referências contextuais, marcadas pelo espaço geográfico e pelo tempo. Cada grupo social estabelece o que é culturalmente útil ou não para seu progresso na medida em que valoram ou descartam informações.

[O] tipo de informação que as pessoas de uma cultura precisam e querem, o que eles fazem com ela, até que ponto elas valorizam, e se elas optam perpetuar um ou outro destes vários elementos — ajuda a definir uma cultura. Neste sentido, uma cultura reside na sua informação<sup>34</sup> (BEGHTOL, 2002, p. 510, tradução nossa).

De acordo com Boccato e Biscalchin (2014) a identidade cultural, isto é, os aspectos oriundos e demarcantes da cultura, um traço significativo da garantia cultural, pois refletido nos domínios do conhecimento não estarão apenas no significado, mas também a história e a cultura que cada conceito carrega consigo e, por sua vez, com os indivíduos que farão uso deles.

Dentre temas emergentes na OC López-Huertas (2008b) já destacava a necessidade de estudos aprofundados relacionados ao transculturalismo, multilinguismo e ética na representação do conhecimento, a autora chama a atenção para grupos sociais minoritários e suas necessidades de reconhecimento em instrumentos e sistemas que, idealmente, deveriam refletir a realidade daqueles que os utilizam. Em outro trabalho López-Huertas (2008a), após analisar determinado domínio do conhecimento a partir de duas sociedades culturais distintas, percebeu que os ambientes socioculturais afetam a orientação temática em questão, sendo que parte do conhecimento produzido está respondendo às demandas culturais, especialmente quando se trata de assuntos ou nichos específicos. A autora entendeu que as diferenças socioculturais interferem na produção de conhecimento e afeta a forma com que o grupo se relaciona com a estrutura conceitual do conhecimento compartilhado.

Importa destacar que na abordagem deste trabalho a cultura implica a existência de um ou mais grupos de indivíduos para os quais os SOCs, bem como metodologias e serviços de

---

<sup>34</sup> “[...] kinds of information people in a culture need and want, what they do with it, to what extent they value it, and whether they choose to perpetuate one or another of its various elements - helps to define a culture. In this sense, a culture resides in its information.”

informação estão orientados a atender. Conforme Barité e Colombo (2015, p. 1385-1386, grifo do autor), na OC a noção de cultura apresenta pressuposições diversas a respeito da representação do conhecimento. Em primeiro lugar, o fator cultural não pode ser colocado em segundo plano no momento do desenvolvimento e atualização de um SOC. Em segundo lugar, pode-se dizer que os SOCs “podem constituir-se de índices culturais fiáveis” para o tratamento da informação, devendo ser considerados um “conjunto de termos *marcados culturalmente*”.<sup>35</sup> Em terceiro lugar, os valores prevaletentes em uma cultura podem influenciar na substituição ou até mesmo exclusão de “descritores ou códigos de classificação considerados anacrônicos, ofensivos, discriminatórios ou dissonantes para uma comunidade de usuários que interage cada vez mais”<sup>36</sup> com as ferramentas e instrumentos de representação do conhecimento.

A importância da garantia cultural na organização e representação do conhecimento problematiza a dimensão semântica da OC e se revela como base teórica fundamental para desenvolver, refinar e avaliar a eficácia dos SOCs. A linguagem é reconhecida como um dispositivo organizador e uma forma de representar o conhecimento humano e, por isso mesmo, está imbricada na cultura. Faria e Almeida (2015) entendem que organizar o conhecimento compreende uma maneira de modelar as experiências culturais de forma que possam ser compartilhadas, considerando as diversas linguagens em uso e traços peculiares das variadas culturas.

Os autores supracitados acreditam que a abordagem da garantia cultural, bem como os estudos acerca da ética na representação do conhecimento formam uma linha de pesquisa na OC que confluem acerca da atenção de se considerar o contexto cultural que se revela nos instrumentos e métodos do campo através de códigos culturais e da linguagem.

No que diz respeito especificamente à garantia cultural, Faria e Almeida (2015) a relacionam com a tradução — tanto sob o ponto de vista do tratamento documentário quanto no veio semiótico, sob um entendimento mais elevado de tradução, compreendendo também as traduções inter-códigos, isto é, envolvendo sistemas de signos distintos.

---

<sup>35</sup> “[...] pueden constituirse en índices culturales fiables [...] conjunto de términos *marcados culturalmente*.”

<sup>36</sup> “[...] descriptores o códigos de clasificación que pudieran considerarse anacrónicos, ofensivos, discriminatorios o malsonantes para una comunidad de usuarios que interactúa cada vez más [...]”.

Depreendemos disso que um sistema particular de representação e organização do conhecimento é mais coerente para um grupo e não tanto para outro. Esse fato se deve a capacidade das linguagens documentais (esquemas de classificação, tesouros etc.) representarem a cultura de uma comunidade, uma região, um país. As linguagens devem revelar o real contexto cultural, isto é, levar em conta a dinâmica da cultura, enquanto texto, caso contrário as representações podem não ter sentido de existência (FARIA; ALMEIDA, 2015, p. 1419).

Nesse sentido, para os autores, a constituição de linguagens, inclusive a linguagens documentárias, parte do plano dos códigos culturais. Assim, as relações dinâmicas instauradas entre os códigos culturais são causadoras das formas de compreensão e representação dos signos e, portanto, de transmissão do conhecimento.

Considera-se que quanto mais multidisciplinar for o domínio do conhecimento ou quanto mais diversas forem as comunidades a serem atendidas, isto é, a terem seus valores e culturas representados em linguagens documentárias, maior é o cuidado em definir critérios e assinalar preceitos de ordem semântica que assegurem a significação adequada.

A garantia cultural pode resolver estas situações incômodas, aportando à reconstrução de marcas identitárias de uma comunidade de usuários, através de elementos próprios de interpretação e vivência da realidade<sup>37</sup> (BARITÉ; COLOMBO, 2015, p. 1386, tradução nossa)

Na perspectiva de W. Lee (2015) esquemas de representação do conhecimento baseados em diferentes culturas podem incluir e/ou excluir diferentes conceitos. Isso resulta em desafios éticos relativos a prioridades de representação em uma estrutura de conceitos. A autora considera que a influência entre os sistemas de classificação e a cultura é mútua, nesse sentido, esta relação pode reforçar ou marginalizar a(s) cultura(s), incluindo ou excluindo perspectivas culturais.

Segundo Beghtol (2005) um sistema que não tenha sido estabelecido com uma garantia cultural apropriada não será adotado para busca e recuperação da informação, porque seus usuários vão estranhá-lo, constatando que ele não coincide com a sua visão aceita de como o mundo funciona. Representações tendenciosas ou distorções podem ser identificadas nos sistemas, segundo Smiraglia (2009) elas ocorrem quando um conceito ou uma série de

---

<sup>37</sup> “La garantía cultural puede resolver estas situaciones enojosas, aportando a la reconstrucción de las marcas identitarias de una comunidad de usuarios, a través de elementos propios de interpretación y vivencia de la realidad.”

conceitos de um domínio são descritos em termos pouco coerentes com a utilização que poderia desempenhar para exprimir determinada realidade.

Polarizações, preconceitos, tendenciosidade e viés semântico nos instrumentos de representação do conhecimento já eram uma preocupação do campo na segunda metade do século passado, como postula Foskett (1971) ao declarar que a existência de viés nas classificações é um reflexo do ponto de vista e valores daqueles que as criaram. Nesse sentido, Olson (2001) defende que o contexto cultural não só influencia as decisões e critérios aplicados à seleção terminológica de um domínio como também define as semelhanças e diferenças fundamentais para a organização do conhecimento.

O viés (*bias, em inglês*) é identificado por Broughton (2011), quando uma linguagem documentária contém um número excessivo de termo que refletem ideais, interesses ou o posicionamento de um domínio ou subdomínio em particular, obscurecendo, por vezes, a representação de outros conjuntos de termos.

Entretanto, o viés não é fundamentalmente pejorativo, na verdade, a origem de seu uso no campo refere-se a uma inclinação ou ponto de vista semântico de forma deliberada (BEGHTOL, 2005). Por exemplo, o termo foi usado por Ranganathan (1958) para discorrer sobre a relação entre um documento e seus assuntos, na medida em que poderia haver uma inclinação em direção a um ponto de vista particular privilegiando algum tema a fim de favorecer sua organização física e conseqüentemente o público-alvo daquele documento.

Barité e Colombo (2015) classificam essa inclinação ou polarização da linguagem em um SOC como viés cultural positivo e viés cultural negativo. O viés na linguagem documentária é positivo quando classificacionistas empregam, conscientemente, descritores e classes que retratam valores culturais aceitos e reconhecidos por uma comunidade com o intuito de atender às insuficiências de representação de conhecimento de culturas locais ou minoritárias. O viés cultural é negativo quando o alcance semântico do descritor, seu contexto ou sua expressão verbal resulta impróprio ou discriminatório para um grupo de usuários de uma mesma vivência cultural. É negativo também quando polarizações na linguagem sobrepõem, ocultam ou encobrem outros conjuntos de expressões terminológicas que exprimem a realidade de usuários dos SOCs.

É importante destacar, a respeito do viés negativo, que a eliminação de expressões terminológicas ofensivas ou que levem a equívocos e, ao mesmo tempo, à identificação de termos que refletem a visão de mundo dos usuários, não pode se concentrar apenas na substituição de entradas e classes em um sistema se a nova terminologia, em prol de um sistema politicamente correto, resultar pouco clara ou familiar para aqueles que farão uso dela (CANDÁS ROMERO, 2012).

A esse respeito, Beghtol (2002, p. 517) acredita que o reconhecimento e tomada de decisão acerca do viés, positivo ou negativo, depende de técnicas especializadas para uma detalhada análise estrutural e semântica sobre a constante interpretação e reinterpretação de sistemas de organização e representação do conhecimento. E conclui que a remoção de viés representacional não intencional, tanto em sistemas antigos quanto nos novos, “requer um quadro teórico [...] e metodologias que estão enraizadas num ambiente ético”.<sup>38</sup>

Parece consenso no campo que a orientação a sistemas universais e ideologicamente neutros não condizem com a própria natureza de se fazer conhecimento. A dimensão social do conhecimento aponta para a complexidade de assimilá-lo e representá-lo em meio a diversidade de grupos sociais. Esse quadro submete a perspectiva de reconhecimento da OC como um campo ativamente atento aos contextos de produção de conhecimento e aos processos de significação — devidamente plasmados em preceitos e princípios que orientem o desenvolvimento de sistemas que retratem realidades em foco.

Feinberg (2007, online), por exemplo, acredita que a OC deve ser encarada como um processo de construção ativa, preocupando-se com perspectivas teóricas e práticas frente a objetos que não cessam sua ressignificação. A autora entende que criadores de sistemas classificatórios não apenas documentam uma realidade percebida, eles participam ativamente deste contexto tomando decisões que influenciam a forma que o significado é assimilado. Embora “significados são por necessidade particulares e específicos; eles também precisam ser continuamente justificados”.<sup>39</sup> À medida que um domínio do conhecimento é articulado e semanticamente justificado ajuda a permitir sua avaliação e utilidade.

---

<sup>38</sup> “[...] requires a theoretical framework [...] and methodologies that are rooted in an ethical environment”.

<sup>39</sup> “[...] meanings are by necessity particular and specific; they also need to be continually justified.”

Nesta linha de pensamento Tennis (2013, p. 44-45) propõe o que ele denomina “organização do conhecimento engajada” em que o *ethos* (um paralelo com a cultura) e a ideologia trabalham juntos para revelar o que ele chama de “ação correta”. O autor entende que há atos de violência objetiva<sup>40</sup> na criação e desenvolvimento dos SOCs em que o simbolismo decorrente da cultura e da ideologia provoca uma consciente ou inconsciente manipulação nos processos de representação do conhecimento. À vista dessa asserção, o autor acredita que a organização do conhecimento engajada deve reconhecer essa violência objetiva na concepção de SOCs e deve trabalhar para seguir orientações e preceitos que minimizem essa aspereza cultural e ideológica.

As categorias de critérios baseados em princípios e fundamentos semânticos são a base para a projeção e desenvolvimento de SOCs significativamente úteis e culturalmente aceitos. Nesse sentido, reconhece-se que a perspectiva da garantia cultural é um modo de alcançar noções e ideias de difícil reconhecimento por demais parâmetros semânticos em que, tanto as comunidades de usuários possam se identificar como os SOCs sejam capazes de representar abstrações destas ideias.

Embora questões culturais e éticas já fossem tomadas como agenda de estudos no campo há algumas décadas, como demonstrado na literatura, a conjuntura sociotécnica de produção, consumo, troca e fluxo de informação pressiona por reflexões mais aprofundadas que cubra os fenômenos decorrentes da virtualização da informação bem como sua distribuição e compartilhamento em rede.

Para Smiraglia (2009), na era digital, é possível que um sistema de informação incorpore de forma descentralizada representações suficientes e suficientemente diversificadas do conhecimento, a fim de permitir que os usuários adéquem suas buscas para consultas específicas de domínio. Este cenário coloca os diversos componentes que influenciam a significação nos processos de organização e representação do conhecimento em destaque, uma vez que juntamente com as fronteiras físicas acabam também as noções de centralização de monitoramento de significados para públicos mais ou menos delimitados.

---

<sup>40</sup> Tennis (2013) distingue a violência subjetiva (atos de crime, terror, agitação civil e conflito internacional) da violência objetiva, que pode ser simbólica ou sistêmica, imbricada e invisível para a maioria das observações operacionais e decorrente da imposição de “sistemas simbólicos da linguagem ou sistemas sociopolíticos”.

Assim, com o desempenho de SOCs que trabalham em rede e atendem a grupos e subgrupos com valores e visões culturais diferentes a preocupação em representar estruturas conceituais que reflitam a realidade destes sujeitos é fundamental para definir a utilidade destas ferramentas.

De acordo com Mai (2008) em contextos de informação virtualizada é importante ter em mente que ao expandir as unidades de análise das interações dos seres humanos com os sistemas de informação para incluir todas as atividades e elementos de sua realidade em que possa levar à precisão da informação, o número de fatores influentes cresce consideravelmente. O desafio, para o autor, é estudar os sujeitos informacionais em seus contextos a fim de dar conta de vários agentes de significação, enquanto que, ao mesmo tempo, manter a complexidade das análises gerenciáveis e informativas para o desenvolvimento de SOCs.

Mais uma vez Beghtol (2002) parece recolocar o foco em caminhos em que as reflexões teóricas possam encontrar bases consistentes. A bibliotecária canadense revisita o conceito de hospitalidade para lidar com domínios do conhecimento altamente complexos como forma de “acomodar” os elementos da linguagem — descritores e classes — matizados pelo contexto.

Se for levado em consideração que cada espaço social semântico na *Web* representa uma arena conceitual dinâmica apresentando sua marca cultural, valores e conhecimentos que os singularize e representando um território fértil para lidar com as tendências em domínios e áreas do conhecimento, percebe-se uma grande oportunidade em explorar a relação entre tais fenômenos e o conceito de hospitalidade cultural no âmbito da perspectiva da garantia cultural.

#### 4.1.4 Hospitalidade cultural

O período que antecedeu a sublevação sociotécnica das tecnologias de informação — que impactaram diretamente nas práticas e discursos científicos da ciência da informação — foi

marcado por preocupações, no que tange à organização e à representação de conhecimentos, voltados à qualidade operacional e técnica de sistemas documentários orientados por contextos locais ou facilmente delimitados. Atualmente, as ações de informação — na qual incluem-se os contextos, atores, métodos e instrumentos para administrá-los — são reguladas pela lógica virtualizada e encadeada de consumo, disseminação e compartilhamento de informação. Essa configuração direciona para novas problemáticas no campo, a exemplo da busca por integração dos diferentes pontos de vista intraculturais em um SOC ou o tratamento de conteúdos multidisciplinares a partir de um mesmo sistema de classificação que atenda a diferentes grupos de usuários — fruto de interações e necessidades de informação locais e globais tratadas ao mesmo tempo graças às estruturas de redes de informação — ambos desmaterializados.

Estas mudanças expandem as áreas de práticas e de reflexões da OC, ampliando e aprofundando as questões sobre a adequação de sistemas e contextos de informação que tanto podem ser altamente auditados ou propositadamente livres de regras, podem ser locais ou globais, centralizados ou descentralizados, seguindo padrões estabelecidos ou criados seus próprios padrões. Cada aspecto buscando atender propósitos distintos, levando em consideração a comunidade usuária, suas culturas, habilidades, necessidades e estrutura social e técnica.

Dentro desta estrutura de organização de conhecimentos, e tendo em mente a preocupação com os aspectos semânticos manifestados nas dimensões cultural e ética da realidade social, aborda-se a perspectiva da garantia cultural para tratar dos dilemas do significado incorporado aos elementos da OC. Arelado a tal princípio da garantia tem-se o conceito de hospitalidade cultural responsável por adequar ideias e conceitos que preencham lacunas semânticas e atendam necessidades de informação de um público.

O corolário garantia cultural é o conceito de hospitalidade que, no campo da organização do conhecimento, tem sido utilizado para se referir à capacidade de um sistema de classificação para acomodar novos conceitos e novas relações entre os conceitos existentes. Beghtol (2002, 2005) estende essa noção tradicional de hospitalidade para o conceito de hospitalidade cultural, onde os sistemas de organização do conhecimento possam permitir escolhas pessoais e da comunidade.

Tradicionalmente, a hospitalidade na área da biblioteconomia e ciência da informação trata-se do preceito de permitir a inclusão de novos termos e classe a um esquema de classificação conforme vão aparecendo em um domínio do conhecimento (RANGANATHAN, 1962; LANGRIDGE, 1977). É uma forma de administrar características e particularidades de notações bibliográficas que permitam especificar tópicos e assuntos em posições apropriadas dentro de classes, esquemas e sistemas de classificação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Segundo Beghtol (2002), na literatura especializada a hospitalidade é reconhecida como a capacidade de uma notação de classificação para incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os antigos e os novos conceitos. Tal aceção parecer ser potencialmente útil para tratar questões de significado em sistemas e metodologias de organização de conhecimentos relacionados a ambientes dinâmicos e domínios multidisciplinares.

A hospitalidade cultural seria um ditame para criação, desenvolvimento, manutenção, revisão e uso de sistemas de representação e de organização do conhecimento preocupados em reter a diversidade de significados em esferas de usos que não se limitam a perfis sociodemográficos bem definidos.

No conceito de hospitalidade cultural há uma subjacência ética que proporciona condições para que os indivíduos possam se expressar e agir global e coletivamente preservando a possibilidade de manifestações do conhecimento local e individual, abrindo espaço para discussão a respeito de particularidades e sobre suas culturas próprias (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014).

Para López-Huertas (2013) a necessidade de integração intercultural e o impacto destes problemas no sistema de organização do conhecimento requer estudos teóricos e práticos a fim de enfrentar os problemas colocados pelos novos sistemas de informação abrangentes e a noção de hospitalidade cultural se mostra como promissora para esses casos. Com esse entendimento, a hospitalidade cultural torna-se um conceito promissor para avaliar os fundamentos culturais e éticos de sistemas dinâmicos agregadores de novos conhecimentos e também de esquemas de organização do conhecimento já sedimentados (CARBO, 2004).

A sugestão de Beghtol (2002) concentra-se em métodos para a adição de novos conceitos para um SOC e não no desenvolvimento de técnicas de notação para expressá-los. Da mesma forma, pode-se pensar não apenas na agregação de novos conceitos, mas também em manifestações da garantia cultural não exploradas em outros momentos.

FIGURA 2 - Relatividade cultural nos significados das palavras

<b>English</b>	<b>*German</b>	<b>*Danish</b>	<b>*French</b>	<b>Italian</b>	<b>Spanish</b>
Tree	Baum	Træ	arbre	albero	Árbol
Wood	Holz		bois	legno	Leña
Woods	Wald	skov		forêt	bosco
Forest			foresta		Bosque

Fonte: HJØRLAND, 2007, p. 385

Uma forma de exemplificar a complexidade cultural da linguagem e os significados manifestantes de acordo com cada grupo social está no exemplo de Hjørland (2007) ao analisar as relações semânticas e suas especificidades a partir de línguas distintas (FIGURA 2).

Como demonstrado na figura, a palavra “*tree*” — árvore, em inglês — não possui um espectro de significado mais abrangente que a palavra dinamarquesa “*træ*”. Da mesma forma, o conceito denotado pela palavra “*wood*” em inglês é mais sintético que a manifestação terminológica deste mesmo conceito em espanhol. A partir deste exemplo observa-se que as línguas são estruturas de palavras que classificam o mundo de forma diferente.

Da mesma forma que as relações semânticas e suas sinuosidades são reveladas na análise de línguas distintas, essa dissonância pode ser verificada em uma mesma linguagem compartilhada por públicos diferentes — como é o caso de muitos instrumentos de representação do conhecimento.

A necessidade de se ampliar o conceito de hospitalidade cultural e, pelas mesmas razões, o conceito de garantia cultural reside nas necessidades individuais de usuários ou de grupos

específicos. A hospitalidade cultural possibilita a predileção pessoal e coletiva, assim, parece fornecer conceitos e termos úteis, bem como uma base conceitual profícua para o quadro teórico da OC.

Vislumbra-se, dessa maneira, SOCs idealmente hospitaleiros a nível local e global que permitam os indivíduos a fazerem suas escolhas e contribuições em contextos de informação a partir de seus pontos de vistas, crenças, conhecimentos e culturas. Nesse sentido, “a intenção do conceito de hospitalidade cultural como uma justificação ética é respeitar as pessoas e culturas em um nível que permite o debate informado/consciente sobre questões éticas entre esses indivíduos e suas culturas”<sup>41</sup> (BEGHTOL, 2002, p. 519).

Aproximando-se dos contextos dinâmicos de informação surgidos na *Web*, assume-se uma referência proveitosa entre os conceitos de garantia cultural e hospitalidade cultural como forma de fundamentar alguns aspectos do fenômeno da indexação social (GUEDES; MOURA; DIAS, 2012), incorporando elementos conceituais a serem tratados nesta agenda de estudo no campo da OC.

Por uma perspectiva de estudo, tem-se que na indexação social são os não profissionais que atribuem termos aos objetos de informação e, como tal, não há garantia externa por si só, não há autoridade cognitiva institucionalizada que pode ser usada para justificar a inclusão de termos (MAI, 2011). Assim, a autoridade da indexação social vem da interpretação coletiva dos usuários e da produção de significado, remetendo à dimensão da garantia cultural como justificativa e validação semântica. Este é o pressuposto de Spiteri (2012) para argumentar sobre a utilidade dos sistemas de descoberta social<sup>42</sup> para a modelagem de linguagem de um catálogo bibliográfico pautado na garantia cultural.

Outra faceta de análise seria o reconhecimento de ideias e conceitos não cobertos por sistemas representacionais e sua acomodação em domínios do conhecimento já estabelecidos, como forma de adequar semanticamente tais sistemas para cumprir

---

<sup>41</sup> “the intention of the concept of cultural hospitality as an ethical warrant is to respect individuals and cultures on a level that allows informed debate about ethical questions among those individuals and cultures [...]”

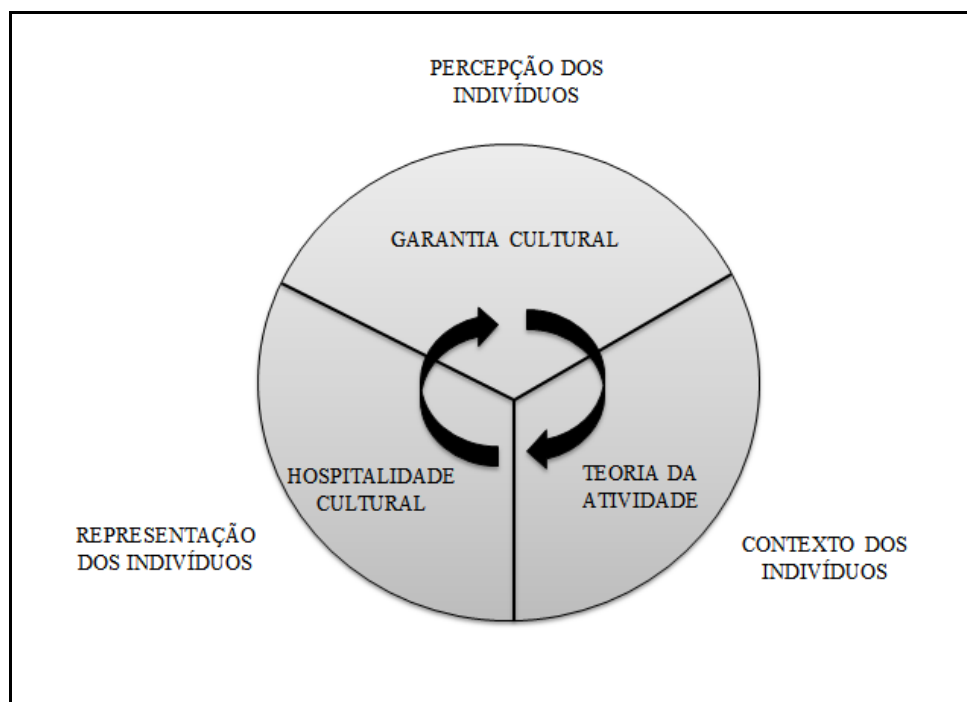
<sup>42</sup> Spiteri (2012) não chega a formular uma definição para “sistema de descoberta social”, porém entende-se que a autora está se referindo às ferramentas e serviços sociais da *Web* que favorece a interação dos usuários com a informação, estimulando-os a adicionar metadados - como tags e comentários - aos conteúdos disponibilizados.

propósitos de uso. Tal exercício reflexivo estaria ancorado no preceito da hospitalidade cultural (BEGHTOL, 2005) ao buscar acomodar conceitos a partir de garantias de diferentes culturas a fim de refletir adequadamente os pressupostos de conhecimento de indivíduos e grupos sociais.

Ao estudar o princípio da conveniência do usuário aplicado a sistemas e catálogos de biblioteca Spiteri (2012) recupera os conceitos tratados por Beghtol (2002) acrescentando os estudos da teoria da atividade relacionada à ciência da informação, propostos por Hjørland (1997). Spiteri (2012) acredita que tais conceitos — garantia cultural, hospitalidade cultural e teoria da atividade — podem ser alicerce para um quadro teórico importante nas análises do princípio da conveniência do usuário (FIGURA 3).

O princípio de conveniência do usuário concentra-se em satisfazer às necessidades dos usuários a partir da adoção de princípios éticos na organização e representação da informação. Segundo Spiteri (2012) a hospitalidade cultural pode ser considerada como um tipo de análise pragmática para realidades locais como forma de demonstrar a necessidade de aplicação de níveis de tomada de decisão cultural e ética quanto à justificação semântica de termos adotados para representar informações.

FIGURA 3 - Modelo conceitual do princípio de conveniência do usuário



Fonte: Adaptado de Spiteri (2012).

Reconhece-se, portanto, um conjunto de preceitos teóricos relacionados entre si, tendo como pertinência a apreensão de significados, para fins de organização e representação do conhecimento, enfocados nas dimensões pragmática, sociocultural e ética do conhecimento.

Para Spiteri (2012) o maior desafio em aplicar os referidos conceitos aos processos e instrumentos de representação do conhecimento é a natureza fluente da cultura. Definir valores culturais se mostra um processo bastante complexo devido aos diversos aspectos que devem ser considerados, sobretudo em contextos pluralistas nos quais os grupos culturais coexistem.

Converter tal conjunto de ideias e questões a um nível aplicado é uma tarefa que requer, primeiramente, consideráveis verticalizações reflexivas acerca de cada proposição do quadro teórico em formação. A própria noção de hospitalidade cultural, embora com um alto potencial de fundamentar as necessidades de inclusão e ampliação da cobertura de significados em domínios do conhecimento, demanda robustas reflexões e considerações criteriosas partindo do questionamento do que realmente viria a ser um SOC hospitaleiro.

Reconhece-se que ações cruciais para essas inflexões conceituais foram tomadas a partir do momento em que se realoca o olhar para as questões da OC assumindo a ideia dos SOCs como construções sociais, refletindo o seu tempo, lugar e os grupos sociais a que eles servem, desempenhando o importante papel de representar a herança cultural de uma sociedade.

## **5 O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA REVISITADO À LUZ DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Encontra-se, tanto no pensamento de Wittgenstein quanto no de Bakhtin, a atenção não só para o fluxo incessante e dialogicamente estruturado da produção de sentido a partir da linguagem em ação, como atividade espontânea, fornecendo um engenhoso e sustentável alicerce para a inter-consciência dos indivíduos, mas também eles introduzem as reflexões acerca da linguagem e, conseqüentemente da informação — enquanto mensagem portadora de significado — um tipo diferente de entendimento a ser trabalhado para sustentar a inteligibilidade de processos, mediações e ações informacionais.

É notável, à vista destas considerações, a forte correlação entre as noções de significado e de uso que subjazem o princípio da garantia semântica. De acordo com Beghtol (1986) é possível justificar este traço fundante da garantia semântica a partir da filosofia da linguagem. A autora cita o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein e recorda que, para ele, linguagem não tem um significado a priori, mas alcança significado apenas pelo uso.

As ciências da linguagem — e as demais que se cruzam com elas — têm sido consideradas um território produtivo para tratar as questões da OC, sobretudo no campo teórico. Razão pela qual se privilegiou os pontos de vista de Wittgenstein, quanto ao entendimento filosófico da natureza da linguagem, e do filósofo russo Mikhail Bakhtin, e sua abordagem sociológica da linguagem.

Trata-se de dois estudiosos da linguagem que, em contextos sociohistóricos distintos, instauraram suas visões particulares do entendimento da linguagem, mas que compartilham muitas semelhanças quanto a sua natureza e suas condições de significabilidade. Os postulados teóricos de ambos os autores oferecem um rico arcabouço conceitual que se tem lançado mão em contextos de experimentação e análise tanto nos domínios da OC como, em mais larga escala, na grande área biblioteconomia e ciência da informação.

É possível identificar as apropriações do pensamento de Wittgenstein e de Bakhtin nas mais diversas disciplinas, subdomínios e linhas de pesquisa no âmbito da biblioteconomia e ciência da informação em razão da multidisciplinaridade, amplitude e possibilidades de aplicações conceituais frente aos fenômenos informacionais. Porém, busca-se apresentar na

seguinte seção alguns traços e influências do trabalho dos dois filósofos da linguagem concentrados na OC.

### 5.1 WITTGENSTEIN E BAKHTIN NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Alcança-se na apreensão da natureza do significado, nas obras de Wittgenstein e Bakhtin, o que se pode nomear de forma relacional responsiva de entendimento, rechaçando a percepção estática da conexão e relação entre as coisas e chegando a uma compreensão do “sentido modelado”<sup>43</sup> mediante as relações de alteridade que emergem a partir das relações sociais desdobradas (SHOTTER, 2004, p. 2), visão essa que contrasta com a forma representacional e referencial de compreensão do sentido.

Admite-se que para fins de organização de informações os aspectos representacionais (e referenciais) da instauração do sentido ecoam eminentemente nos dispositivos e instrumentos que buscam apreender o significado das coisas no mundo. Porém, essa etapa, a de formalização dos sentidos em um sistema linguístico e posteriormente em um sistema representacional de domínios do conhecimento, é talvez um dos últimos passos de um fluxo coordenado do “tratar informação”.

Nesse entendimento, embora a OC esteja confortavelmente inclinada a reconhecer a natureza do sentido apenas na ponta visível de sua estrutura, isto é, na esfera semântica dos sistemas linguísticos, os estudos que optaram por ampliar a zona de compreensão dos fenômenos informacionais, englobando as complexidades e variáveis de camadas mais profundas da linguagem, encontram em ciências e projetos filosóficos dedicados à significação um horizonte para onde se pode avançar.

De acordo com Smiraglia (2015), a questão fundamental da OC aponta para níveis básicos da filosofia à medida que se procura sempre responder a pergunta "o que é conhecimento?". Portanto, é essencial que se tenha uma base adequada na ontologia (o estudo do ser) e na epistemologia (o estudo do conhecer), devidamente assistido por uma base compreensiva.

---

<sup>43</sup> Livre tradução de “*shaped sense*”.

O autor acredita que os trabalhos de Wittgenstein podem contribuir quanto a esse sustentáculo analítico.

É o que parece ocorrer nos trabalhos de Capurro (2003), Brier (1996), Novellino (1998), bem como de Gracioso e Saldanha (2010). Embora com assertivas propositadamente mais abrangentes quanto ao horizonte de análise, todos os autores trazem contribuições à OC apoiando-se na filosofia da linguagem de Wittgenstein. De modo geral, para os autores é possível revestir a base compreensiva sobre “o que é informação” e “como a informação significa” a partir da sua tradição pragmática que, no contexto da BCI, pode ser chamada de pragmatismo informacional.

O pragmatismo informacional é o abordo na esteira de pensamento wittgenstaniano para tratar as manifestações teóricas em torno de uma visão de mundo pragmatista sobre a OC. Nessa perspectiva de concepção de como a informação é organizada e acessada pela mente, os autores supracitados reconhecem os fundamentos sociais da informação a partir dos jogos de linguagem como o andaime para a apreensão de significados latentes em um artefato informacional.

O acesso à informação apenas se dá a partir da construção compartilhada do significado de um determinado documento e seu conteúdo. Logo, acesso, para essa tradição não é representação, mas um coletivo de interpretações. Se não são conhecidas as regras de estruturação de um determinado mundo informacional — seus jogos de linguagem —, o documento não dirá nada além de sua condição física ou virtual — sua forma [...] (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 55)

No trabalho de Wittgenstein a OC encontra uma abordagem útil para o significado de um conceito ou unidade de informação. Vale-se das ideias fundantes da obra do segundo Wittgenstein para atender a uma necessidade de reconhecimento da informação como signo proposicional — e não apenas representacional. Tal como foi caracterizada a linguagem, a natureza da informação relaciona-se à noção de processo, ação, deliberação e uso. Nesse sentido, a partir do discurso pragmatista instaurado pelo pensamento wittgenstaniano, trata-se de reconhecer a informação em sua apresentação — sua natureza social e intersubjetiva — para posteriormente explorar sua representação.

Informação apresentada por um sujeito a outro é informação comunicada, a esse respeito vale mencionar a interpretação de Novellino (1998) acerca das noções de linguagem

baseando-se em Wittgenstein. Para a autora, as linguagens tratadas na OC refletem uma grande preocupação com aspectos representacionais quando deveriam refletir preocupação maior com o aspecto comunicacional. Este último aspecto relaciona a linguagem à função de transferência de informação enfatizando a noção de decurso da informação, tal como a linguagem na visão de Wittgenstein, a linguagem reconhecida como ação.

Em referência ao pensamento de Bakhtin observa-se investidas favoráveis a apropriações de conceitos da obra do estudioso russo na OC. Pode-se citar os trabalhos de Bufrem; Silva e Breda (2005), Arboit e Guimarães (2013), Arboit (2012), Guedes; Moura e Dias (2012), além de relevantes menções de Kobashi (2007) acerca das contribuições de Bakhtin na relação entre linguagem e sentido, resultando em apropriações na preocupação em organizar conhecimentos.

Bakhtin (1986) defende que a linguagem é produto da vida social e esse caráter a faz estar em constante processo de significação, uma vez que o contexto socio-histórico e todos os componentes inerentes à sociabilidade influenciam diretamente na produção de sentido. Nesse sentido, o autor argumenta que a linguagem, enquanto um sistema de signos — é essencialmente ideológica, pois o significado revelado por ela é fruto dos acordos (e desacordos) dos grupos sociais que a utilizam. Além disso, a linguagem incorpora em sua função sógnica, interfere na dinâmica social por meio das relações dialógicas que ocorre entre indivíduos e, por isso, sua forma e seu valor estão sempre sujeitos a modificações.

Com essa contextualização, observa-se que embora priorizando diferentes elementos da OC — a representação e recuperação da informação, a prática da indexação, a teoria do conceito, etc. — todos os trabalhos citados, que lançaram mão do pensamento dialógico na linguagem como base compreensiva da informação, carregam em comum o reconhecimento do sentido instaurado a partir do caráter ideológico e dialógico da linguagem.

De acordo com Arboit e Guimarães (2013), a perspectiva pragmatista da linguagem reconhecida em Bakhtin ajuda a compreender as relações em torno da informação e do conhecimento no âmbito da OC. Compartilhando a mesma visão que as demais abordagens histórico-sociais da informação, os autores entendem que a linguagem é constituinte do que

se entende por informação e conhecimento, pois é necessário um sistema de signos para que a informação seja expressa, assimilada e transformada em conhecimento.

Os conceitos do pensamento bakhtiniano, como intersubjetividade, polifonia, dialogismo e ideologia, voltam-se para estudos da língua enquanto atividade social, abrindo um leque de possibilidades para servir-se de tais conceitos tanto em um plano especulativo quanto em relacionamento com condições práticas de organização do conhecimento (BUFREM; SILVA; BREDA, 2005).

Nesse sentido, a aproximação com os conceitos de dialogismo e ideologia na linguagem é empregada na OC no sentido de ancorar-se em preceitos das estâncias da linguagem como uma sustentação reflexiva que permita a contemplação dos fenômenos e das práticas de organização de informações e do conhecimento.

## 5.2 GARANTINDO SIGNIFICADO: SOBRE CONCEITOS SENSIBILIZANTES

A garantia semântica, segundo Campbell (2008), pode ser vista como um compromisso permanente de sistemas e contextos de informação para analisar, justificar e revisar os elementos semânticos que estruturam o conhecimento representado. Considerando que na criação de SOCs há um posicionamento quanto aos significados que serão caracterizados, reconhecem-se tais sistemas e suas linguagens como escolhas de perspectivas para reconhecer significados.

De acordo com Hanna (2010), o conceito de “significado como uso” abrange duas distintas, porém intimamente relacionadas, sub-noções:

- (i) função semântica, segundo a qual o significado de uma palavra é o seu papel específico (em um padrão normativo específico de operações) em um idioma humano ativo; e
- (ii) aplicação semântica, segundo a qual o significado de uma palavra é determinado pelo modo como ela é aplicada por falantes humanos individuais, em comunidades de falantes atuais e potenciais, em contextos discursivos atuais ou potenciais.

A função semântica das palavras é o fato de que qualquer parte significativa de uma língua é essencialmente uma “ferramenta” que pode ser usada correta ou incorretamente no contexto de um conjunto maior de arcabouço linguístico, enquanto que a aplicação semântica das palavras é o fato de que o significado de uma palavra depende de sua implementação em contextos e comunidades de falantes atuais ou potenciais (HANNA, 2010).

Indaga-se, no entanto, que em muitas situações a função semântica pode vir distante da aplicação. Quando a linguagem é mal utilizada, ignorando as regras e o jogo de linguagem que a rege (WITTGENSTEIN, 1999) ou quando ela é descontextualizada, fugindo da situação concreta em que se apresentam os elementos dialogizantes que a dotam de sentido (BAKHTIN, 1986).

Para Arboit e Guimarães (2013, não paginado), a linguagem, como objeto de investigação exclusivo de determinadas áreas de estudos, é considerada a principal substância para exploração do território do significado no domínio da OC, uma vez que ela é considerada matéria prima para construção de sistemas de representação e organização do conhecimento, “mas também como objeto responsável por refratar, refletir e registrar concepções predominantes em determinada época e domínio de conhecimento”. Desse modo, embora nos processos e instrumentos da OC a formalização de significados se dê via esfera linguística, classicamente nas estâncias sintática e semântica, a complexidade de apreensão de sentido nos fenômenos informacionais e, conseqüentemente de manipulação de conhecimentos registrados, requerem argumentos extralinguísticos.

As abordagens aos estudos em OC que aliam os estudos da significação e as dimensões socio-culturais da linguagem têm sido recorridas com frequência para o aprimoramento de fundamentos e princípios circundantes aos processos de organização e representação do conhecimento, em especial o desenvolvimento dos SOCs. Tais zonas de estudo em que a OC tem se apoiado são reconhecidas pela preocupação da experiência do pensamento e da consciência com a realidade, a partir do “andaime do significado”, isto é, da linguagem. Os conceitos trabalhados nestes domínios são caracterizados por suas instilações sensitivas ao reconhecimento e categorização de significado, valores, noção de mundo, axiologias e demais indicadores de ações sensíveis.

Nesse sentido, vertentes de estudos na OC que orbitam conceitos no plano significativo do sujeito em relação ao mundo podem ser chamados de conceitos sensibilizantes para o trato da informação e do conhecimento. Tendência na OC, destacam-se os conceitos de “linguagem”, “significação”, “discurso”, “ética”, “cultura” e “ideologia” como referência analítica aos processos e instrumentos de valoração do conhecimento através de sua representação.

Segundo Jansen (2014, p. 7), o apoio teórico aos conceitos sensibilizantes descreve uma orientação de padrões socialmente compartilhados de comportamentos, normas e valores que definem o significado e uso da informação. Para a autora, estes conceitos sensibilizantes não são destinados a ser interpretados apenas como lentes através das quais se observa os fenômenos de informação, suas funções estendem-se a pontos de amparo ao pensar na ciência da informação, ou seja, categorias de pensamento no agir dentro do referido campo. “Eles são de particular relevância para as preocupações da ciência da informação e eles podem, eventualmente, servir de ajuda para o pesquisador fazer ligações para um campo teórico mais amplo”<sup>44</sup>.

É a partir destes conceitos, sensíveis a uma percepção mais esmerilada da natureza da informação, que se chega a provocações reflexivas responsáveis por avanços no horizonte de conhecimentos da OC ampliando, assim, sua matriz teórica mediante a incorporação de novas ideias e noções latentes ao que se entende por informação e também mediante à revisitação de conceitos da própria disciplina. Dessa maneira, o propósito do percurso aportado a um dos fundamentais conceitos operantes na OC — a garantia semântica — exprime a preocupação em guarnecer subsídios analíticos para o enriquecimento conceitual de tal princípio.

### 5.2.1 Linguagem em ação e significado: dimensão de profundidade

Embora a noção primitiva da garantia semântica remonte ao início do século passado, com as considerações de E. W. Hulme acerca dos critérios adequados de reconhecimento,

---

<sup>44</sup> “They are of particular relevance to the concerns of information science and they may eventually serve the help the researcher to make connections to the broader theoretical field”.

identificação e seleção terminológica para classificações bibliográficas, o princípio da garantia semântica continua a ser um conceito central em questões atuais de pesquisa na OC, mantendo-se como um “princípio organizador” relevante quando aplicado aos SOCs contemporâneos e emergentes (HOWARTH; JANSEN, 2014).

No entanto, é comum se deparar com hesitações especulativas acerca da consistência do princípio da garantia semântica frente às realidades sociotécnicas dos contextos de informação cada vez mais complexos. Lidar com sistemas de informação que fogem à estrutura clássica de esquemas bibliográficos, pensar em ambientes virtuais dinâmicos de etiquetagem social (folksonomias) ou em redes de conhecimentos de vinculação de dados, e, até mesmo em mineração de dados pode colocar em suspeição certos aspectos aplicados da garantia. Porém, é exatamente em razão desses cenários exemplificados que aspectos técnicos ou dimensões operacionais devem ser trabalhados com certa parcimônia, uma vez que os efeitos da evolução tecnológica nos processos informativos é uma função constante e qualquer tentativa de esculpir postulados neste terreno de constantes mudanças correrá o risco de ser sobreposto por uma próxima inovação tecnológica lançada.

Esse é um dos pontos principais de se recorrer ao cerne do conceito de garantia semântica, buscando identificar seus componentes constitutivos, a fim de contribuir para o refinamento de seu sentido. Reorienta-se, desse modo, a atenção não para as técnicas de aplicação das perspectivas da garantia em si (garantia literária, garantia do usuário, garantia organizacional, etc.), mas sim de que forma as autoridades cognitivas em que elas se baseiam produzem significado. O denominador comum em todas elas é o conceito sensibilizante de linguagem, mais precisamente, a linguagem em uso.

Nas visões de Wittgenstein e Bakhtin percebe-se que toda manifestação do significado e sua compreensão tem como mediação a linguagem e origina-se dos indivíduos sociais a partir de suas reações dinâmicas de diálogo entre si e as alteridades presentes no contexto. Ambos chamam a atenção para uma linguagem viva e imersa no cotidiano das pessoas, respondendo às reações sensíveis provocadas entre os indivíduos.

A linguagem em ação, isto é, sendo utilizada pelos indivíduos, é a forma como Wittgenstein (1967) reconhece o significado. Da mesma forma, Bakhtin (1986) entende que o significado é resultado direto da relação de alteridade existente entre falantes, ou seja,

daqueles que utilizam a linguagem em busca de entendimento. A partir da premissa do princípio da garantia semântica operando como angularidade da apreensão de significado infundido na linguagem para a projeção e avaliação de SOCs, considera-se, como uma unidade de compreensão de tal princípio o reconhecimento da linguagem como um fenômeno histórico, social e cultural moldada às necessidades do sujeito social. Essa consideração é sustentáculo para compreender a essência da garantia semântica sem correr riscos de apoiar-se em aspectos acidentais de alguma de suas perspectivas de aplicação.

Todas elas, as perspectivas da garantia semântica, modulam-se — ou deveriam modular-se — no pressuposto de entendimento de linguagem como estrutura de apreensão do significado em um constante fluxo de negociação de sentidos. Embora seja preocupação, em um dado momento e para alguns propósitos de sistematização, acionar a categoria semântica a fim de estabilizar o sentido da linguagem, é importante que se reconheça tal princípio em uma dimensão de profundidade mais sensível.

Apropriando-se do preceito de Wittgenstein e Bakhtin de que a práxis do uso da linguagem é a base da racionalidade humana, e de que as condições de sociabilidade são a conexão entre o pensamento e a palavra, advoga-se ser esta uma importante prescrição para reconhecer as relações de sentido que as diferentes perspectivas de garantia evocam nas linguagens documentárias. Nesse sentido, pensar nas linguagens que constituem os SOCs e em seus propósitos informativos é pensar na língua como atividade social, ligada às condições de comunicação que estão sempre ligadas às estruturas sociais.

Clare Beghtol e todos aqueles que se dedicaram em conceitualizar o princípio da garantia semântica sinalizam, de alguma forma, o reconhecimento de que o significado que cada garantia se propõe a invocar na linguagem documentária está indissolavelmente ligado à noção de utilidade. Capacidade de gerar “significado consistentemente útil” é o que Beghtol (1986, p. 122) acredita ser a função da garantia semântica, “organização significativa e útil” é o que a autora acredita ser o resultado da aplicação de tal princípio. Ambas as noções estão relacionadas à capacidade da linguagem de significar e essa manifestação se efetivará à medida que uma linguagem (documentária) possa servir a uma comunidade, possa ser conveniente às necessidades informacionais dos sujeitos, sendo o seu uso nas ações de informação que revelará seu alcance e vitalidade.

Com o compromisso de fornecer significado útil às audiências, a garantia semântica é a mais importante autorização cognitiva nos processos de desenvolvimento de um SOC. Tal posição nucleária requer extensa e constante análise dos desdobramentos da natureza do significado para se chegar às linguagens alvo de preocupação da OC — as linguagens documentárias — em níveis de relevâncias cada vez mais elevados para contextos informacionais.

### 5.2.2 Ideologia e angulações do sentido

Antes de mais nada, defende-se que um maior trânsito pelos estudos da linguagem e pelas teorias da significação são de grande importância para que conceitos sensibilizantes, como ideologia, possam estar mais presentes, enriquecendo, assim, as reflexões e análises no que tange ao amadurecimento das concepções basilares no campo da OC.

A linguagem não é neutra, é, antes, produtora de sentidos e valores e legitimadora de ideologias. Sendo a garantia semântica uma espécie de consideração crítica na concepção de SOC, entende-se que tal princípio — e as perspectivas de garantias acionadas — está diretamente relacionado à carga ideológica assumida nas linguagens documentárias. Os traços ideológicos dos SOCs têm sido, muitas vezes, desconsiderados nos estudos de abordagem do significado na OC em razão, acredita-se, das ainda incipientes excursões para além dos domínios da semântica linguística. No entanto, é evidente que o fenômeno da ideologia está vinculado, em maior ou menor grau, com todas as instâncias de projeção, desenvolvimento e avaliação de SOCs.

Recorre-se às noções de signo ideológico, de Bakhtin, e de formas de vida, de Wittgenstein com o intuito de considerar as questões ideológicas como um aspecto estruturante do princípio da garantia semântica. Bakhtin destaca a relação entre signo e ideologia, afirmando que tudo que é ideológico é um signo e possui um valor semiótico, não existindo ideologia sem signos. Ele entende que o signo não apenas faz parte da realidade, mas também reflete e refrata outras realidades, isto é, outras visões de mundo. Uma visão de mundo está relacionada, para Wittgenstein, com uma forma de vida. O filósofo austríaco acredita que é o comportamento comum de uma comunidade, seus juízos e até mesmo a

aceitação implícita de um sistema de convenções e também seu uso, que nos possibilita formular proposições a respeito do mundo, isso é o que caracteriza a forma de vida.

Retomando a fala de Tennis (2013) na seção 4.1.3, reconhece-se o que ele chama de violência objetiva no plano ideológico, que seria uma espécie de coerção ou constrangimento sociocognitivo nos sistemas linguísticos e simbólicos, como sendo objeto de reflexão para a dimensão ideológica na OC. Neste plano de visão é possível acomodar as ideias exploradas por Bakhtin (1986) acerca dos embates e acordos sociais travados no âmbito da linguagem, estes são aspectos fundamentalmente ideológicos ao reconhecer a linguagem como uma entidade viva e em constante transformação, moldada aos interesses e necessidades de grupos sociais.

Incluem-se, naturalmente, aos preceitos bakhtinianos as linguagens objeto de trabalho no campo da OC, isto é, os SOCs, reconhecendo a não neutralidade destas estruturas de representação do conhecimento. Caro Castro e San Segundo Manuel (1999) asseveram que em muitas linguagens documentárias critérios ideológicos impróprios prevalecem sobre os critérios produtores e racionais, para as autoras subjazem a esses instrumentos de representação do conhecimento uma ideologia retrógrada contribuindo para a exclusão de visões de mundo, geralmente dos públicos minoritários que utilizam estes instrumentos.

Porém, em razão das possibilidades de análise, mediação e gestão das linguagens documentárias sabe-se que é factível não apenas atenuar uma inclinação ideológica inapropriada, mas também explicitar seus propósitos para as audiências, a fim de deixar tomar conhecimento de possíveis angulações de sentido para atingir determinados fins.

Nesta perspectiva de análise importa concentrar atenção para o plano sociológico entendendo a ideologia e as formas de vida como aspectos explorados neste nível e participando das condições de significabilidade da linguagem. Cabe, portanto, aos atuantes no campo da OC, reconhecer demais fenômenos sociais que se embaraçam às manifestações do significado na linguagem, aos quais podem ser trabalhados a partir das escolhas e ênfases dadas às perspectivas de garantia. Tais escolhas fazem parte do que pode ser chamado de manobra semântica deliberada promovendo angulações de sentido com o propósito de ressaltar significados úteis ou esmaecer significados ruidosos.

Desse modo, para o princípio da garantia semântica é de especial atenção compreender que, como autoridade cognitiva invocada para o estabelecimentos de qual(is) perspectiva(s) endossará(ão) as condições de significabilidade de um SOC, ele estará sensivelmente emitindo um circunstanciamento ideológico que, pela ótica wittgenstianiana, estaria relacionado à natureza do significado, uma vez que um de seus aspectos condicionantes é a relação entre os sistemas simbólicos — seu meio de manifestação — e o extra-simbólico — estados mentais, percepções, valores, etc. que, conectados, revelam a forma de vida na qual ações de informação ganham sentido.

Embora as decisões no processo de representação de informações de um indexador ou bibliotecário possam parecer, a primeira vista, que estas seriam o fato determinante para a expressividade de traços ideológicos ruidosos, admite-se que esse desequilíbrio pode começar já na elaboração dos instrumentos de representação do conhecimento utilizados pelos profissionais da informação. É neste sentido que se depreende atenção à garantia semântica, enquanto princípio acionado para a concepção, desenvolvimento e avaliação destes instrumentos.

Apoia-se nesta interpretação para assinalar as perspectivas da garantia semântica como influenciadoras dos traços ideológicos, deliberados ou não, que um SOC possa apresentar. Smiraglia (2015) comenta que a objetividade de garantias mais fáceis de operacionalização, como a garantia literária, não é suficiente para assegurar que aspectos éticos e ideológicos sejam reconhecidos na organização e representação de conhecimentos. Por outro lado, perspectivas de garantias voltadas a apreensões mais subjetivas, como a garantia fenomenológica e a garantia cultural, apresentam maior capacidade de refratar (e refletir) valores socioculturais implícitos na linguagem.

De fato, as diferentes perspectivas de garantia e suas características diversas captam variados aspectos ideológicos a partir das visões de mundo representadas na linguagem de um SOC. Lembrando que para Bakhtin, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais e toda modificação da ideologia acarreta a modificação da língua. Por esse prisma revela-se um entendimento de transitoriedade e ressignificação como características de uma linguagem dinâmica e viva influenciada e influenciadora da consciência social. Essa é uma importante propriedade da linguagem que deve ser considerada no âmbito da garantia semântica no que diz respeito à intencionalidade em promover significado útil, é fundamental que se

tenha atenção quanto ao direcionamento que sentidos da linguagem vão tomando de acordo com o contexto em que ela se estabelece tendo em mente as crenças e visões de mundo que legitimam tal contexto.

### 5.2.3 Diversidade e universalidade: hibridade cultural

O conceito de garantia cultural, e demais predicativos sensibilizantes associados à garantia, representa uma resposta à busca por abertura na condução teórica e de práticas frente ao desenvolvimento e atualização de instrumentos de representação do conhecimento.

Enquanto modo de vida de um povo, a cultura é considerada uma aquisição humana, relativamente estável, mas sujeita a mudanças contínuas que determinam o comportamento do sujeito sem se impor ao seu pensamento consciente. Nesse sentido, a cultura pode ser definida como a luta pelo significado, isto é, a cultura não se prende ou é posse de ninguém, mas é um processo estratificado de embates (YÚDICE, 2006).

A cultura é um fenômeno social que, em diferentes situações, sustenta, captura e avalia a interpretação dos indivíduos a partir do que existe e acontece ao redor deles. Pode dizer que esta maneira de interpretar o mundo é um fenômeno social que emerge quando um grupo, uma nação ou uma coletividade apresentam a mesma compreensão dos fatos na sociedade e não apenas entendimentos para cada um individualmente. Desse modo, entende-se que o conhecimento é organizado de uma maneira específica que segue o sistema de valores do grupo de indivíduos e, como consequência lógica, caracteriza cada grupo.

Pode-se relacionar a concepção de linguagem como atividade humana situada cultural e historicamente, defendida pelos filósofos Wittgenstein e Bakhtin, como pré-compreensão do nível perceptivo ao qual o fenômeno da cultura recoloca as questões da informação e do conhecimento no âmbito da perspectiva da garantia cultural.

Como discorrido na seção 4.1.3, a conceituação de cultura está geralmente ligada a valores compartilhados, crenças, memória coletiva, língua/linguagem, práticas cotidianas, preferências, história, entre outras manifestações que caracterizam uma comunidade

discursiva, relacionamentos sociais e a forma como os sujeitos assimilam a realidade em volta e atribuem significado às coisas.

Wittgenstein (1999) vai chamar essa manifestação do significado dependente dos elementos circunstanciais do universo social de jogos de linguagem. Desse modo, a condução do significado pela linguagem só se efetiva ao conhecer as regras do jogo, isto é, o uso adequado que se faz da linguagem em contextos pragmáticos. Quanto a isso, identifica-se em Bakhtin (1986) a ideia de que a significação só se realiza a partir de interações sociais realizadas em situações concretas, o diálogo (os acordos e desacordos, as negociações, as trocas simbólicas) só se estabelece em situações em que indivíduos compartilham os mesmos horizontes sociais e culturais.

Com esse raciocínio, considera-se no campo da OC o pressuposto de que indivíduos de diferentes culturas apresentam diferentes interpretações frente aos objetos informacionais. Da mesma forma, estes indivíduos se identificam com informações a partir de diferentes angulações de sentido emitido por um instrumento de representação do conhecimento — um SOC — e do próprio conhecimento registrado. Estas inferências sociais subjazem a perspectiva da garantia cultural nos processos de organização e representação do conhecimento.

O argumento se estrutura a partir do reconhecimento dos SOCs como artefatos culturais que refletem e moldam visões de mundo. Este ponto de vista parece mais acurado ao ponderar que os SOCs buscam reproduzir conceitualmente uma determinada realidade com o propósito de atender intelectualmente a determinadas audiências (comunidades de usuário, grupos sociais, etc.) ao ponto destas audiências se reconhecerem (a si mesmas e a sua realidade) nos processos de uso e aplicação destes sistemas. Os SOCs vistos como dispositivos culturais revelam mais claramente as conexões entre eles e a sociedade, em outras palavras, estes esquemas de representação do conhecimento refletem as condições sociais que prevalecem nos diferentes períodos e contextos que eles se propõem a representar.

É certo que cada proposição de perspectiva da garantia semântica (garantia literária, garantia de uso/usuário, garantia organizacional, etc.) visa cobrir ou enfatizar alguma dimensão de captação de significados com o propósito de atingir uma representação plena

dos domínios do conhecimento aos quais se pretende retratar. Embora seja possível acioná-las separadamente, muitas perspectivas de garantia são mais eficientes se conjugadas a outras, cobrindo um maior número de significados e produzindo resultados semanticamente mais expressivos.

Outra característica importante das perspectivas de garantia é a natureza diversa apresentada por elas, enquanto algumas são fortemente baseadas em sistematizações e técnicas, como a garantia literária, outras se mostram menos procedimentais, mostrando-se como estratégias perceptivas frente a elementos sensíveis aos atos da significação, como a garantia cultural. Recupera-se uma vez mais o apontamento às questões do significado, em aderência às propostas de Wittgenstein e Bakhtin, provocadas pelas garantias ao se sustentarem em autoridades cognitivas que sinalizam elementos característicos da manifestação social envolvidos no contexto pragmático.

Como dito anteriormente, a garantia cultural funciona como conceito guarda-chuva frente às outras perspectivas de garantia, de certa forma, ela cobre e explica — parcialmente — as mudanças no desenvolvimento dos outros tipos de garantia semântica. Além disso, ao adquirir tal abrangência o conceito se mostra forte o suficiente para gerar e aglutinar-se a demais conceitos que também objetivam explicar a complexidade do fenômeno da significação para fins documentários.

A garantia cultural trabalha na transversalidade das condições de significação que cada uma das outras perspectivas de garantia se propõem a ressaltar, dessa maneira ela pode harmonizar certas semelhanças e dessemelhanças de sentido produzido entre os sujeitos nas mais diversas situações.

Se por um lado reconhece-se a necessidade de investir cuidados e compreensão aos elementos sensibilizantes que revelam as distintas visões que os grupos de indivíduos carregam acerca do conhecimento, indicando que idealmente cada grupo sociocultural necessitaria de SOCs especificamente dedicados às suas necessidades, por outro lado sabe-se da possibilidade de refinamento e incremento das condições de representatividade e significabilidade de um SOC ao ponto do mesmo atender diferentes grupos socioculturais de forma minimamente satisfatória.

Considera-se que grande parte dos SOCs contemporâneos já são concebidos em plataformas e ambientes que favorecem a sua utilização pelos mais diversificados grupos socioculturais, uma vez que estes sistemas estão disponíveis na *Web*. Neste contexto, a garantia cultural age incrementando a criticidade de representar e organizar o conhecimento para torná-lo globalmente adequado para um maior número de usuários em um maior número de situações abrangendo uma maior quantidade de culturas.

Vem ganhando certa atenção na OC a potencialidade de concepção e desenvolvimento de SOCs engajados<sup>45</sup> que, ao considerar as questões culturais e ideológicas moventes na linguagem, abrem espaço para as possibilidades de se pensar, por exemplo, na integração de diferentes pontos de vistas intraculturais, o tratamento de conteúdos multidisciplinares e a criação de diferentes simulacros (representações) para um mesmo objeto informacional — todas essas questões abarcam o que nomeia-se nesta tese de angulações de sentido.

Pensar em SOCs que atendam às demandas e complexidades do contexto do desenvolvimento contínuo da globalização cultural da informação requer a elucidação de pressupostos sensibilizantes acerca da natureza da informação para fins de sua organização. Nessa perspectiva é importante determinar pressupostos que orientem as decisões que incidam no aperfeiçoamento dos SOCs, uma destas suposições é que os sistemas de organização e representação do conhecimento devem ser baseados em princípios sensibilizantes — cobertos em sua maioria pelas perspectivas de garantia com destaque para a garantia cultural — e que estes sistemas estão constantemente influenciando e sendo influenciados pela realidade social. Outro pressuposto importante é qualquer proposta de representação do conhecimento contém preferências culturais e éticas que podem ou não ser tão explícitas quanto o desejável.

A partir desta conjectura entende-se que valer-se da garantia cultural em processos de organização e representação do conhecimento está relacionada com a preocupação de se expandir o espectro de análise e avaliação das dimensões as quais se baseiam os processos de evocação de significados úteis para um SOC, sobretudo em tempos de organização e representação do conhecimento pensados para o atendimento de audiências globais.

---

<sup>45</sup> Fazendo uma alusão o conceito de “organização do conhecimento engajada” de Tennis (2013). Ver seção 4.1.3.

A ideia de diversidade e universalidade como forma de “acomodar” culturalmente as unidades de sentido de diversos grupos de usuários e coleções, assim, reduzindo os níveis de viés semântico, é uma provocação que se irrompe no campo da OC revelando os desafios conceituais e metodológicos de lidar com os SOCs modernos concebidos em contextos sociotécnicos que, ao oportunizar a utilização destes sistemas por todos os grupos culturais em que as redes digitais alcançam, confere um papel fundamental ao SOCs nos processos de acesso e comunicação de conhecimentos.

Nesse âmbito, compreende-se que o conceito de hospitalidade cultural vem sendo apropriado para tratar as situações em que um domínio do conhecimento representado em um SOC é utilizado por distintas audiências, isto é, grupos socioculturais diversificados, ou quando há a necessidade de se entretecer múltiplos domínios do conhecimento para propósitos específicos, o atendimento a essas questões ressalta a performance da hibridade cultural que os SOCs possam desempenhar para atender às demandas contemporâneas.

Como foi apresentado, a definição tradicional de hospitalidade na BCI refere-se à possibilidade de incorporação de novos conceitos em uma notação bibliográfica, estabelecendo relações semânticas adequadas entre os novos e antigos termos. A hospitalidade cultural é a proposta de ampliação de tal preceito para a incorporação de novos conceitos e novas garantias aos SOCs, a partir das necessidades de torná-los mais hospitaleiros para um maior número de audiências.

A hospitalidade cultural, portanto, atenderia às necessidades de informação de grupos socioculturais específicos, permitindo que as preferências individuais e coletivas fossem refletidas nos SOCs ao fornecer conceitos e termos significativos a audiências diversas. Nesse sentido, a referência a um SOC hospitaleiro relacionaria a sua capacidade de enfatizar seu aspecto de hibridade cultural.

Eventualmente, a hospitalidade cultural poderá entrar em conflito com a aceção de que os componentes sensibilizantes da realidade social exigem, por natureza, certo criticismo em relação a uma cultura e outra. Da mesma maneira, pode-se questionar que a hospitalidade cultural aduz uma espécie de contemporização semântica aos SOCs que pode desarmonizar com alguns fundamentos classificatórios referentes à própria noção de organizar e classificar.

No entanto, o intuito de estruturação de tal conceito não implica que sua manifestação aplicada deverá ocorrer em toda e qualquer circunstância de projeção, criação ou avaliação de um SOC. Tanto a garantia cultural quanto a hospitalidade cultural devem ser conduzidas pela OC, pelo menos em primeiro momento, como conceitos preceptores ao desenvolvimento de sistemas de organização e representação do conhecimento hospitalares, do ponto de vista do significado.

### 5.3 CONTEXTOS INFORMACIONAIS CONTEMPORÂNEOS E O SENTIDO DE GARANTIA

Em referência ao pensamento de Wittgenstein e Bakhtin pode-se relacionar suas considerações acerca da natureza pluralista da linguagem — em contraponto a uma linguagem ideal e inerte — como condição de manifestação do significado, preceito este que sustenta a necessidade de ponderação acerca do mito de sistemas e linguagens documentárias universais que representem o conhecimento de forma totalizante e que corresponda com a visão de todos os indivíduos.

Na verdade, é muito importante reconhecer que as condições de significabilidade das/nas linguagens documentárias está vinculada à singularidade característica do contexto social e dos elementos sensibilizantes — que configuram o jogo de linguagem, diria Wittgenstein. Em outras palavras, pensar na capacidade de significação de um sistema ou linguagem documentária é ter em mente a necessidade de considerar a multiplicidade e a interdiscursividade — expressaria Bakhtin — como característica fundamental à situação concreta e demais componentes sociais.

Essa relação crítica do significado e suas manifestações em esquemas de organização e representação do conhecimento se distende nas fronteiras das identidades culturais retratadas. A articulação social do significado, do ponto de vista cultural, é um complexo, em curso de negociação que visa autorizar hibridades culturais que emergem nos momentos de transformação do conhecimento e que devem ser transparecidos nos SOCs. Nesse ínterim, entende-se que o princípio da garantia semântica está baseado em componentes sensibilizantes, como a cultura, que evocam significados úteis para a validação semântica das linguagens documentárias.

A partir destas reflexões concorda-se que o conhecimento compartilhado pelas mais diversas configurações socioculturais afetam a forma como objetos informacionais e assuntos são nomeados, assim, para determinar um vocabulário (termos, conceitos e suas relações) que atenda às necessidades dos grupos sociais e suas práticas de informação, deve-se lançar mão do princípio da garantia semântica, isto é, recorrer a autoridades cognitivas que possam justificar semanticamente a inclusão/exclusão de elementos do vocabulário.

Sabe-se que as tecnologias aplicadas aos contextos de informação impulsionam novas complexidades e possibilidades aos estudos relacionados à organização de informações. Acerca dos fundamentos que sustentam os processos de organização no plano documentário verifica-se a emergência de questionamentos e proposições que indicam a necessidade de reflexão dos componentes estruturantes do quadro teórico da OC.

No que diz respeito ao princípio da garantia semântica, observa-se que as características do entorno digital — participativo, estendido (virtualizado), interconectado e colaborativo — revela novas facetas e potencialidades de análise dos critérios de significabilidade da linguagem documentária, não parecendo haver conflito ou desequilíbrio com relação aos argumentos que regem a garantia semântica e a possibilidades de exploração de questões do significado nos contextos digitais.

Convém ressaltar a relação entre as práticas interativas e os fenômenos de informação em meio digital como uma oportunidade de aprofundamento de estudo da dimensão pragmática na OC. O contexto digital parece privilegiar o olhar sobre as ações de informação no que tange a compreensão da manifestação do significado na linguagem. A pragmática pujante na filosofia da linguagem de Wittgenstein e Bakhtin oportuniza as observações de alcance do mundo das ações de uso da linguagem assim como do uso da informação no meio digital.

Frente ao cenário digital, em consequência das possibilidades de interação entre os sujeitos, ampliam-se as possibilidades de significações do universo do conhecimento, além de novas “condições de validação informacional considerando os elementos que envolvem os processos de uso [...] da linguagem” (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 102). Os efeitos

da virtualização da informação irão repercutir não só em espaços sociais semânticos, concebidos exatamente pensando na ebulição das práticas colaborativas de construção do conhecimento, como também em plataformas digitais que estruturam SOCs mais formalizados, como os tesouros disponíveis na *Web*.

Embora sendo atravessado por todo um plano metodológico que formalize e estabilize significados úteis retratando determinado(s) domínio(s) do conhecimento, os tesouros — assim como todos os outros tipos de SOCs — devem estar voltados para suas audiências, isso significa que além de retratar a realidade de grupos socioculturais, eles devem estar preparados para se reestruturar conceitualmente capturando os significados produzidos a partir de uma linguagem em ação.

Estas estratégias de captura e validação de significados estão sintetizadas no princípio da garantia semântica e o que se buscou tratar nas seções anteriores foi desvelar um pouco mais dos elementos sensibilizantes que influenciam nas condições de significabilidade. Com uma ênfase especial na perspectiva cultural observou-se que embora não haja consenso de uma sistematização técnica do melhor método de apreendê-la é possível identificar certos traços nos instrumentos de representação do conhecimento que sinalizem sua propensão em considerar com maior sensibilidade as manifestações da cultura no reconhecimento da informação e o que busca significar.

Embora não haja um procedimento objetivo para identificar quão hospitaleiro se apresenta um SOC frente aos contextos que ele atende, pode-se fazer certas inferências comparativas ao analisar dois tesouros que são conhecidos por representar a multiculturalidade das audiências que os utilizam, são eles: o tesouro EuroVoc<sup>46</sup> e o tesouro UNBIS<sup>47</sup>.

O EuroVoc é um tesouro multilíngue e pluridisciplinar sobre as atividades da União Europeia, ele é apresentado em vinte e três línguas de países pertencentes ao bloco (alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estônio, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polaco, português, romeno e sueco). Tal instrumento de representação do conhecimento abrange domínios suficientemente vastos para englobar os aspectos comunitários e os pontos de

---

<sup>46</sup> <http://eurovoc.europa.eu/>

<sup>47</sup> <http://lib-thesaurus.un.org/LIB/DHLUNBISThesaurus.nsf>

vista nacionais. Entre os utilizadores do EuroVoc encontram-se as instituições da União Europeia, o Serviço de Publicações da UE, os parlamentos nacionais e regionais da Europa, as administrações nacionais e utilizadores privados em todo o mundo.

O Tesouro UNBIS<sup>48</sup> é um vocabulário multilíngue desenvolvido pela Biblioteca Dag Hammarskjöld (BDH), vinculada ao Departamento de Informação Pública da Organização das Nações Unidas (ONU), e é apresentado em todos os idiomas oficiais da ONU (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol). Ele contém a terminologia utilizada na análise temática de documentos e outros materiais relacionados com os programas de atividades da ONU. O Tesouro UNBIS cobre um campo multidisciplinário, refletindo assim a amplitude dos assuntos de interesse da Organização. Os termos incluídos são selecionados de forma que reflitam de maneira precisa, clara, concisa e com um grau suficiente de especificidade, os assuntos de importância e interesse na ONU.

Ambas as ferramentas são projetadas para atender às necessidades de informação de grupos socioculturais bastante heterogêneos, sendo esta a principal justificativa para a escolha das duas. Este é um desafio de SOCs que precisam lidar com diversos critérios que possam orientar a validação de significados em suas estruturas conceituais, ou seja, há uma necessidade de evocar múltiplas perspectivas da garantia semântica que cubram níveis de significação cada vez mais refinados. Dessa forma, a atenção para a dimensão cultural é essencial para se chegar a resultados satisfatórios.

Quanto à manutenção e atualização das ferramentas, seus organizadores indicam que os referidos tesouros são objeto de uma adaptação contínua, tendo em conta a evolução dos domínios de atividade aos quais eles se propõem a representar. Para assegurar a atualização e representatividade o EuroVoc conta com dispositivos de manutenção (que incluem uma equipe de profissionais e canais de comunicação) que recolhe e estuda as propostas de todos os utilizadores do tesouro (EUROVOC, 2016). Por sua vez, o tesouro da UNBIS declara-se estar sendo continuamente ampliado e atualizado, novos termos são propostos, conforme necessário, de modo a refletir os domínios de preocupação das Nações Unidas (UNBIS THESAURUS, 2016), porém os seus organizadores não deixam muito clara a

---

<sup>48</sup> UNBIS (*United Nations Bibliographic Information System*) é o Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas, gerido pela Biblioteca Dag Hammarskjöld (BDH).

relevância dada às manifestações dos utilizadores (audiências) e se há canais de comunicação existentes para esse fim.

Utiliza-se como exemplificação os termos em inglês *migration* e *terrorism*, a razão pela escolha do termo e do conceito que ele representa relaciona-se à atividade do seu uso nos últimos anos em decorrência das ondas migratórias presentes em todos os continentes, especialmente na Europa. Utilizou-se para análise o referido termo na língua inglesa, uma vez que, embora o EuroVoc conte com a sua correspondência em português, o mesmo não ocorre com o tesouro da UNBIS.

Procurou-se examinar os termos *migration* e *terrorism* nos dois tesouros considerando todos aqueles termos que se apresentaram com algum tipo de relação com ele. A Figura 4 e a Figura 5 ilustram os termos *migration* e *terrorism*, respectivamente, em ambos os SOCs e suas relações com outros termos.

FIGURA 4 - O termo *migration* nos tesouros EuroVoc e UNBIS

Tesouro EUROVOC	Tesouro UNBIS
<p><b>migration</b></p> <p>UF <i>rate of migration</i> <i>rhythm of migration</i></p> <p><b>28 SOCIAL QUESTIONS</b></p> <p>MT 2811 migration</p> <p>NT1 Community migration</p> <p>NT1 diaspora</p> <p>NT1 emigration</p> <p>    NT2 brain drain</p> <p>NT1 family migration</p> <p>    NT2 child of migrant</p> <p>NT1 female migrant</p> <p>NT1 forced migration</p> <p>    NT2 transfer of population</p> <p>NT1 frontier migration</p> <p>NT1 geographical mobility</p> <p>NT1 immigration</p> <p>NT1 migrant</p> <p>NT1 migration for settlement purposes</p> <p>NT1 migration policy</p> <p>    NT2 EU migration policy [4,4]</p> <p>    NT2 integration of migrants</p> <p>    NT2 migration control</p> <p>        NT3 illegal migration</p> <p>    NT2 repatriation grant</p> <p>NT1 migratory movement</p> <p>NT1 occupational migration</p> <p>NT1 return migration</p> <p>RT International Organisation for Migration [7621]</p>	<p><b>MIGRATION</b></p> <p>08.01.00 - POPULATION DYNAMICS</p> <hr/> <p>▼ Term Relationships:</p> <p><b>Narrower terms:</b></p> <p>BRAIN DRAIN</p> <p>FORCED MIGRATION</p> <p>INFLUX</p> <p>INTERNAL MIGRATION</p> <p>INTERNATIONAL MIGRATION</p> <p>MASS EXODUSES</p> <p>POPULATION TRANSFERS</p> <p>RETURN MIGRATION</p> <p><b>Related terms:</b></p> <p>CULTURE CONFLICT</p> <p>HUMAN GEOGRAPHY</p> <p>MIGRATION BALANCE</p> <p>MIGRATION STATISTICS</p> <p>MIGRATION POLICY</p>

Fonte: Elaboração nossa, 2016.

É importante esclarecer que não se trata de uma análise comparativa direta entre os dois tesouros, a intenção de cotejá-los em paralelo é ressaltar a atenção dada pelos dois instrumentos para as questões da manifestação das identidades culturais de suas audiências

para cada caso. Lembrando que ambos os instrumentos se declararam atentos às necessidades expressas por todos os seus utilizadores.

FIGURA 5 - O termo *terrorism* nos tesouros EuroVoc e UNBIS

Tesauro EuroVoc	Tesauro UNBIS
<p><b>terrorism</b></p> <hr/> <p>DEF Glossary, Summaries of EU legislation</p> <p>UF <i>elimination of terrorism</i></p> <p><b>04 POLITICS</b></p> <p>MT 0431 politics and public safety</p> <p>BT1 political violence</p> <p>BT2 public safety</p> <p>RT asymmetric warfare [0816]</p> <p>extradition [1216]</p> <p>illegal restraint [1216]</p> <p>judicial cooperation [0811]</p> <p>witness protection [1221]</p>	<p><b>TERRORISM</b></p> <p>01.01.00 - POLITICAL CONDITIONS, INSTITUTIONS, MOVEMENTS</p> <p>14.04.02 - CRIME AND CRIMINAL JUSTICE</p> <p><b>Used For:</b></p> <p><i>INTERNATIONAL TERRORISM</i></p> <hr/> <p>Term Relationships:</p> <p><b>Broader terms:</b></p> <p>POLITICAL VIOLENCE</p> <p><b>Narrower terms:</b></p> <p>BIOTERRORISM</p> <p>FOREIGN TERRORIST FIGHTERS</p> <p>HIJACKING OF AIRCRAFT</p> <p>HIJACKING OF SHIPS</p> <p>NUCLEAR TERRORISM</p> <p><b>Related terms:</b></p> <p>ABDUCTION</p> <p>ASSASSINATION</p> <p>BOMBINGS</p> <p>COUNTER-TERRORISM</p> <p>HOSTAGES</p> <p>INTERNATIONAL CRIMES</p> <p>MASSACRES</p> <p>POLITICAL CRIMES</p> <p>SUICIDE BOMBINGS</p> <p>TERRORISM FINANCING</p> <p>TERRORIST ATTACKS (11 SEPTEMBER 2001)</p> <p><b>Top terms:</b></p> <p>VIOLENCE</p>

Fonte: Elaboração nossa, 2016.

Observa-se que no caso do termo *migration* os seus relacionamentos a partir dos desdobramentos em termos mais específicos, no tesauro EuroVoc, revelam uma necessidade das audiências atendidas — e de seus discursos plasmados em documentos — de particularizar noções e conceitos irrompidos a partir de fatos sucedidos na realidade social concreta daqueles indivíduos atendidos pelo SOC. A mesma exclusividade de desdobramento terminológico parece não ocorrer no tesauro da UNBIS que apresenta menos termos específicos relacionados à *migration*.

Tendo em mente a questão histórica e social das ondas migratórias no continente europeu, pode-se inferir que o contexto de criação e as audiências servidas pelo EuroVoc exigiram mais detalhamento dos aspectos socioculturais vivenciados por eles. Dessa forma, contribui-se com as condições de significabilidade do referido SOC acionando a perspectiva cultural, ou melhor, a garantia cultural, como critério de representatividade. A partir da sustentação analítica através da cultura, vista como um elemento sensibilizante,

chega-se a apreensão de significados úteis para indivíduos que, imersos em um jogo de linguagem, encontram sentido ao relacionar o termo migração com os termos diáspora (*diaspora*) e fuga de cérebros (*braindrain*), por exemplo.

No segundo exemplo o termo *terrorism* é representado em ambos os tesouros, exibindo seu relacionamento semântico com os demais termos específicos. Repara-se que no tesouro da UNBIS há uma maior necessidade de retratar conceitos característicos de uma determinada realidade social. A mesma situação não ocorre no EuroVoc que apresenta menos conjugamentos entre *terrorism* e os termos específicos em relação direta ao referido termo.

Nota-se, neste caso, a influência da proposta do tesouro UNBIS pautada na dimensão institucional em que se encontra a ONU, embora um organismo internacional e sua característica extraterritorial está sugestionada a cobrir um repertório de domínio de atividades que, em alguns casos, necessitam ser mais bem desmembradas.

Assim, no intuito de atender às necessidades de representação do conhecimento para suas audiências, reverberam negociações de sentido em cada decisão de desvelo ou omissão de um conceito. No exemplo referido no tesouro UNBIS ocorre a necessidade de relação direta entre o conceito de terrorismo e o fato histórico dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos (*terrorist attacks (11 september 2001)*). Desse modo, reconhece-se no termo *terrorism* e em seus relacionamentos terminológicos a manifestação de uma hospitalidade cultural acionada para atender às necessidades de significação provocadas pelo contexto histórico, social e cultural.

Sendo assim, entende-se que a diversidade de unidades de análise na organização e representação do conhecimento — em referência aos elementos sensibilizantes como a cultura — têm sido reconhecidas como características definidoras de SOCs que buscam ser suficientemente hospitaleiros à experiência de audiências a nível global. Tudo graças a expansão das possibilidades de interação e acesso à informação promovida pelas tecnologias que sustentam o contexto digital, promovendo a instauração de ambiências de informação nas quais a multiplicidade de olhares demanda constante atualização e aperfeiçoamento por parte dos sistemas responsáveis por organizar e representar o conhecimento.

## 6 CONCLUSÕES

A informação e o conhecimento estão indissoluvelmente ligados às condições de manifestação da linguagem. Na OC esse preceito implica em uma série de possibilidades em que se podem alçar as reflexões acerca da informação e do conhecimento para fins de organização. Trabalhar as questões da informação ao mesmo nível que importantes conceitos filosóficos podem contribuir para revelar a dinâmica de instauração de significado assim como desnudar categorias de elementos sociais dominantes imbricados na linguagem e reverberantes na dimensão da informação.

A ampliação dos lugares epistemológicos (e filosóficos) de análise dos fenômenos informacionais revelam o desafio e as potencialidades de estudar as instâncias teóricas e prática da OC. Os elementos e fatores significativos na linguagem e na metalinguagem<sup>49</sup> penetram no campo de reflexão da OC como condição sensibilizante à sublimação dos fundamentos da organização e representação de conhecimentos.

O conhecimento e a linguagem, apesar de serem conceitos diferentes, não podem ser isolados um do outro, porque ambos jamais se apresentam na forma pura. Isto é, o conhecimento se manifesta a partir (e na) linguagem, da mesma forma só tem sentido falar em linguagem como a instituição social do conhecimento. A linguagem está comprometida em representar e comunicar o conhecimento, na mesma dimensão, o conhecimento vivifica o caráter fundante da linguagem: a sua articulação, o seu uso, a sua prática, a sua indispensabilidade para a compreensão da realidade social.

Estes preceitos foram o ponto de partida tanto para a escolha do tema de estudo da tese quanto da influência do corpo teórico, da seleção de autores e textos, da metodologia e do olhar lançado mão neste trabalho para, a partir de um exercício reflexivo, avançar nas questões acerca da dimensão teórica da OC. Desse modo, aportou-se no que se acredita ser a pedra angular do eixo semântico da OC, entende-se que o princípio da garantia semântica é o elemento essencial que dá existência aos recursos do campo.

---

<sup>49</sup> Metalinguagem na acepção considerada por Bakhtin (1986) no sentido de translinguagem, isto é, para além dos domínios da estrutura da linguagem.

Objetivou-se neste trabalho construir “esboços de paisagens” — apropriando-se do termo de Wittgenstein — que contribuam para a pavimentação do estrado epistemológico representado pelo princípio da garantia semântica na OC. Para isso encontrou-se no pensamento filosófico de Ludwig Wittgenstein e de Mikhail Bakhtin os postulados acerca da linguagem deslocada a uma perspectiva de análise que substitui uma atitude lógica (e por que não, metafísica) por uma atitude prática. A linguagem, para o pensador austríaco e para o pensador russo, é compreendida a partir das situações de seu uso, das diversas maneiras e propósitos que ela é utilizada pelos sujeitos — responsáveis pelo estabelecimento de diálogo no interior da linguagem.

O significado é o uso *da* linguagem, atesta Wittgenstein (1999), o significado é diálogo *na* linguagem, assevera Bakhtin (1986). O significado é, acima de tudo, uma atividade — articulada e convergida pela interconsciência dos sujeitos sociais que produzem (e reproduzem) linguagens para a geração de novos conhecimentos. O reconhecimento da linguagem e do conhecimento apoiados pelo substrato pragmatista — como evidenciado pelos dois autores — é fundamental para os encadeamentos teórico-reflexivos na OC, sendo que foi por esta ótica que se desenvolveu o trabalho crítico na tese.

Promover a capacidade de significação útil e adequada das linguagens documentárias requer condições de reconhecimento de autoridades cognitivas que sustentem a sensibilidade necessária para provocar a desvelamento de significados úteis em SOCs, esse é o papel do princípio da garantia semântica, tendo em mente que é condição preponderante para o desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de organização e representação do conhecimento basear-se em consensos semânticos que os dimensionem como artefatos que retratam a realidade.

O princípio da garantia semântica envolve concepções e sentenças sobre quais unidades de análise são mais apropriadas para incorporar e representar significados úteis em uma linguagem documentária. A noção de garantia na OC vem passando por uma série de transformação em seu sentido, englobando uma acepção mais abrangente e fortalecida pela repercussão dos estudos da informação nas esferas da significação e da linguagem.

Se inicialmente seu propósito inaugural estava vinculado a um requisito de regramento e seu nível de eficiência relacionado à métricas de frequência de palavras em um documento

(HULME, 1911), hoje o princípio da garantia semântica cobre uma série de aspectos e preceitos relacionados à afiguração do significado nos esquemas de representação do conhecimento sendo entendida como a estrutura subjacente aos SOCs capaz de orientá-los em sua projeção, desenvolvimento e avaliação.

Este argumento pode ser retratado a partir das propostas de perspectivas de garantia, considerando a cronologia em que cada uma é alvitrada na OC, percebe-se que desde a mais clássica — a garantia literária — até as mais contemporâneas há um deslocamento de uma preocupação puramente normativa a uma dimensão ética, comportamental e de tomada de consciência refletida nas perspectivas cultural, fenomenológica, autopoietica, etc. evocadas para garantir significados úteis no âmbito dos SOCs.

Reconhece-se neste trabalho a perspectiva da garantia cultural como um conceito que abarca e justifica as mudanças e variações que as demais perspectivas podem apresentar a partir das demandas de informação ou produção de conhecimentos pelas audiências assistidas. Salientou-se também conceitos analíticos na OC que deem conta de explicar (ou justificar) os ajustes semânticos necessários ao atendimento das necessidades dos sujeitos, é o caso do subprincípio da hospitalidade cultural, proposto como forma de acomodar significados em SOCs que atendem uma variada e fragmentada audiência. A atenção desprendida para a garantia cultural e para a hospitalidade cultural é uma forma de administrar os vieses da cultura que poderia comprometer a utilidade global de esquemas de organização e representação do conhecimento, sobretudo de SOCs que se encontram acessíveis na *Web*, como é o caso dos tesouros exemplificados no capítulo anterior.

As respostas diretas e as atenções voltadas para as demandas das audiências podem resultar em investigação cada vez mais robusta do conceito de garantia, desse modo explorou-se alguns conceitos intimamente ligados às condições de significação do sujeito social a partir das suas visões e reações intersubjetivas de compreender o mundo em volta.

Conforme apresentado neste trabalho, os conceitos sensibilizantes apoiam teoricamente as orientações de padrões de valores, comportamentos e normas sociais que determinam o significado e o uso da informação. Procurou-se tencionar alguns destes conceitos que mais se aproximavam da abordagem filosófica da linguagem de Wittgenstein e Bakhtin. Para os filósofos a manifestação do significado se estabelece mediada pela linguagem e se origina a

partir das relações sociais dos indivíduos, a linguagem como o próprio fenômeno social aliada a demais componentes da esfera social, como a ideologia e a cultura, provocam formas pragmáticas de organização do conhecimento ressaltando aspectos contextuais dos domínios e favorecendo a tendência de atenção ao reconhecimento de categorias analíticas da ordem do significado que antes não eram recorridas na projeção de SOCs e demais serviços e produtos nos domínios da OC.

Nestes termos, o princípio da garantia semântica é entendido como uma resposta ao impulso para criar, expor ou impor uma ou variadas visões de mundo a partir da evidenciação de significados estabelecidos pela linguagem em ação. A ideia de garantia na OC é assim compreendida na argumentação em favor da existência ou não de fatos e fenômenos da realidade passíveis de significação. O estabelecimento de significado pela/na linguagem certifica o compromisso permanente de sentido que a garantia provoca nos sistemas e contextos de informação para a concepção, desenvolvimento e avaliação das unidades semânticas que exprimem o conhecimento representado.

Procurou-se, portanto, estabelecer alguns argumentos e insumos para uma reflexão teórica relevante aos componentes estruturantes da OC, especificamente o princípio da garantia semântica, problematizando aspectos da significação e elementos sensibilizantes que enriquecem o olhar frente às questões de estudo do campo. A partir dessa transcurso reflexiva nas fronteiras dos domínios da linguagem e do conhecimento, acredita-se que o campo da OC adquire mais condições e ferramentais teóricos para lidar com novas (e antigas) questões dos processos de organização e representação do conhecimento.

Embora a natureza da pesquisa tenha transitado majoritariamente no campo teórico, percebeu-se a possibilidade de se trabalhar com exemplificações com um tipo de SOC — os tesouros — que permitiram vislumbrar uma sistemática de aplicação de fundamentos e conceitos estudados. Além de materializar algumas das reflexões produzidas ao longo do trabalho, as análises dos exemplos dos tesouros provocaram a expansão do horizonte para estudos futuros.

Dentre as possibilidades de expansão dos estudos aqui realizados distinguem-se os empenhos no plano teórico e no plano prático. Na vertente teórica é de grande relevância dar continuidade ao aprofundamento dos conceitos sensibilizantes e suas incorporações ao

domínio da OC. Tratando-se especificamente do arcabouço conceitual estudado na tese, destaca-se a garantia cultural, perspectiva da garantia semântica, além do subprincípio da hospitalidade cultural — concepções que sinalizam sua integração aos aportes do campo da OC. No plano aplicado, entreve-se que o contínuo esquadramento reflexivo destes conceitos levará ao aperfeiçoamento dos SOCs, a partir de práticas e experimentações fundamentadas. Sabe-se do desafio em operacionalizar um universo conceitual que, por natureza, já se encontra distante das zonas de fronteira da objetividade do real.

Como últimas palavras, agora em primeira pessoa, teria a dizer da grande oportunidade em estudar temas, autores, teorias, escolas de pensamento e disciplinas tanto na BCI quanto nos domínios da linguagem que me despertaram para tantos estados de sensibilização. A partir do conhecimento adquirido ao longo do trabalho refinei minha visão de mundo, a partir da minha perspectiva do mundo ofereço minhas provocações, na forma desta tese, para que o diálogo, da ciência e da vida, possa continuar.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. D. P. *Linguagem e experiência: a singularidade do olhar para o contexto da escola a partir das contribuições de Wittgenstein e Bakhtin*. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985/1026>>. Acesso em: 23 nov. 2015.
- ARBOIT, A. E. O processo de (re)construção da teoria do conceito no domínio de organização do conhecimento: uma visão dialógica. *Scire*, v. 18, n. 2, p. 129-134, jul./dez. 2012.
- ARBOIT, A. E.; GUIMARÃES, J. A. C. Conhecimento e linguagem na organização do conhecimento: aspectos dialógicos a partir da concepção de Bakhtin. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.
- AUROUX, S. *Filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2009. 119 p.
- AUSTIN, D. Citation order and linguistic structure. In: RAYWARD, W. Boyd (Ed.). *The Variety of Librarianship: essays in honour of John Wallace Metcalfe*. Sydney: Library Assn. of Australia, 1976. p. 19-46.
- AUSTIN, J. L. *Philosophical papers*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1979. 306 p.
- \_\_\_\_\_. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- BAKHTIN, M. (V. N. Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986. 196 p.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 201 p.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 414 p.

BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave*, La Plata, v. 1, n. 1, oct. 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16751/1/PCLP%25202011%2520v1n1a2.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BARITÉ, M. *et al.* Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. *Transinformação*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, maio/ago. 2010.

BARITÉ, M.; COLOMBO, S. Garantía cultural y sesgo positivo: aproximación teórico-metodológica. In: RODRÍGUEZ MUÑOZ, J. V. *et al.* (Org.). *Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos*. Actas del XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España y Portugal, 19 y 20 de noviembre. 1. ed. Murcia: ISKO España-Portugal, 2015. p. 1381-1394.

BEGHTOL, C. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources & Technical Services*, v. 30, n. 2, Apr./June 1986.

\_\_\_\_\_. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 1, Jan. 1995.

\_\_\_\_\_. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

\_\_\_\_\_. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 56, p. 903-912, 2005.

BLAIR, D. C. Information retrieval and the philosophy of language. *The Computer Journal*, v. 35, n. 3, p. 200-207, 1992.

\_\_\_\_\_. Information retrieval and the philosophy of language. *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, v. 37, p. 3-50, 2003.

BLISS, H. E. *The Organization of Knowledge in Libraries and the Subject-Approach to Books*. 2<sup>nd</sup> ed. rev. New York: Wilson, 1939.

BOCCATO, V. R. C.; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014.

BOUKHARAEVA, L. M. *Começando o diálogo com Mikhail Mikhailovitch Bakhtin*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BRANDIST, C. The Bakhtin Circle. In: INTERNET Encyclopedia of Philosophy. 2005. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/b/bakhtin.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005. p. 87-98.

BRAIT, B.; CAMPOS, M. I. B. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009. 207 p.

BRIER, S. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 3, p. 296-344, 1996.

BROUGHTON, V. *Essential Library of Congress Subject Headings*. London: Facet Publishing, 2011. 288 p.

BUBNOVA, T. El espacio de Mijail Bajtín: filosofía del lenguaje, filosofía de la novela. *Nueva Revista De Filología Hispánica*, v. 29 n. 1, p. 87-114, 1980.

BUDD, J. M. Relevance: Language, Semantics, Philosophy. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 447-462, winter 2004.

BUFREM, L. S.; ARBOIT, A. E.; SORRIBAS, T. V. Organização do conhecimento e a teoria do Círculo de Bakhtin. In: CONGRESO CAPÍTULO ESPAÑOL DE ISKO, 10., 2011, Ferrol. A Coruña. *Resumenes...* Ferrol: Universidade da Coruña, 2011. p. 36-37.

BUFREM, L. S.; SILVA, H. F. N.; BREDAS, S. M. Contribuições teóricas para uma revisão dos princípios e práticas da representação do conhecimento. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 7, n. 1, p. 28-38, dez. 2005.

BUNGE, M. A. *La ciencia: su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1976. 110 p.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 25-51, jan./jun. 2011.

CAMPBELL, D. G. Derrida, Logocentrism, and the Concept of Warrant on the Semantic Web. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). *Cultural and Identity in Knowledge Organization*. Würzburg: ERGON Verlag, 2008. p. 222-228. (Advances in Knowledge Organization ; 11).

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 183 p.

CANDÁS ROMERO, J. Dilemas éticos en clasificación y lenguajes documentales. In: PÉREZ PAIS, M. C.; GONZÁLEZ BONOME, M. A. (Ed.). *20 años del Capítulo Español de ISKO: actas del X Congreso ISKO-España*. Ferrol, 30 de junio de 2011. Universidade da Coruña, 2012.

CANNCASCIATO, D. Wikipedia-type Disambiguation Functionality in LCSH: a Recommendation (2013). *Library Philosophy and Practice* (e-journal), paper 1022, 2013. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1022>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CAPURRO, R. *Foundations of information science: review and perspectives*. 2003. Disponível em: <<http://www.capurro.de/tampere91.htm>>. Aceso em: 02 maio 2016. Esta é uma versão modificada e ampliada de *What is information science for? A philosophical reflection*, apresentado na Conferência Internacional sobre Concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Universidade de Tampere, Tampere, Finlândia, 26-28 de agosto de 1991.

\_\_\_\_\_. CAPURRO, R. What is Information Science for?: a philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20th ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, University Of Tampere, Finland. 1991. *Proceedings...* London: Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.

CARBO, T. Models for Ethical Decision-Making for Use in Teaching Information Ethics: Challenges for Educating Diverse Information Professionals. *International Journal of Information Ethics*, v. 2, Oct. 2004.

CARO CASTRO, C.; SAN SEGUNDO MANUEL, R. Lenguajes documentales y exclusión social. In: LÓPEZ HUERTAS, M. J.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. (Ed). *La*

*representación y organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información.* Actas del IV Congreso ISKO España, 22 a 24 de abril de 1999. Granada: ISKO España, 1999.

CHILD, W. *Wittgenstein*. Porto Alegre: Penso: Artmed, 2013. 286 p.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 2008. 381 p.

COATES, E. J. The Broad System of Ordering. *International Forum on Information and Documentation*, v. 4, n. 3, p. 3-6, 1979.

COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 257 p.

COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 64 p.

CULTURA. In: ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 225.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

DALY, C. *An introduction to philosophical methods*, Toronto: Broadview Press, 2010. 257 p. (Broadview guides to philosophy).

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

DEVER, J. What is philosophical methodology. In: CAPPELEN, H.; GENDLER, T. S.; HAWTHORNE, J. (Ed.). *The Oxford Handbook of Philosophical Methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DIÁLOGO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 676.

DODEBEI, V. L. D. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DONAT, M. *Linguagem e significado nas investigações filosóficas de Wittgenstein: uma análise do argumento da linguagem privada*. 2008. 160 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2007. 339 p.

EMERSON, C. *Os cem primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

EUROVOC: thesaurus multilingue da União Europeia. Disponível em: <<http://eurovoc.europa.eu/drupal/?q=pt>>. Acesso em: 30 maio 2016.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. 2. ed. Curitiba: Criar, 2006. 136 p.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. Interações entre Semiótica da Cultura e Organização do Conhecimento: conceitos integradores. In: RODRÍGUEZ MUÑOZ, J. V. *et al.* (Org.). *Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos*. Actas del XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España y Portugal, 19 y 20 de noviembre. 1 ed. Murcia: ISKO España-Portugal, 2015. p. 1410-1426.

FEINBERG, M. Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based on Haraway's situated knowledges. *Information Research*, v. 12, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/12-4/colis/colis07.html>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006. 144 p.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J.-J. *Metodologia filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 394p.

FOSKETT, A. Misogynists all: a study of critical classification. *Library Resources & Technical Services*, v. 15, p. 117-121, 1971.

FRANK, J. *Pelo prisma russo: ensaios sobre literatura e cultura*. São Paulo: Edusp, 1992. 280 p.

FRASER, G. *How to believe: investigating Wittgenstein*. Londres: Guardian Books, 2013.

FRASER, W. J. Literary, user and logical warrants as indexing constraints. The information age in perspective: proceedings of the ASIS Annual Meeting 1978: v. 15: (4First Annual Meeting, New York, November 13-17, 1978). Comped by Everett H. Brenner; White Plains, N.Y.: Knowledge Industry Publications for American So (TRUNCATED), 1978.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. ampl. e rev. São Paulo: EdUSP,, 2009. 248 p.

FRIEDMAN, A.; THELLEFSEN, M. Concept theory and semiotics in knowledge organization. *Journal of Documentation*, v. 67, n. 4, p. 644-674, 2011.

FROHMANN, Bernd. Documentation Redux: Prolegomenon to (Another) Philosophy of Information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

FURNER, J. Information studies without information. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p. 427-446, winter 2004.

GARANTIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 969.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 398 p. (Dicionários de filósofos).

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

\_\_\_\_\_. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare: Cadernos de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

GRACIOSO, L. S. Biblioteca, Web 2.0, Biblioteca 2.0. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2007. São Paulo: SIBDB, *Anais...* São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=23460>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da linguagem e Ciência da Informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais*. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/IBICT, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Language Philosophy in the context of knowledge organization in the interactive virtual platform. *Journal of Systemics, Cybernetics and Informatics*, v. 10, n. 6, p. 64-67, 2012.

\_\_\_\_\_. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 138-158, 2010.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. *Ciência da informação e filosofia da linguagem: da pragmática informacional à web pragmática*. Rio de Janeiro:[s. n.], 2010. 160 p.

GRAF, A.; SMIRAGLIA, R. P. Cultural curation as classification: the evolution of the bibliography and taxonomy for The Encyclopedia of Milwaukee. In: QUAN-HAASE, A.; RUBIN, V. L.; CHAVES, D. (Ed.). *Information in a local and global context: proceedings of the 40th annual conference of the Canadian Association for Information Science*, Waterloo, Ontario, May 31-June 2, 2012. Disponível em: <<http://www.caais-acsi.ca/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

GRILLO, S. V. C. A metalingüística: por uma ciência dialógica da linguagem. *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 24, n. 2, p. 121-128, 2007.

GROLIER, E. Classifications as cultural artefacts. In: DAHLBERG, I. (Ed.) *Universal classification*. Frankfurt: INDEKS-Verlag, 1982. v. 2, p. 19-34.

GUEDES, R. M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. A abordagem dialógica na indexação social. *Data Gramma Zero*, Rio de Janeiro, v. 13, artigo 5, 2012.

GULLAR, F. Traduzir-se. In: \_\_\_\_\_. *Na vertigem do dia: poesia*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004. 91 p.

HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. 2 v.

HANNA, R. From referentialism to human action: the Augustinian theory of language. In: AHMED, A (Ed.). *Wittgenstein's Philosophical Investigations: a critical guide*. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 11-29.

HJØRLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*, v. 61, n. 1, p. 130-135, 2005.

\_\_\_\_\_. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of American Society for Information Science and Technology*, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

\_\_\_\_\_. Information retrieval, text composition, and semantics. *Knowledge Organization*, v. 25, n. 1/2, p. 16-31, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to Information Science*. New York: Greenwood Press, 1997. 213 p.

\_\_\_\_\_. Semantics and Knowledge Organization. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 41, p. 367-405, 2007.

\_\_\_\_\_. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. *Journal of Documentation*, v. 54, n. 5, p. 606-621, Dec. 1998b.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, July 1995.

HODGE, G. *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files (CLIR Report 91)*. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2000. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/pub91.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

HOERMAN, H. L.; FURNISS, K. A. Turning practice into principles: a comparison of the IFLA Principles Underlying Subject Headings Languages (SHLs) and the Principles Underlying the Library of Congress Subject Headings System. In: STONE, A. T. (Ed.). *The LCSH Century: One Hundred Years with the Library of Congress Subject Headings System*. [S.l.]: Routledge, 2000. 260 p.

HOWARTH, L. C. Clare Beghtol: exploring new approaches to the organization of knowledge. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 2, p. 95-100, 2010.

HOWARTH, L. C.; JANSEN, E. H. Towards a typology of warrant for 21st century knowledge organization systems. In: BABIK, W. (Ed.). *Knowledge Organization in the 21st Century: between historical patterns and future prospects: proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference 19-22 May 2014 Kraków, Poland*. Würzburg: ERGON Verlag, 2014. p. 216-221. (Advances in Knowledge Organization; 14).

HULME, E. W. Principles of book classification. *Library Association Record*, v. 13, Oct. p. 354-358, Nov. p. 389-394, Dec. p. 444-449, 1911.

HULME, E. W. Principles of book classification. *Library Association Record*, v. 14, Jan., p. 39-46, Mar. p. 174-181, 1912.

HUVILA, I. Ecological framework of information interactions and information infrastructures. *Journal of Information Science*, v. 20, n. 10, p. 1-15, 2008.

\_\_\_\_\_. *The ecology of information work: a case study of bridging archaeological work and virtual reality based knowledge organisation*. Åbo: ÅboAkademi University Press, 2006. 385 p.

JANSEN, E. M. H. Let's Talk about the NOC: a study of standard classification in social context. In: ASIST DOCTORAL SEMINAR ON RESEARCH AND CAREER DEVELOPMENT, Sheraton Seattle, 2014. Disponível em: <<http://ils.unc.edu/~wildem/ASIST2014/HourihanJansen.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

KANTERIAN, E. *Ludwig Wittgenstein*. London: Reaktion Books. (Critical Lives). E-book.

KLESS, D. *et al.* Thesaurus and ontology structure: formal and pragmatic differences and similarities. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 66, n. 7, p. 1348-1366, 2015.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. *Data Gramma Zero*, v. 8, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <[www.dgz.org.br/dez07/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/dez07/Art_01.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

KWAŚNIK, B. H. Semantic warrant: a pivotal concept for our field. *Knowledge Organization*. v. 37, n. 2, p. 106-110, 2010.

LANCASTER, F. W. *Construção e uso de tesouros: curso condensado*. Brasília: MCT/CNPq/IBICT, 1987.

\_\_\_\_\_. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LANGRIDGE, D. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 120 p.

LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. In: RAYWARD, W. B. (Ed.). *The Variety of Librarianship: essays in honour of John Wallace Metcalfe*. Sydney: Library Assn. of Australia, 1976. p. 101-113.

LEE, W.-C. Culture and classification: an introduction to thinking about ethical issues of adopting global classification standards to local environments. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.

LISPECTOR, C. *A paixão segundo G. H.: romance*. 15. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 183 p.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Cultural impact on Knowledge Representation and Organization in a Subject Domain. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). *Cultural and Identity in Knowledge Organization*. Würzburg: ERGON Verlag, 2008a. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization; 11).

\_\_\_\_\_. Some current research questions in the field of knowledge organization. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008b.

\_\_\_\_\_. Transcultural categorization in contextualized domains. *Information Research*, v. 18, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/18-3/colis/paperC16.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MAI, J-E. Actors, Domains, and Constraints in the Design and Construction of Controlled Vocabularies. *Knowledge Organization*, v. 35, n. 1, p. 16-29, 2008.

\_\_\_\_\_. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. *Knowledge Organization*, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.

MARQUES, J. O. A. *Forma e representação no Tractatus de Wittgenstein*. 1998. 217 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MARTINS, C. A. Sobre jogo de linguagem: Habermas e Wittgenstein. *Revista de Filosofia*, v. 35, n. 2, p. 91-104, 2010.

MARTINS, E. J. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 196 p.

MCGINN, M. *Wittgenstein and the Philosophical Investigations*. New York: Routledge, 2002. 216 p. (Routledge Philosophy GuideBook).

MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012. 269 p.

MIGUENS, S. *Filosofia da linguagem: uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. 294 p.

MOORE, G. E. *Ensayos eticos*. Barcelona: Paidós, c1993. 131 p.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1982. 456 p.

MOURA, M. A. Folksonomias, redes sociais e formação para o *tagging literacy*: desafios para a organização da informação em ambientes colaborativos virtuais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. especial, p. 25-45, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/2196/3217>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010): guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda: NISO Press, 2005.

NOVELINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

OLIVEIRA, R. P. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado da Letras, 2001. 264 p. (Coleção Ideias sobre Linguagem).

OLSON, H. A. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

\_\_\_\_\_. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. *Library Resources & Technical Services*, v. 45, n. 3, p. 115-122, 2001.

OSTROW, M. B. *Wittgenstein's Tractatus: a Dialectical Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 184 p.

PENHA, J. *Como ler Wittgenstein*. São Paulo: Paulus, 2013. (Como ler filosofia).

PERUZZO JÚNIOR, L. O conceito de lebensform (formas de vida) na filosofia de Wittgenstein. *Ítaca*, n. 17, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/226/215>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

QUINE, W. V. *From a logical point of view*. 2<sup>nd</sup> ed. rev. Cambridge: Harvard University Press, c1980. 184 p.

RABER, D.; BUDD, J. M. Information as sign: semiotics and information science. *Journal of Documentation*, v. 59, n. 5, p. 507-522, 2003.

RANGANATHAN, S. R. Library Classification Glossary. *Annals of Library Science*, v. 5, n. 3, p. 65-112, 1958.

\_\_\_\_\_. *Elements of library classification*. 3<sup>rd</sup> ed. Bombay: [s. n.], 1962. 168 p. (Ranganathan Series in Library Science; 8).

RÉCANATI, F. *Literal meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 179 p.

RENDÓN ROJAS, M. Á. Ciencia bibliotecológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplina. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 22, n. 44, p. 65-76, abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

RODRIGUEZ, R. D. Hulme's concept of literary warrant. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 5, n. 1, p. 17-26, 1984.

RORTY, R.; GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *Ensaio pragmatistas: sobre subjetividade e verdade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 125 p.

RUSSELL, B. *Análise do espírito*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958. 242 p.

\_\_\_\_\_. *Introdução à filosofia matemática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 208 p.

SAES, S. F. A. *A linguagem*. São Paulo: WMF: Martins Fontes, 2013. 88 p.

SALDANHA, G. S. *Filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas*. 2012. 418 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. The Philosophy of Language and Knowledge Organization in the 1930s: Pragmatics of Wittgenstein and Ranganathan. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 4, p. 296-303, 2014.

\_\_\_\_\_. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 300-315, set. 2010.

SANDY, H. M.; BOSSALLER, J. The moral imperative of subject access to indigenous knowledge: considerations and alternative paths. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 82., 2016. Columbus, Ohio. *Proceedings...* Columbus, 2016. Disponível em: < <http://library.ifla.org/1327/>>. Acesso em: 01 maio 2016.

SANTOS, I.; NASCIMENTO, M. E. F. Bakhtin e Wittgenstein: teorias em diálogo. *Theoria*, Pouso Alegre, v. 2, p. 76-85, 2010.

SCHNAIDERMAN, B. Bakhtin 40 graus (uma experiência brasileira). In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005. p. 13-21.

SEMÂNTICA. In: ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SHOTTER, J. Bakhtin and Wittgenstein: dialogicality and (a poetic approach to) the understanding of culture. In: VISITING Scholar Seminar Series, Massey University, New

Zealand, May 3<sup>rd</sup>, 2004. Disponível em:  
<<https://www.researchgate.net/publication/240640531>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SILVA, F. A. Q. Linguagem como jogo dialógico nas teorias de Bakhtin e Wittgenstein. *Rastros*, Joinville, v. 1, p. 9-22, 2012.

SILVA, J. E. S.; LEITE, F. F. O contexto filosófico de Mikhail Bakhtin: seus primeiros diálogos. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 1, n. 1, p. 18-28, 2012.

SMIRAGLIA, R. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and the Ethics of Resource Description: a Case Study. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 47, n. 7, p. 671-686, 2009.

\_\_\_\_\_. Ethics in knowledge organization: two conferences point to a new core in the domain. *Encontros Bibli*, v. 20, n. especial, p. 1-18, 2015.

SOERGEL, D. *Organizing information: principles of data base and retrieval systems*. Orlando: Academic Press, 1985. 450 p.

SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto: do Círculo de Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. 149 p.

SPITERI, L. F. Social discovery tools: extending the principle of user convenience. *Journal of Documentation*, v. 68, n. 2, p. 206-217, 2012.

SPANIOL, W. “Formas de vida”: significação e função no pensamento de Wittgenstein. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 17, n. 51, p. 11-31, 1990. Disponível em:  
<<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/1720>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

STEINWACHS, K. Information and culture: the impact of national culture on information processes. *Journal of Information Science*, v. 25, n. 3, p. 193-204, 1999. Disponível em:  
<<http://jis.sagepub.com/content/25/3/193.full.pdf+html>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

SVENONIUS, E. *The intellectual foundation of information organization*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000. 255 p.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. "Isms" in information science: constructivism, collectivism and constructionism. *Journal of Documentation*, v. 61, n. 1, p. 79-101, 2005.

TENNIS, J. T. Ethos and ideology of knowledge organization: toward precepts for an engaged knowledge organization. *Knowledge organization*, v. 40, n. 1, p. 42-49, 2013.

TOMIC, T. The philosophy of information as an underlying and unifying theory of information science. *Information Research*, v. 15, n. 4, Dec. 2010. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/15-4/colis714.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

TORREZAN, M. Wittgenstein e os "jogos de linguagem": novas perspectivas para o conceito de educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 18, n. 34, p. 159-176, jul./dez. 2000.

UNESCO. *Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue*. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001852/185202e.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

UNBIS THESAURUS: *United Nations Bibliographic Information System*. 2016. Disponível em: <[https://lib-thesaurus.un.org/LIB/DHLUNBISThesaurus.nsf/\\$\\$searche?OpenForm](https://lib-thesaurus.un.org/LIB/DHLUNBISThesaurus.nsf/$$searche?OpenForm)>. Acesso em: 30 maio 2016.

VICKERY, Brian. *On knowledge organization*. 2008. Disponível em: <<http://classic-web.archive.org/web/20080404103206/www.lucis.me.uk/knowlorg.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

VICKERY, B.; VICKERY, A. *Information science in theory and practice*. 3<sup>rd</sup> ed. rev. München: K G Saur Verlag, 2004. 400 p.

WARD, M. Phenomenological warrant: the case for working from the user's viewpoint. *Managing Information*, v. 7, n. 9, p. 68-71, nov. 2000.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002. 165 p.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WILLIAMSON, N. J. Clare Beghtol: teacher, researcher, and theoretician. *Knowledge Organization*, v. 37, n. 2, p. 101-105, 2010.

WILSON, P. *Second-hand knowledge: an inquiry into cognitive authority*. Westport: Greenwood Press, 1983 *apud* MAI, J-E. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. *Knowledge Organization*, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 207 p.

\_\_\_\_\_. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução e apresentação de José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. 152 p.

YAGUELLO, M. Introdução. In: BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 201 p.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 615 p.

ZENG, M. L. Knowledge organization systems. *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.

\_\_\_\_\_. *Construction of controlled vocabularies: a primer (based on Z39.19)*. 2005. Disponível em: <<http://marciazeng.slis.kent.edu/Z3919/index.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

ZENG, M. L.; CHAN, L. M. Trends and issues in establishing interoperability among knowledge organization systems. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 55, n. 5, p. 377-395, 2004.

## ÍNDICE DE ASSUNTO

- A**  
 Alteridade ..... 65, 115  
 Análise de domínio..... 16  
 ANSI/NISO Z39.19-2005..... 81  
 Autoridade cognitiva  
 institucionalizada ..... 80
- B**  
 Bakhtin, Mikhail..... 24, 108  
     Círculo de Bakhtin..... 58  
 Beghtol, Clare..... 21, 74, 76  
*Bias* .....*Consulte* Viés semântico  
 Biblioteconomia e ciência da  
 informação ..... 14, 16, 102
- C**  
 Conceitos sensibilizantes..... 114, 115  
 Cultura ..... 91, 92, 93, 94, 120  
     Hibridade cultural ..... 125, 126  
     Identidade cultural ..... 94
- D**  
 Definição ostensiva..... 55  
 Dialogismo  
     Relações dialógicas..... 64, 65, 66, 112  
 Digital, contexto ..... 18, 80, 82, 99, 127
- E**  
 Enunciado concreto ..... 60, 62  
 Estudos da linguagem..... 35, 38, 71
- F**  
 Filosofia da linguagem ..... 17, 24  
 Filosofia de linguagem ..... 41  
 Formas de vida ..... 51, 52, 118
- G**  
 Garantia semântica .. 20, 27, 73, 75, 76, 77,  
 78, 112, 116, 117, 119, 122, 128
- Garantia autopoietica ..... 86  
 Garantia científica/filosófica..... 84  
 Garantia cultural... 86, 88, 89, 90, 95, 96,  
     104, 120, 121, 122  
 Garantia de uso/usuário..... 83  
 Garantia educacional..... 84  
 Garantia estrutural..... 85  
 Garantia fenomenológica ..... 85  
 Garantia literária ..... 21, 74, 82, 88  
 Garantia organizacional ..... 83  
 Perspectivas..... 79, 81, 122
- H**  
 Hospitalidade ..... 101  
     Hospitalidade cultural ..... 100, 102, 103,  
     106, 124, 125  
 Hulme, E. Wyndham..... 21, 72, 74
- I**  
 Ideologia ..... 63, 120  
     Signo ideológico ..... 61, 63, 64, 118
- J**  
 Jogos de linguagem..... 49, 50, 53, 113, 121
- L**  
 Linguagem ..... 14, 18, 24, 36  
     Linguagens documentárias..... 23, 86, 95,  
     96, 116, 117, 118, 126, 134  
     Linguagem privada ..... 54  
     Uso .... 39, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 55, 56,  
     62, 67, 115
- Lógica  
     Disciplina ..... 43
- M**  
 Método sociológico..... 60, 61  
 Metodologia filosófica ..... 31, 32

- O**  
 Organização do conhecimento... 36, 71, 74, 77, 94, 127, 133, 134  
     Organização do conhecimento  
     engajada..... 98
- P**  
 Pragmatismo ..... 25  
     Pragmatismo informacional. 15, 16, 105, 110, 111  
     Virada pragmática..... 16
- R**  
 Responsividade..... 65
- S**  
 Saussure, Ferdinand de ..... 62, 63  
 Semântica ..... 27, 112  
     Disciplina..... 25  
 Sistemas de organização do conhecimento... 20, 26, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 89, 94, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 135
- T**  
 Teoria da atividade..... 105  
 Teoria da restrição..... 87  
 Teoria do enunciado..... 58  
 Tesouro..... 127  
     Tesouro EuroVoc ..... 128, 131  
     Tesouro UNBIS..... 128, 132
- V**  
 Validação semântica ..... *Consulte* Garantia semântica  
 Viés semântico ..... 96, 98  
 Virtual, contexto ..... *Consulte* Digital, contexto
- W**  
 Wittgenstein, Ludwig..... 24, 40, 108  
 World Wide Web 18, 19, 22, 23, 80, 82, 86, 100, 104, 123, 127